

RELATÓRIO E CONTAS 2002
CONTAS CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO

SEMAPA - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. Sociedade Aberta

Av. Fontes Pereira de Melo, 14 - 10º • 1050-121 LISBOA • Tel. (351) 21 318 48 00 • Fax (351) 21 354 03 68

Mat. Cons. Reg. Com. de Lisboa sob o N° 2630 Contribuinte N° 502 593 130 • Capital Social 118.332.445 Euros

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações Financeiras Consolidadas do Exercício de 2002

ÍNDICE

1. Síntese	3
2. Principais Acontecimentos do Ano	11
3. Portugal	14
3.1. Cimento	14
3.2. Betão-Pronto e Inertes	22
3.3. Prefabricados em Betão	23
3.4. Aglomerantes e Argamassas	24
3.5. Fibrocimento	24
3.6. Painéis de Madeira-Cimento	25
3.7. Distribuição de Cimento para as Regiões Autónomas	26
3.8. Energia Eléctrica	26
3.9. Sacos de Papel	27
3.10. Valorização e Reciclagem de Resíduos	27
4. Tunísia	29
4.1. Cimento	29
4.2. Betão-Pronto e Prefabricados em Betão	34
5. Angola	36
5.1. Cimento	36
6. Líbano	37
6.1. Cimento	37
7. Cabo Verde	39
7.1. Inertes	39
8. Espanha	40
8.1. Trading	
9. Desenvolvimento	41
10. Área Financeira	43
Proposta de Aplicação de Resultados	47

1. SÍNTESE

No seu conjunto, as empresas do **Grupo Semapa** evidenciaram um desempenho positivo no ano de 2002 não obstante o abrandamento da actividade da construção no principal mercado – Portugal - que foi conjugado com uma acrescida concorrência de importadores de cimento. Este desempenho, que importa realçar, só foi possível devido a uma relevante melhoria de produtividade na produção e na distribuição, quer em Portugal quer na Tunísia.

A procura de cimento em Portugal, principal negócio do Grupo, diminuiu relativamente ao ano anterior interrompendo um crescimento continuado iniciado em 1994. Em 2002 estima-se que o mercado tenha atingido 11,1 milhões de toneladas o que representa um decréscimo de 3,7%.

O comportamento do mercado foi muito irregular ao longo do ano: cresceu de forma sustentada até Julho e teve uma queda muito significativa a partir de Agosto que se sentiu, em simultâneo, na área da construção residencial e na área da construção de obras públicas.

No sector da construção residencial a quebra, esperada há muito, resulta da saturação que atingiu a procura neste sector. Relativamente às obras públicas e à construção não residencial a quebra é consequência do abrandamento da actividade económica resultante, essencialmente, de uma conjuntura internacional desfavorável e de uma política económica dominada pela contenção das despesas públicas.

A resposta a esta procura foi feita pela produção nacional e por cimento importado cujo volume aumentou, relativamente ao ano anterior, e se estima ter sido superior a 1,3 milhões de toneladas. A agressividade comercial das empresas que actuam no mercado cimenteiro – importadores e produtores nacionais – aumentou muito em resposta a uma conjugação da subida da oferta e da retracção da procura.

Salienta-se a capacidade demonstrada pelas fábricas da **Secil** no abastecimento regular do mercado interno, traduzida numa grande redução das importações de clínquer.

As vendas de cimento da **Empresa** ascenderam a 3,8 milhões de toneladas diminuindo 5,5% em volume e 3,1% em valor.

Em Março de 2002 realizou-se uma actualização dos preços de venda do cimento que correspondeu a um aumento médio de 2,4% e representou uma diminuição dos preços reais de 1,6%. Em Novembro, face ao clima de agressividade comercial acima referido, foram reajustados e reduzidos os preços do cimento nos entrepostos de venda.

Prosseguiu a implementação de acções específicas definidas pelo Conselho de Administração com o objectivo de aumentar a produtividade dos vários factores de produção e de reduzir o custo dos bens e serviços adquiridos.

Pelo segundo ano consecutivo, e apesar da diminuição conseguida nos consumos específicos, os custos com a aquisição de energia eléctrica subiram significativamente, em consequência do aumento expressivo do tarifário. Na realidade, agravou-se o diferencial

suportado pela indústria cimenteira nacional em relação à larga maioria das indústrias de outros países europeus, tornando-a mais vulnerável às importações.

Num momento de grande retracção da actividade económica, o Conselho de Administração alerta o Governo para a necessidade de reverter a actual política no sector da energia eléctrica, no sentido de permitir a redução dos enviesamentos competitivos a que a indústria está sujeita.

Prosseguiu-se, com grande rigor, a política de controlo ambiental seguida pela **Empresa**, com avultados investimentos em todas as unidades fabris; destacam-se as acções empreendidas no âmbito do "Contrato de Melhoria Contínua de Desempenho Ambiental", assinado com o Governo em 1999.

Sublinha-se também a estreita colaboração da **Secil** com as autoridades ambientais no âmbito do Plano Nacional para as Alterações Climáticas e do Plano Nacional dos Tectos de Emissões, contribuindo para a definição das medidas que o Governo tomará com vista ao cumprimento do Protocolo de Quioto e da Directiva dos Tectos de Emissões.

A insistência que se verifica no sentido da introdução na União Europeia de taxas penalizadoras para as indústrias que tenham consumos energéticos significativos, sem que taxas equivalentes penalizem os fabricantes dos mesmos produtos situados fora da União Europeia, continua a preocupar o Conselho de Administração. Se não vier a existir um mecanismo equilibrador, como sejam taxas compensatórias incidindo sobre conteúdos energéticos de produtos vindos de terceiros países, criam-se condições para a deslocalização da produção para fora da União Europeia, com efeitos agravantes para a poluição a nível mundial.

Na área da Certificação da Qualidade prosseguiram as acções conducentes à transição da Certificação da **Secil** e da **CMP** da Norma ISO 9002:1995 para a ISO 9001:2001, tendo sido realizada a auditoria de transição já em Fevereiro de 2003.

De grande importância na motivação dos Quadros do Grupo e na alteração da cultura da **Empresa** na área dos Recursos Humanos, iniciou-se a implantação, que se quer gradual, de um novo sistema de remuneração dos Quadros, a todos os níveis, com clara separação das componentes "competência", "resultados da actuação individual" e "resultados da **Empresa**".

As empresas subsidiárias da **Semapa** que actuam nos sectores do betão-pronto, dos inertes e da prefabricação em betão obtiveram resultados positivos, embora abaixo dos conseguidos em 2001.

Na actividade de produção de energia eléctrica verificou-se uma evolução muito significativa. A **Enersis** produziu, no ano findo, 319 GWh e obteve resultados positivos apreciáveis que superaram sensivelmente os de 2001. Esta empresa realizou e tem em fase de preparação vários investimentos em parques eólicos.

Em Março realizaram-se na fábrica **Secil-Outão** testes de co-incineração de resíduos perigosos (RIPs) supervisionados pela Comissão Científica Independente. Os resultados finais demonstraram claramente que a co-incineração em cimenteiras é um processo

seguro, fiável e compatível com um ambiente saudável. O processo de co-incineração, que entretanto ganharia reconhecimento a nível europeu como um bom sistema de valorização e tratamento de resíduos, viria, no entanto, a ser suspenso por decisão do Governo.

Trata-se de mais um aspecto em que se assinala uma gritante desigualdade de tratamento que cria novos fossos competitivos para a indústria sem quaisquer ganhos para a comunidade portuguesa: o aproveitamento político do défice cultural do país em relação aos seus pares europeus, deixa um gravíssimo problema ecológico sem solução e penaliza a indústria e os trabalhadores portugueses.

Em termos de internacionalização consolidaram-se as acções desencadeadas na **Tunísia**, com a concretização de parte de um importante plano de investimentos destinado a melhorar a performance da **Société des Ciments de Gabès** e com a extensão da actividade da empresa **Sud Béton** à zona de Gabès; no **Líbano** com a aquisição de uma participação na **CDS – Ciment de Sibline**, uma cimenteira com uma capacidade anual de produção de cimento de 1,2 milhões de toneladas.

Na **Tunísia**, o consumo de cimento e cal artificial foi de 5,8 milhões de toneladas, o que representa um crescimento de 2,1% relativamente a 2001. Neste contexto, a **SCG** teve um desempenho positivo e sensivelmente acima do ano anterior, espelhado no aumento do EBITDA (+ 73,7%) e dos resultados líquidos (+ 102,7%).

Esta melhoria de performance resulta, essencialmente, do aumento da produção de clínquer e da evolução positiva das vendas.

Isto apesar de o mercado do cimento na Tunísia não ter sido liberalizado ao contrário do compromisso assumido pelo Governo deste País e consagrado em todos os cadernos de encargos das privatizações das cimenteiras tunisinas. Essa liberalização deveria ter ocorrido em Maio de 2002, tendo o Governo imposto administrativamente um reajuste no preço, manifestamente inferior ao que seria necessário para repor a inflação verificada.

No âmbito do patrocínio de prémios destinados a valorizar e evidenciar os produtos fabricados pela **Secil** e pelas empresas associadas, destaca-se a atribuição do Prémio **Secil** de Arquitectura ao Arquitecto Pedro Maurício Borges. Realizaram-se também, em simultâneo, os Prémios de Arquitectura e Engenharia Civil dirigidos a estudantes universitários dos respectivos cursos.

Principais Indicadores Físicos

		1998	1999	2000	2001	2002	%
Capacidade Produtiva de Cimento	1000 t	3 784	3 784	4 934	5 006	5 006	0,0
Vendas							
Cimento cinzento	1 000 t	3 824	3 911	4 851	4 894	4 765	-2,6
Cimento branco	1 000 t	77	90	89	107	95	-11,2
Cal Artificial	1 000 t	-	-	82	78	84	7,7
Betão-Pronto	1 000 m ³	1 350	1 690	2 170	2 602	2 534	-2,6
Inertes	1 000 t	2 766	3 104	2 455	3 615	3 586	-0,8
Préfabricados	1 000 t	415	376	388	410	366	-10,8
Cal Hidráulica	1 000 t	69	72	69	64	64	-0,1
Argamassas	1 000 t	43	60	70	106	142	33,5
Energia Eléctrica	GWh	177	197	237	287	319	11,2
Pessoal*		1 613	1 577	2 129	2 150	2 095	-2,6

* Número médio do pessoal ao serviço das empresas incluídas na consolidação

Principais Dados Económico-Financeiros Consolidados

10⁶ EUR

	1998	1999	2000	2001	2002	%
Volume de Vendas	362	395	465	501	491	-1,9%
EBITDA	136	161	165	162	168	3,5%
Amortizações e Provisões	44	44	54	54	55	1,7%
Amortizações do Goodwill	7	8	8	8	12	43,5%
EBIT	85	109	104	100	102	1,3%
Resultados Financeiros	(3)	1	(16)	(10)	(22)	119,2%
Resultados Correntes	81	110	88	90	79	-12,1%
Resultados Extraordinários	5	3	11	(2)	2	237,0%
Resultados Antes de Impostos	86	113	99	88	82	-7,5%
Impostos	37	49	40	4	21	390,3%
Interesses Minoritários	24	31	29	40	30	-25,4%
Resultados Líquidos	24	33	31	44	31	-30,1%
Cash Flow	76	85	92	106	97	-8,4%
Activo líquido total	528	598	953	1.003	1.068	6,5%
Capitais Próprios	177	189	194	211	225	6,4%
Dívida Líquida	94	114	465	442	374	-15,4%
Dívida Líquida não incluindo acções Cimpor			253	230	180	-21,7%
Margem EBITDA	38%	41%	36%	32%	34%	
Margem EBIT	23%	27%	22%	20%	21%	
Resultados por Acção (EUR)	0,21	0,28	0,26	0,37	0,26	-30,1%
Cash Flow por Acção (EUR)	0,64	0,72	0,78	0,90	0,82	-8,4%
Capitalização Bolsista	399	406	456	561	390	-30,4%
Cotação (31 Dez.) / Res. por Acção (PER)	16,28	12,16	14,81	12,71	12,66	-0,4%

A gestão da posição financeira do **Grupo Semapa**, durante o ano de 2002, consistiu essencialmente na negociação e contratação atempada de uma facilidade de crédito no montante de 290 milhões de Euros destinada a financiar na quase totalidade a aquisição da sociedade FLSHH SGPS, Lda, e no acompanhamento do stock de dívida existente.

Em termos consolidados o investimento realizado pelo **Grupo** durante o exercício totalizou 67.8 milhões de Euros, sendo que o passivo financeiro líquido à data de 31 de Dezembro de 2002 ascendia a 373,8 milhões de Euros o que, comparativamente ao ano anterior e apesar do programa de investimentos realizado representa uma diminuição de 15%.

À data de 31 de Dezembro de 2002, os Fundos de Pensões Autónomos, constituídos pelas empresas do **Grupo**, apresentavam, no global, uma situação financeira excedentária em cerca de 1,8 milhões de Euros relativamente às responsabilidades actuariais calculadas por entidades independentes e reportadas à mesma data.

O processo interposto pela participada **Secil** contra o Estado Português para ressarcimento dos danos causados pela incorrecta avaliação das responsabilidades do Fundo de Pensões da **CMP** contida na documentação confidencial do concurso de reprivatização da **Secil** e da **CMP** continua a correr os seus termos no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa não tendo tido durante o exercício de 2002 qualquer evolução.

A sociedade prosseguiu ainda com a estratégia de defesa dos seus interesses conexos com a participação social a que detém na **Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.** Nesse sentido a sua participada **SECILPAR**:

a) interpôs contra as sociedades **Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., e TDP - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**, uma acção de indemnização para ressarcimento dos danos decorrentes do facto de estas sociedades não terem procedido ao lançamento de uma Oferta Pública de Aquisição sobre a totalidade do capital social da **Cimpor**, após terem adquirido o respectivo controlo;

b) deduziu incidente de intervenção principal espontânea com vista a aderir à acção de declaração de nulidade de compras de acções da **Cimpor** interposta pelo Ministério Público contra a **Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., a TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, e TDP - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA.**

O **Grupo** tem seguido a política de registar as participações financeiras detidas e representativas de partes de capital noutras empresas (investimentos inferiores a 20%), ao mais baixo do custo de aquisição ou valor de mercado, o que levou a que participação financeira, de cerca de 9% do capital social da **Cimpor, S.G.P.S., S.A.**, se encontrasse registada a 31 de Dezembro de 2002, pelo respectivo valor de cotação de mercado de 16 Euros por acção.

Deste modo, constituiu-se, no exercício uma provisão não dedutível fiscalmente, no montante de cerca de 18,1 milhões de Euros na rubrica "Provisões para investimentos financeiros".

A Gestão de Riscos do **Grupo** tem como prioridade a detecção e cobertura dos riscos que possam ter um impacto materialmente relevante no Resultado Líquido e nos Capitais Próprios ou que criem restrições significativas à prossecução do desenvolvimento dos negócios do **Grupo**.

No que respeita ao risco financeiro, face ao perfil de maturidade da dívida e aos termos dos respectivos contratos, não se antevê que a actual condição dos mercados financeiros venha a constituir um factor condicionante relevante à actividade do **Grupo**.

O risco de crédito da carteira de Clientes mantém-se, em grande parte, transferido para companhias de seguro especializadas, o que nos tem permitido reduzir o impacto da

sinistralidade nas nossas contas. Os riscos Patrimoniais, de Responsabilidade Civil, de Acidentes e Doença, estão devidamente cobertos por Apólices de Seguro, que se manterão em vigor no próximo exercício, embora com alguns ajustamentos, nomeadamente nos prémios.

A partir de 1 de Janeiro de 2002, o **Grupo** passou a adoptar a política contabilística dos impostos diferidos. Assim, todas as situações que possam vir a afectar significativamente os impostos futuros passam a estar reflectidas nas contas. Por outro lado, o **Grupo** está a envidar todos os esforços necessários para poder, já em 2004, adoptar como base das políticas de relato financeiro as Normas Internacionais de Contabilidade, vulgo IAS-International Accounting Standards.

Como é do conhecimento do mercado, a **Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento SA** é detida directa e indirectamente pela **Semapa** em 51% e os restantes 41% pela **FLSHH SGPS LDA**, que por sua vez é detida em partes iguais pela **FLS Industries A/S** e pela **Hojgaard Holding A/S**, empresas Dinamarquesas.

O conjunto das participações indicadas, tendo em conta as acções próprias detidas pela sociedade, correspondem a cerca de 100% dos direitos de voto da sociedade.

A **FLS Industries A/S** tem vindo a mostrar a intenção de alienar algumas das suas participações, no âmbito de uma reestruturação estratégica que tem vindo efectuar.

Neste sentido, foram mantidas conversações no sentido de a **Semapa** adquirir a **FLSHH SGPS, LDA** as quais foram concluídas com sucesso durante o exercício.

De acordo com o contrato celebrado entre a **Semapa** por um lado e a **FLS Industries A/S** e a **Hojgaard Holding A/S** por outro, a aquisição deverá ocorrer até ao final de Março de 2003.

Este negócio, concretizado a um preço de oportunidade considerado confortável em relação ao praticado na indústria cimenteira - 304 milhões de euros sujeitos a correcção - garante à **Semapa** uma maior agilidade na definição e implementação da estratégia de desenvolvimento do **Grupo**.

Tendo em vista a obtenção dos fundos necessários a esta aquisição, foi celebrado o já mencionado contrato de financiamento com um Banco Internacional em condições normais de mercado.

A **Semapa**, enquanto principal accionista da **Secil**, quer destacar as excelentes relações mantidas com os seus sócios dinamarqueses, presentes na empresa há mais de setenta anos e verdadeiros parceiros em todas as decisões estratégicas assumidas ao longo destes anos.

O Conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento aos seus clientes e aos seus trabalhadores; ao Conselho Fiscal; às Instituições Financeiras que apoiaram o **Grupo**; aos seus fornecedores e, em geral, aos parceiros que se associaram à **Semapa** em iniciativas empresariais e expressa o seu agradecimento aos accionistas pela confiança que lhe

concederam, indispensável que foi para o exercício eficaz da sua actividade com o objectivo essencial de aumentar o valor da **Empresa**.

2. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DO ANO

Janeiro

- ❑ Introdução no mercado das novas embalagens das três marcas de cimento comercializadas pela **Secil** adequando-as às novas designações dos cimentos decorrentes da certificação pela norma europeia EN 197-1 e às novas normas de segurança.
- ❑ Aquisição da empresa de betão-pronto **Betostrong** pela **Secil Betões e Inertes**.
- ❑ Aquisição, pela **Enersis**, da empresa Tomen Eléctrica que passou a denominar-se **PEVA – Parque Eólico de Vila do Bispo**.
- ❑ Arranque da actividade da **Prescor**, empresa que tem por objecto a eliminação de resíduos da actividade siderúrgica.

Fevereiro

- ❑ Obtenção de licença, por um Consórcio em que a **Secil** participa, para utilização do Cais da Eurominas no porto de Setúbal.
- ❑ Arranque da actividade de Trading da **Secilpar** com escritórios em Madrid.

Março

- ❑ Aquisição do navio Roaz, pela **Somera Trading**, destinado a fazer transporte de cabotagem de cimento.

Abril

- ❑ Aquisição de 21,2% da empresa cimenteira libanesa **CDS – Ciment de Sibline** que tem uma capacidade de produção de cerca de 1,2 milhões de toneladas de cimento por ano.
- ❑ Celebração de um acordo entre a **Argibetão** e a empresa polaca Fakro – segundo maior fabricante mundial de janelas – para distribuição de produtos Argilux em Portugal.

Maio

- ❑ Participação das empresas do **Universo Secil** na Tektónica/Simac 2002 – Salão Internacional de Materiais de Construção realizada em Lisboa.

Junho

- ❑ Participação da **Société des Ciments de Gabès** no II Salão Internacional das Tecnologias do Ambiente – Echo Tech'2002 realizado em Tunis.

Julho

- ❑ Entrada em produção dos Parques Eólicos de **Bigorne** (Lamego) e da **Jarmeleira** (Mafra) da **Enersis**.

Agosto

- ❑ Constituição da **Seinpar Investments, B.V.** detida a 100% pela **Semapa**;
- ❑ Constituição da **Cimenpar Investments, B.V.** detida a 100% pela **Secil Investimentos, SGPS, S.A.**;
- ❑ Criação da Comissão de Acompanhamento Ambiental da fábrica **Secil-Outão**.

Setembro

- ❑ Constituição da empresa **HE70** que resulta de uma parceria entre a **Enersis** e a Mota-Engil para desenvolvimento de actividades no domínio das energias renováveis.
- ❑ É decretada uma reserva geológica na área da fábrica **Cibra-Pataias**.

Outubro

- ❑ Aquisição pela **Semapa**, à **Betopal Betões Preparados SA**, da empresa **Betopal S.L.**;
- ❑ A **Argibetão** inicia a comercialização em Portugal dos produtos da empresa franco-alemã Weser.
- ❑ Aquisição da empresa de betão-pronto **Macrobetão** pela **Secil Betões e Inertes**.
- ❑ Comemoração do 25º Aniversário da **Société des Ciments de Gabès**.

Novembro

- ❑ Participação das empresas do **Universo Secil** na Feira Concreta no Porto.
- ❑ Instalação de equipamento Hurrivane para redução de consumos energéticos na fábrica **Secil-Outão**.

- ❑ O Entrepasto ferroviário de Braga muda de instalações.

Dezembro

- ❑ Aumento do capital social da **Secil Investimentos** para 25 milhões de Euros. Em Dezembro esta empresa foi alienada, pela **Secil**, à **Seinpar Investments B.V.**, empresa detida a 100% pela **Semapa**;
- ❑ Atribuição do Prémio Secil de Arquitectura ao Arqº Pedro Maurício Borges pelo projecto da Casa Pacheco e Melo em S. Miguel, Açores.
- ❑ Aquisição da empresa de betão-pronto **Betalves** e de participações adicionais nas empresas **Asfalbetão Industrial** e **Almeida & Carvalhais** pela **Secil Betões e Inertes**.

3. PORTUGAL

3.1. Cimento

3.1.1. Mercado e Comercialização

O consumo de cimento no mercado interno diminuiu relativamente ao ano anterior interrompendo um período de crescimento continuado iniciado em 1994. Em 2002 estima-se que o mercado tenha atingido 11,1 milhões de toneladas o que representa um decréscimo de 3,7%.

O comportamento do mercado foi muito irregular ao longo do ano: cresceu de forma sustentada até Julho e teve uma queda muito significativa a partir de Agosto que se sentiu, em simultâneo na área da construção residencial e na área da construção de obras públicas.

No sector da construção residencial a quebra era esperada há muito e resulta da situação de saturação que atingiu a procura no mercado habitacional.

No sector de obras públicas e da construção não residencial a quebra é consequência do abrandamento da actividade económica resultante, essencialmente, de uma conjuntura internacional desfavorável e de uma política económica dominada pela contenção das despesas públicas.

O consumo de cimento “per capita” continua, no entanto, a ser bastante elevado e superior ao dos restantes países da União Europeia situando-se em 1 077 kg por habitante.

Em paralelo com a diminuição do mercado acentuou-se a actividade de importação de cimento estimando-se que tenha atingido 1,3 milhões de toneladas o que corresponde a um aumento de cerca de 30% relativamente a 2001.

Sublinha-se, neste âmbito, o acentuar expressivo da agressividade comercial das empresas que actuam no mercado cimenteiro – importadores e produtores nacionais.

Mercado de Cimento (1)					1000 t
	1998	1999	2000	2001	2002 (2)
Portugal	10 071	10 578	11 345	11 564	11 135
Portugal (%)	+ 5,5	+ 5,0	+ 7,3	+ 1,9	- 3,7
União Europeia (%)	+ 5,7	+ 5,1	+ 3,1	- 0,1	- 0,3

Consumos de Cimento “per capita”(1)					kg
	1998	1999	2000	2001	2002 (2)
Portugal	992	1 037	1 105	1 119	1 077
União Europeia	472	494	508	508	506

(1) Inclui cimento branco

(2) Estimativa

As vendas da **Secil** para o mercado interno totalizaram 3 814 000 toneladas de cimento e clínquer diminuindo 5,5%, em volume, e 2,8%, em valor, relativamente ao ano anterior. Registou-se um aumento ligeiro das vendas de cimento a granel em contrapartida da redução das vendas de cimento ensacado.

Vendas	1 000 Euro				
	1998	1999	2000	2001	2002
Mercado Interno	257 554	266 318	272 793	284 114	275 097
Mercado Externo	2 075	2 778	2 968	4 317	5 124
Total	259 629	269 096	275 760	288 431	280 221
Variação (%)	+ 4,8	+ 3,6	+ 2,5	+ 4,6	- 2,8

Vendas	1 000 t				
	1998	1999	2000	2001	2002
Mercado Interno					
Cimento Cinzento	3 789	3 867	3 878	3 932	3 714
Cimento Branco	77	87	89	103	96
Clínquer	0	0	0	0	4
Subtotal	3 866	3 954	3 966	4 035	3 814
Variação (%)	+ 4,0	+ 2,3	+ 0,3	+ 1,7	- 5,5

Mercado Externo					
Cimento Cinzento	35	44	42	41	48
Cimento Branco	0	3	0	4	0
Clínquer	0	0	0	14	51
Subtotal	35	47	42	59	99
Variação (%)	- 22,0	+ 34,3	- 10,6	+ 40,5	+ 67,8
Total	3 901	4 001	4 008	4 094	3 913
Variação (%)	+ 3,7	+ 2,6	+ 0,2	+ 2,1	- 4,4

Salienta-se o sucesso na aceitação pelo mercado do cimento tipo II/A-L 42,5R, ecologicamente mais interessante por exigir menor incorporação de clínquer, cuja comercialização se iniciara em Novembro de 2000.

Os preços do cimento foram actualizados em Março de 2002, com um aumento médio de 2,4%, ou seja, uma diminuição dos preços reais de cerca de 1,6%. Face ao clima de agressividade comercial a que acima se aludiu, em Novembro foram reajustados os preços do cimento nos entrepostos de venda.

Evolução dos Preços do Cimento (1993=100)

	1993	1999	2000	2001	2002
Preço nominal	100	110	112	115	118
Índice de preços no consumidor	100	120	124	129	134
Preço real	100	92	90	89	88

As vendas de cimento branco para o mercado interno diminuíram 7,9% em relação ao ano anterior, mas continuam a situar-se em níveis interessantes. Essa redução deve-se à presença no mercado de cimento importado proveniente da Turquia.

A **Secil** prosseguiu a sua política de fidelização dos clientes de cimento branco de dimensão e potencial significativos, particularmente através da qualidade do produto, da segurança do abastecimento e do apoio técnico proporcionado. Salienta-se ainda o lançamento de um novo produto o cimento branco tipo II/A-L 42,5.

A menor pressão da procura permitiu aumentar a actividade de exportação para cerca de 100 000 t o que representa um aumento de 68% relativamente ao ano de 2001; esse aumento deve-se essencialmente aos mercados de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe para o cimento e de Angola e Espanha para o clínquer.

Assinala-se a incorporação de cimento das fábricas **Secil** em várias obras relevantes e de prestígio, já concluídas ou em curso de realização, designadamente, as fundações do Metro do Porto, os Terminais de Contentores e de Gás e a Ampliação do Molhe Leste do Porto de Sines, o Terminal Multiusos do Porto de Setúbal, a Casa da Música do Porto e várias obras na Rede Nacional de Auto-Estradas.

Evolução do custo médio de transporte por tonelada de cimento vendida no Continente (1993=100)

	1993	1999	2000	2001	2002
A preços correntes	100	79	67	63	68
A preços de 1993	100	66	54	49	51

O sistema de distribuição respondeu cabalmente às solicitações do mercado. Verificou-se, no entanto, um aumento de 3%, em termos reais, do custo médio de transporte por tonelada vendida no continente.

Ao nível dos preços, os fretes marítimos aumentaram em resultado da subida dos preços dos combustíveis, os fretes ferroviários aumentaram abaixo da inflação e os fretes rodoviários mantiveram-se.

Facto significativo foi a introdução do navio "Roaz" no serviço de abastecimento de cimento aos entrepostos marítimos. Propriedade da empresa **Somera Trading**, está afretado em regime de casco nu a uma das empresas que presta serviço de transporte marítimo à **Secil**.

No que respeita à rede de entrepostos salienta-se:

- ❑ O início do funcionamento do entreposto de Leixões-Mar;
- ❑ A transferência da localização do entreposto rodo/ferroviário de Braga.

3.1.2. Produção

A produção de clínquer atingiu 3 085 000 toneladas, aumentando 2,4% relativamente ao ano anterior, que constitui um novo máximo histórico para o conjunto das três fábricas.

Mais uma vez foi possível melhorar a produtividade do trabalho nessas fábricas, em resultado do esforço sustentado de racionalização que tem sido empreendido.

Produção de Clínquer					1 000 t
	1998	1999	2000	2001	2002
Clínquer Cinzento					
Secil-Outão	1 655	1 719	1 796	1 703	1 784
Maceira-Liz	791	863	843	885	897
Cibra-Pataias	220	318	333	345	321
Subtotal	2 666	2 900	2 972	2 933	3 002
Clínquer Branco					
Cibra-Pataias	68	80	80	79	83
Total	2 734	2 980	3 052	3 012	3 085
Variação (%)	+ 2,3	+ 9,0	+ 2,4	- 1,3	+ 2,4

Produção de Clínquer por trabalhador (1)					toneladas
	1998	1999	2000	2001	2002
Secil-Outão	6 198	6 537	6 987	6 759	7 252
Maceira-Liz e Cibra-Pataias	3 340	3 928	4 131	4 349	4 427

(1) Para o cálculo deste indicador consideram-se somente os trabalhadores afectos à actividade fabril.

A produção global de cimento diminuiu ligeiramente em relação a 2001 (- 0,9%) e totalizou 3 836 000 toneladas. Esta diminuição da produção resulta do abrandamento sensível do mercado interno registado a partir de Agosto, uma vez que durante o primeiro semestre ainda foi necessário recorrer a importações de cimento.

Produção de Cimento					1 000 t
	1998	1999	2000	2001	2002
Cimento Cinzento					
Secil-Outão	2 073	2 185	2 224	2 008	2 042
Maceira-Liz	1 399	1 380	1 313	1 371	1 396
Cibra-Pataias	328	385	374	387	301
Subtotal	3 800	3 950	3 911	3 766	3 739
Cimento Branco					
Cibra-Pataias	78	91	90	105	97
Total	3 878	4 041	4001	3 871	3 836
Variação (%)	+ 5,4	+ 4,2	- 1,0	- 3,2	- 0,9

O cimento produzido nas três fábricas continua com características finais bastante homogéneas e com elevados padrões de qualidade, aspecto que se considera essencial para garantir um reconhecimento geral no mercado sobre o alto nível de exigência por que se pauta toda a **Empresa**.

Na fábrica **Secil-Outão** iniciou-se a produção de cimentos portland de calcário segundo a norma EN 197-1, com a redução da taxa de incorporação de clínquer em cerca de 10% e os consequentes impactos positivos a nível ambiental.

A recuperação paisagística das pedreiras conheceu uma aceleração considerável, com a exploração em taludes de 10 metros de altura.

Realizaram-se testes de co-incineração de resíduos perigosos (RIPs) supervisionados pela Comissão Científica Independente. Os resultados finais demonstraram claramente que se trata de um processo seguro, fiável e compatível com um ambiente saudável como, aliás, tem sido reconhecido de forma generalizada em todo o mundo.

Prosseguiram as acções visando a implementação de um Sistema de Gestão de Segurança, segundo a NP 4397, prevendo-se a sua certificação em 2003; o mesmo se passa com as acções conducentes ao registo da fábrica no EMAS II, não obstante a alteração da legislação aplicável e a dificuldade na obtenção de respostas, em tempo útil, a pedidos de novos licenciamentos e a reconversão de licenciamentos vencidos.

Na fábrica **Maceira-Liz** salienta-se a obtenção de novos máximos anuais de produção de clínquer e de cimento.

Na fábrica **Cibra-Pataias** sublinha-se o início da produção do cimento branco tipo CEM II/A-L 42,5 N.

Em termos de Certificação de Qualidade prosseguiram as acções conducentes à transição da Certificação da **Secil** e da **CMP** da norma ISO 9002:1995 para a ISO 9001:2001, tendo sido realizada, em Fevereiro de 2003, a respectiva auditoria de transição.

Manteve-se em funcionamento, com plena eficiência, o sistema de aprovisionamento das três fábricas em carvão e coque de petróleo. O abastecimento foi feito sem perturbações e com níveis de stock de segurança adequados.

O ano de 2002 caracterizou-se por um aumento ligeiro dos preços dos combustíveis sólidos. Ao nível da energia eléctrica verificou-se um aumento substancial do preço – na ordem dos 9% - o que afectou sensivelmente o custo de produção do clínquer e do cimento.

3.1.3. Recursos Humanos

Prosseguiram as acções visando aumentar a motivação e eficácia dos recursos humanos, bem como proporcionar uma identificação do pessoal com os objectivos da **Secil** e das suas subsidiárias e participadas.

Obtiveram-se bons resultados nas vertentes da racionalização do volume de efectivos, do recrutamento de novos colaboradores, da formação profissional e do reconhecimento da contribuição individual e colectiva para os resultados atingidos.

Evolução do Quadro de Pessoal Secil/CMP

	1998	1999	2000	2001	2002
Efectivos	768	762	757	736	724
Eventuais	7	11	9	22	20
Total	775	773	766	758	744
Variação (%)	- 3,8	- 0,3	- 0,9	- 1,0	- 1,8

No conjunto da **Secil** e da **CMP**, não obstante terem sido admitidos nove novos colaboradores, registou-se uma diminuição de doze efectivos.

As acções de formação realizadas na **Secil** e na **CMP** são sumariadas no quadro seguinte.

Formação Profissional

	1998	1999	2000	2001	2002
Pessoas	1 142	531	933	1 357	1 519
Horas	23 732	19 907	19 095	23 339	28 061

O trabalho suplementar continua a situar-se em níveis aceitáveis tendo registado, relativamente a 2001, uma diminuição na **Secil** (- 5,8%) e um aumento na **CMP** (+ 14,8%).

A média etária é de 46,4 anos na **Secil** e de 48,1 anos na **CMP**.

O nível do absentismo aumentou para 6,12%, na **Secil**, e para 4,61%, na **CMP**.

Absentismo (%)

	1998	1999	2000	2001	2002
Secil	3,49	5,32	4,93	4,75	6,12
CMP	2,73	4,14	3,35	4,42	4,61

Em 2002, no âmbito do sistema de gestão de desempenho que está em curso de implementação, a **Empresa** atribuiu aos seus colaboradores uma remuneração variável por cumprimento de objectivos.

3.1.4. Organização

No domínio da Organização administrativa há a realçar o lançamento do **Projecto ARC – Arquivo, Referenciação e Consulta** de documentos, destinado a identificar as necessidades da **Empresa** naqueles domínios e a propor um modelo de gestão capaz de responder eficazmente a essas necessidades. Para além dos problemas correntes da chamada “arquivística”, pretende-se implantar um sistema de controlo e sintonia de procedimentos administrativos mais importantes.

3.1.5. Investimento

Lançaram-se e realizaram-se investimentos significativos visando o aumento das performances fabris, a melhoria da qualidade dos produtos e serviços fornecidos, das condições ambientais e do serviço prestado a clientes e a flexibilização dos meios de transporte e sistemas de distribuição. Ascenderam globalmente a 17,2 milhões de Euros, sendo de destacar as seguintes acções:

Na Fábrica **Secil-Outão**, a instalação do equipamento Hurrivane na linha 9 e a adjudicação da instalação de electrofiltros em dois moinhos de cimento.

Na Fábrica **Maceira-Liz**, o aumento da capacidade e modernização das moagens de cimento nº 8 e nº 9 e a remodelação do accionamento dos ventiladores de tiragem dos dois fornos de clínquer.

Na Fábrica **Cibra-Pataias**, a instalação da máquina para plastificação de paletes e a construção do parque de pré-homo que se encontra em fase de finalização.

Na Área **Comercial/Distribuição**, a mudança das instalações do entreposto de Braga e a renovação dos escritórios da Coordenação Comercial Centro.

Refere-se o recebimento das primeiras participações correspondentes aos contratos celebrados ao abrigo do POE.

3.1.6. Resultados

Apesar da quebra das vendas em valor (- 2,3%) e em volume, o conjunto **Secil/CMP** atingiu uma boa performance de exploração registando-se um aumento do EBITDA de 2,1%.

Esse aumento resulta essencialmente dos seguintes factores:

- ❑ Produções de clínquer e cimento que quase eliminaram as importações desses produtos;
- ❑ Diminuição ligeira dos custos variáveis de produção;
- ❑ Diminuição dos custos com transportes de cimento.

Como elemento que o afectou negativamente refere-se o aumento de cerca de 9% no preço da energia eléctrica.

A diminuição de 3,5% no EBIT resulta essencialmente do crescimento nas amortizações (em particular do Goodwill relativo a empresas participadas) e das provisões.

Como era esperado, os resultados líquidos apesar de atingirem 64,3 milhões de Euros, diminuíram face aos obtidos no ano anterior, o que é explicado pelo facto de a empresa ter beneficiado em 2001 de uma redução excepcional do IRC, permitida pela aplicação do regime de tributação de grupos de sociedades.

	1998	1999	2000	2001	2002	1 000 Euro %
Vendas	275 407	283 362	289 821	301 334	294 334	-2,3
EBITDA	117 666	136 942	136 062	134 640	137 526	2,1
EBIT	74 912	94 212	94 735	95 161	91 792	-3,5
Resultado Líquido	50 974	66 409	62 195	87 331	64 279	-26,4
Cash-Flow	93 729	109 139	103 521	126 810	110 012	-13,2

3.1.7. Perspectivas para 2003

Para 2003 perspectiva-se uma diminuição sensível do mercado de cimento; antevê-se que o sector de construção residencial continue em queda acentuada, embora seja expectável alguma recuperação no sector de obras públicas. É, assim, de esperar uma diminuição do desempenho da **Secil/CMP**.

3.2. Betão-Pronto e Inertes

O mercado de betão-pronto sofreu uma queda que se estima em cerca de 5%, consequência da diminuição da actividade já referida no sector da construção. O consumo de cimento pela indústria de betão-pronto diminuiu, passando de 25,8% em 2001 para 24,7% em 2002.

Consumo de Cimento pela Indústria do betão-pronto no Continente					%
	1998	1999	2000	2001	2002 (1)
Consumo	21,4	21,7	24,4	25,8	24,7
(1) Estimativa					

O desempenho das empresas do grupo foi positivo, embora bastante inferior ao registado no ano anterior.

Betão-Pronto		2000	2001	2002	%
Centrais		38	38	44	15,8
Vendas	1 000 m ³	2 170	2 533	2 454	- 3,1
Vendas	1 000 Euro	123 983	146 149	141 609	- 3,1
EBITDA	1 000 Euro	15 257	17 168	13 596	- 20,8
EBIT	1 000 Euro	9 991	11 835	8 084	- 31,7
Resultados Líquidos	1 000 Euro	7 073	8 388	5 824	- 30,6
"Cash-Flow"	1 000 Euro	12 339	13 721	11 336	- 17,4
Efectivos		479	465	425	- 8,6

Salientam-se como factos relevantes a aquisição das empresas **Betostrong**, **Betalves** e **Macrobetão** e abertura de duas novas centrais de betão, uma em **Cantanhede** e outra em **Braga** (Estádio).

Refere-se também o reforço das participações nas empresas **Asfalbetão Industrial** (10%) e **Almeida & Carvalhais** (11%).

Salienta-se ainda a transferência para terceiros dos serviços de transporte e bombagem realizados em vários mercados em que actuam as empresas da **Secil**, **Betões e Inertes**.

Uma vez que para 2003 se prevê uma quebra acentuada da actividade da construção, a actividade do betão-pronto e das empresas do grupo deverá ser afectada no seu desempenho.

O mercado dos inertes não foi tão afectado como o do betão-pronto uma vez que a quebra no sector da construção foi compensada pela forte procura para as vias de comunicação.

Inertes

		2000	2001	2002	%
Pedreiras		6	6	6	0,0
Vendas	1 000 t	2 455	3 615	3 586	- 0,8
Vendas	1 000 Euro	14 707	20 685	21 443	3,7
EBITDA	1 000 Euro	5 483	9 888	8 528	- 13,8
EBIT	1 000 Euro	2 835	6 863	5 568	- 18,9
Resultados Líquidos	1 000 Euro	1 915	4 523	4 116	- 9,0
"Cash-Flow"	1 000 Euro	4 563	7 548	7 075	- 6,3
Efectivos		116	131	134	2,3

Como factos salientes destacam-se, na **Ecob**, a ampliação da central de lavagem de britas na Mexilhoeira Grande, a extensão do contrato até 2017 e o aumento da área de exploração da pedra do Escarpão na **Secil-Britas**, e a extensão da Certificação de Qualidade à pedra de Joane.

Perspectiva-se, para 2003, uma evolução semelhante à do sector do betão-pronto.

3.3. Prefabricados em Betão

As empresas que actuam neste mercado também foram negativamente afectadas pela diminuição da actividade da construção. No seu conjunto, a **Secil Prebetão** e a **Argibetão**, registaram uma diminuição nas vendas na ordem dos 10% em valor e quebras no EBITDA e nos resultados líquidos.

		2000	2001	2002	%
Fábricas		9	9	9	0,0
Vendas	1 000 t	388	392	353	-9,9
Vendas	1 000 Euro	22 827	24 316	22 404	-7,9
EBITDA	1 000 Euro	2 616	3 028	2 409	-20,4
EBIT	1 000 Euro	265	859	-111	-112,9
Resultados Líquidos	1 000 Euro	210	2 015	37	-98,2
"Cash-Flow"	1 000 Euro	2 529	4 184	2 582	-38,3
Efectivos		348	341	332	-2,6

Na **Secil Prebetão** instalou-se uma nova máquina de tubos e automatizou-se a central de betão na fábrica de Coimbra, foi concluído o projecto de uma nova linha de mobiliário urbano, a comercializar a partir do 2º semestre de 2003 e criou-se uma Direcção de Obras, com vista à venda de soluções chave-na-mão.

Na **Argibetão** merecem destaque o início da comercialização em Portugal de uma linha de janelas e acessórios para telhados designada Argilux e a abertura de uma sucursal em Espanha.

Para 2003 perspectiva-se uma evolução desfavorável pelas razões já apontadas.

3.4. Aglomerantes e Argamassas

Como se esperava, o mercado da cal hidráulica continua em fase de declínio ligeiro. Em contrapartida, o mercado das argamassas continua a crescer de forma sustentada, em resultado da substituição progressiva dos rebocos tradicionais. Assim, em ambos os mercados ainda não se sentiram os efeitos da diminuição da actividade do sector de construção.

A **Secil Martingança** atingiu novamente uma boa performance traduzida no aumento do valor de vendas (+8,8%), do EBITDA (+ 24,9%) e dos resultados líquidos (+ 254,6%).

		2000	2001	2002	%
Fábricas		1	2	2	0,0
Cal Hidráulica	1 000 t	69	64	64	0,0
Argamassas	1 000 t	70	106	142	33,8
Vendas	1 000 Euro	8 023	9 285	10 105	8,8
EBITDA	1 000 Euro	1 675	1 903	2 377	24,9
EBIT	1 000 Euro	641	670	1 104	64,8
Resultados Líquidos	1 000 Euro	299	199	705	254,1
"Cash-Flow"	1 000 Euro	1 332	1 432	1 979	38,2
Efectivos		80	88	80	-9,1

São factos relevantes, ao nível dos investimentos, a aquisição da totalidade do capital da **IQM**, a aquisição de 25 silos e equipamentos para apoio à comercialização das argamassas, a instalação de filtros de mangas nos fornos de cal hidráulica e a recuperação paisagística das pedreiras.

O sector das tintas foi vendido e fez-se o lançamento de argamassas coloridas e de um reboco especial designado RHP Plus.

Para 2003 perspectiva-se um comportamento dos mercados desta empresa de acordo com o padrão revelado nos últimos anos, isto é, declínio ligeiro na cal hidráulica e aumento expressivo nas argamassas.

3.5. Fibrocimento

A Assembleia da República aprovou uma Resolução muito negativa para o fibrocimento que, em interpretação literal, pode levar à proibição da sua aplicação.

Este facto afectou drasticamente a performance da **Cimianto STH**, empresa na qual a Secil tem uma participação minoritária. Os proveitos operacionais atingiram 17,8 milhões de

Euros (- 16% que em 2001), o EBITDA foi de 1,8 milhões de Euros (- 40% que em 2001) e os resultados líquidos atingiram 271 000 Euros (- 83% que em 2001).

Como elemento positivo para contrabalançar as perdas no mercado interno observou-se o crescimento sensível da actividade de exportação.

As perspectivas para 2003 são assim, muito pouco animadoras.

3.6. Painéis de Cimento-Madeira

As vendas da **Viroc Portugal** atingiram 6,6 milhões de Euros, em valor, e 12 103 m³, em quantidade, o que representa aumentos de 13,7% e de 9,2%, respectivamente, face ao ano anterior.

		2000	2001	2002	%
Fábricas		1	1	1	0,0
Vendas	m ³	11 968	11 088	12 103	9,2
Vendas	1 000 Euro	5 976	5 808	6 606	13,7
EBITDA	1 000 Euro	1 242	658	1 738	164,1
EBIT	1 000 Euro	145	- 598	665	211,2
Resultados Líquidos	1 000 Euro	- 399	- 1 369	13	100,9
"Cash-Flow"	1 000 Euro	698	- 93	1 086	-
Efectivos		66	82	96	17,1

Saúda-se a obtenção de resultados líquidos positivos – na ordem dos 13 000 Euros – o que sucede pela primeira vez na vida da empresa.

Merece destaque a execução dos investimentos decididos em Janeiro de 2002 e concluídos em Dezembro; ainda não teve influência nos resultados de 2002, mas prevê-se que venha a contribuir para melhorar muito a performance da empresa em 2003.

O plano de reestruturação da dívida, acordado em Dezembro de 1999, tem vindo a ser pontualmente cumprido, tendo já terminado o reembolso de juros vencidos aos bancos e ao IAPMEI.

Para 2003 não se prevêem alterações na evolução dos mercados em que actua a empresa.

3.7. Distribuição de Cimento para as Regiões Autónomas

As empresas cimenteiras das Regiões Autónomas, **Cimentos Madeira** e **Cimentaço**, obtiveram resultados líquidos francamente positivos. Os consumos regionais de cimento permanecem em níveis excepcionalmente elevados, em particular na Região Autónoma dos Açores.

Este mercado cresceu 11% relativamente a 2001 e atingiu 371 000 t, novo máximo histórico. A **Cimentaço** atingiu resultados líquidos na ordem dos 3,5 milhões de Euros, os melhores de sempre, e gerou um "cash-flow" de 4,5 milhões de Euros.

O Mercado da Madeira decresceu ligeiramente (- 3,5%), atingindo 493 000 toneladas e as vendas da **Cimentos Madeira** situaram-se em 352 000 t (- 1% que em 2001) representando um ligeiro aumento da quota de mercado em relação à empresa sua concorrente. Os resultados líquidos, de 2,3 milhões de Euros foram os melhores de sempre; o "cash-flow" atingiu os 3,1 milhões de Euros.

3.8. Energia Eléctrica

As empresas produtoras de energia eléctrica subsidiárias da **Enersis** tiveram uma produção record de 319 GWh. As vendas ascenderam a 24 milhões de Euros, tendo os resultados líquidos atingido o valor de 6 milhões de Euros (+ 100% que em 2001).

		2000	2001	2002	%
Capacidade Instalada ⁽¹⁾	MW	83	100	143	43,2
Produção	GWh	237	287	319	11,1
Vendas	1 000 Euro	15 383	18 980	24 008	26,5
EBIT	1 000 Euro	7 706	8 130	8 750	7,6
Resultados Líquidos	1 000 Euro	2 190	2 964	5 969	101,4
Efectivos		52	54	72	33,3

(1) A partir de 2002 inclui a totalidade da capacidade instalada da empresa HE70.

Como factos relevantes ocorridos no grupo de empresas da **Enersis** assinalam-se:

- ❑ A aquisição de 100% da empresa Tomen Eléctrica, red denominada **PEVB – Parque Eólico de Vila do Bispo**, detentora de 10 MW instalados;
- ❑ A parceria a 50% com o grupo Mota-Engil, constituindo-se a empresa **HE70**, SGPS, com várias instalações, das quais se destacam 21,2 MW hídricos em funcionamento e 20 MW hídricos em construção;
- ❑ A entrada em funcionamento dos Parques Eólicos de **Bigorne**, da **Jarmeleira** e da **Igreja Nova II**, com uma potência instalada de 11,8 MW;

- O início da construção dos Parques Eólicos de Meroicinha e de Lomba da Seixa II, com uma potência total de 19 MW.

Para 2003 perspectiva-se a conclusão de parques eólicos que totalizam cerca de 19 MW de potência instalada e o lançamento da construção de novos parques com uma potência instalada prevista de 37 MW. Por outro lado, espera-se poder concluir o licenciamento de novos projectos que poderão representar mais cerca de 100 MW de potência instalada.

3.9. Sacos de Papel

A produção da linha de sacos de papel instalada na fábrica **Maceira-Liz** teve um decréscimo de 3,6% em relação a 2001, decorrente da diminuição das vendas de cimento ensacado, não compensado noutros mercados.

Os custos variáveis diminuíram cerca de 5,2% relativamente ao ano anterior devido, essencialmente, à diminuição do preço médio de aquisição do papel.

		2000	2001	2002	%
Fábricas		1	1	1	0,0
Produção	1 000 Sacos	52 071	48 796	47 029	- 3,6
Vendas ⁽¹⁾	1 000 Euro	7 921	7 581	7 376	- 2,7
EBIT	1 000 Euro	2 484	1 999	2 103	5,3

(1) Estão incluídas as cedências de sacos de papel às Fábricas Maceira-Liz e Cibra- Pataias

3.10. Valorização e Reciclagem de Resíduos

A **Ecoresíduos** foi constituída com o objectivo de conferir ao sector cimenteiro nacional, condições de intervenção na melhoria do desempenho ambiental da indústria, em associação com empresas especializadas na actividade de eliminação de resíduos, com intervenção credenciada nos países mais desenvolvidos neste domínio. A actividade desta empresa desenvolve-se através de empresas participadas em que avultam a **Scoreco**, a **Prescor** e a **Ecometais**.

A suspensão, por decisão governamental, do processo de co-incineração de resíduos industriais perigosos nas cimenteiras nacionais impediu a **Scoreco** de desenvolver a sua actividade; continuará, no entanto, a trabalhar no sentido da valorização de matérias-primas alternativas, em substituição da exploração de reservas naturais.

A **Prescor**, que iniciou a sua actividade produtiva no ano de 2001, teve em 2002 o seu primeiro ano de produção e comercialização de escórias moídas, tendo atingido os objectivos projectados para o ano. Prevê-se para o próximo ano um crescimento superior a 10%.

A **Ecometais** foi constituída em Outubro de 2001, orientada para a actividade de eliminação de veículos automóveis em fim de vida. A sociedade está em processo de realização do investimento inicial, prevendo-se o arranque de actividade industrial no ano de 2004.

4. TUNÍSIA

4.1. Cimento

4.1.1. Mercado e Comercialização

O consumo total de ligantes atingiu 5,8 milhões de toneladas, o que representa um crescimento de 2,1% relativamente ao ano anterior.

Esta evolução, embora positiva, reflecte uma desaceleração do crescimento do mercado relativamente aos últimos anos. Este facto é consequência do abrandamento da actividade económica, particularmente a partir do 2º semestre. Depois de várias revisões em baixa, o valor actualmente estimado para a taxa de crescimento do produto é da ordem dos 2%, contra taxas médias acima dos 5% nos últimos anos. Esta situação deve-se à conjugação dos efeitos negativos da situação de seca que o país atravessa desde há quatro anos e da queda importante verificada no sector turístico.

As autoridades tunisinas implementaram um programa de ajustamento conjuntural a partir de 2002, por forma a sustentar o agravamento do défice público e a relançar as exportações. A depreciação importante do dinar tunisino face ao euro (na ordem dos 7%) é reflexo deste enquadramento macroeconómico.

Mercado de ligantes					1 000 t
	1998	1999	2000	2001	2002
Cimento	4 109	4 387	4 948	5 178	5 300
Cal Artificial	394	398	465	456	455
Ligantes	4 503	4 785	5 413	5 634	5 755
Ligantes (%)	+ 2,7	+ 6,3	+ 13,1	+ 4,1	+ 2,1

Consumos "per capita"					kg
	1998	1999	2000	2001	2002
Cimento	472	496	550	567	569
Cal Artificial	45	45	51	50	49
Ligantes	517	541	601	617	618

Apesar disso, as vendas da **SCG** evoluíram numa forma bastante positiva, tanto em valor como em volume, pois os investimentos realizados permitiram ultrapassar os obstáculos de ordem operacional registados no ano anterior e que tinham impedido uma progressão positiva em 2001 da tonelagem vendida. Regista-se, assim, um aumento das vendas de 7,1% em volume. Em valor, esse aumento foi de 9,2% (em Euros) ou de 13,7% (em dinares tunisinos). O aumento do valor das vendas decorreu do aumento dos preços e do crescimento do cimento HRS, com um preço mais elevado.

Vendas	1 000 Euro				
	1998	1999	2000	2001	2002
Ligantes	28 032	30 426	36 461	37 136	40 214
Mercado Interno	25 639	29 514	36 461	37 136	40 214
Mercado Externo	2 394	912	0	0	
Outros	1 805	1 574	1 838	2 202	2 724
Total	29 837	32 000	38 299	39 338	42 938
Variação (%)	- 4,5	+ 7,2	+ 19,7	+ 2,7	+ 9,2

Vendas	1 000 t				
	1998	1999	2000	2001	2002
Mercado Interno					
Cimento	718	781	931	912	976
Cal Artificial	40	29	82	78	84
Clínquer	0	31	0	0	0
Subtotal	758	841	1 013	990	1 060
Variação (%)	- 1,0	+ 10,9	+ 20,5	- 2,3	+ 7,1
Mercado Externo					
Clínquer	91	35	0	0	0
Mercado Total	849	876	1 013	990	1 060
Variação (%)	- 9,0	+ 3,2	+ 15,6	- 2,3	+ 7,1

Em Maio de 2002, ao abrigo do regime de preços homologados que permanece em vigor, foi possível fazer uma actualização de 6%.

Contrariamente às expectativas e aos compromissos solenemente assumidos, os preços do cimento não foram liberalizados. Relembra-se que no processo de privatização da indústria cimenteira a liberalização de preços consta, expressamente, do respectivo Cadernos de Encargos.

4.1.2. Produção

No que respeita à produção de clínquer foi possível, após as intervenções técnicas realizadas no início de 2002, regressar a um volume de produção próximo do realizado no ano de 2000 (762 000 t, que representou um crescimento de 8,3% relativamente a 2001). No entanto tal não impediu importações de clínquer (subsidiadas pelo Estado) para responder à evolução da procura.

Houve também que repor o nível dos stocks de clínquer em conformidade com as necessidades previstas para o 1º semestre de 2003, tendo em conta as programadas paragens dos fornos para executar os investimentos destinados ao aumento de capacidade da produção da fábrica (para cerca de 1 000 000 de toneladas por ano).

A produção de ligantes atingiu 1 064 000 t (+ 8,1% que no ano anterior) permitindo assim responder ao acréscimo da procura. As intervenções feitas para otimizar a produção dos moinhos estão na base destes resultados, conseguidos com uma redução importante no consumo específico de energia eléctrica. No início de 2003 estará terminada esta intervenção, prevendo-se que, sem investimentos adicionais, se consiga chegar a uma produção de ligantes da ordem dos 1,4 milhões de toneladas por ano.

Produções	1 000 t				
	1998	1999	2000	2001	2002
Clínquer	731	703	766	703	762
Variação (%)	- 10,9	- 3,8	+ 9,0	- 8,2	+ 8,4
Ligantes					
Cimento	724	781	940	904	980
Cal Artificial	37	29	82	80	84
Total	761	810	1 022	984	1 064
Variação (%)	- 1,2	+ 6,4	+ 26,2	- 3,7	+ 8,1

Após a confirmação da certificação da empresa, obtida em 2001, segundo a norma ISO 9002 (1994), foram iniciadas as acções tendo em vista a transição para a norma ISO 9000 (versão 2000) cuja certificação se espera obter em 2003.

4.1.3. Recursos Humanos

O efectivo total da **SCG** ascendia no final de 2002 a 475 trabalhadores, menos 22 que no final de 2001, no âmbito de uma política de racionalização na afectação dos recursos humanos; em simultâneo, iniciou-se o recrutamento de técnicos qualificados em áreas fundamentais para a modernização da empresa nas áreas da gestão e da reconversão tecnológica.

Evolução do Quadro de Pessoal

	1998	1999	2000	2001	2002
Efectivos	540	537	515	497	475
Variação (%)	- 0,9	- 0,6	- 4,1	- 3,5	- 4,4

No mesmo sentido foram desenvolvidas acções no âmbito do contrato de assistência técnica e de transferência de tecnologia, em vigor entre a **Secil** e a **SCG**. Realçam-se a optimização dos investimentos nos moinhos de cru e no novo comando centralizado da fábrica e a implementação do sistema de contabilidade analítica.

Manteve-se o apoio às actividades sociais e a vários fundos de âmbito regional e nacional.

Em Outubro de 2002, comemorou-se o 25º aniversário da fábrica e a assinatura dos contratos relativos ao aumento da capacidade da fábrica e à instalação da moagem de coque/carvão, com uma cerimónia a que presidiu o Ministro da Indústria e Energia.

Em Dezembro, chegou-se a acordo com os representantes dos trabalhadores, sobre as actualizações salariais para o triénio 2002-2004 e a substituição do Estatuto do Pessoal (próprio de uma empresa pública) por um Acordo de Empresa.

4.1.4. Investimento

O investimento ascendeu a cerca de 5,9 milhões de Euros. Para além deste montante foram despendidos 3,1 milhões de Euros em grandes reparações ou modificações nos equipamentos das duas linhas, com o objectivo de aumentar a sua vida útil, actualizá-las tecnologicamente e prepará-las para a modificação das torres de ciclones, a realizar durante 2003. Este projecto de aumento da capacidade deverá permitir uma produção anual de 1 000 000 t de clínquer e de 1 400 000 t de ligantes.

Estes investimentos e os programados para 2003 e 2004, integram-se num programa global de modernização da empresa, submetido às autoridades tunisinas no quadro do programa nacional de apoio à modernização da indústria (designado "Programme de Mise a Niveau"). Dependendo do grau de realização dos investimentos, essa participação poderá ascender até 6 milhões de dinares.

Em Agosto de 2002 obteve-se, finalmente, a aprovação de princípio do Ministério do Ambiente necessária para a concretização da moagem coque/carvão, esperando-se a sua realização durante o ano de 2003, em simultâneo com o investimento relativo às operações de descarga, armazenagem e carga no Porto de Gabès.

Participou-se na constituição de uma nova empresa de betão-pronto em Zarzis, em conjunto com a **Sud Beton** e um empresário local.

Em Dezembro foi assinado um contrato de empréstimo a médio e longo prazo (até 10 anos) com um banco tunisino, no montante de 15 milhões de dinares, para o financiamento dos investimentos do programa atrás descrito. Prevê-se a utilização integral desse financiamento ao longo de 2003.

4.1.5. Resultados

A **SCG** teve uma performance muito positiva. Com efeito, o valor das vendas aumentou 9,2%, relativamente a 2001, e o EBITDA e os resultados líquidos atingiram, respectivamente, 7,4 milhões de Euros e 2,6 milhões de Euros, ou seja, aumentos de 73,7% e de 102,7% face ao ano anterior.

Estes resultados devem-se predominantemente ao aumento da produção de clínquer e à evolução das vendas o que permitiu compensar a queda significativa (em mais de 750 000 Euros) dos resultados financeiros decorrente dos importantes investimentos realizados e integralmente financiados com fundos próprios. O aproveitamento das vantagens fiscais previstas na lei tunisina, relativamente aos lucros reinvestidos, e a melhoria operacional justificam o acréscimo de cerca de 103% nos resultados líquidos.

A concretização dessas vantagens fiscais, cujo impacto no resultado líquido é de cerca de 50 000 Euros está dependente da realização dos dois factos seguintes:

- Concretização do aumento de capital da sociedade **Zarzis Beton** no montante de 260 000 Euros;
- Aprovação de um aumento de capital por incorporação de reservas no montante aproximado de 1 190 000 Euros.

	1998	1999	2000	2001	2002	1 000 Euro %
Vendas	29 837	32 000	38 298	39 338	42 938	9,2
EBITDA	4 733	4 631	7 024	4 268	7 414	73,7
EBIT	345	520	3 257	851	2 954	247,3
Resultados Líquidos	751	1 216	2 794	1 261	2 556	102,7
"Cash-Flow"	5 477	5 327	6 562	4 917	7 016	42,7

4.1.6. Perspectivas para 2003

Para 2003 prevê-se uma taxa de crescimento do produto interno tunisino entre 3% e 4% e o relançamento de alguns projectos públicos estruturantes no âmbito do X Plano Quinquenal, cujos efeitos poderão sentir-se a partir do 2º semestre do ano.

Caso esta previsão se confirme, as expectativas para a evolução do consumo de cimento mantêm-se positivas e numa ordem de valor próxima da taxa de crescimento do produto acima mencionada. A quota da **SCG** dever-se-á manter a um nível semelhante ao de 2002, pelo que a evolução prevista das vendas de ligantes, em volume, é de cerca de 3%.

Em valor, a evolução das vendas será condicionada pela atitude do governo tunisino no que respeita à liberalização dos preços dos ligantes em Maio próximo: ou confirma a liberalização ou mantém o regime de homologação dos preços, definindo administrativamente o seu aumento. Se for este o caso, espera-se que não venha a ser inferior ao aumento nominal de 6%, fixado em Maio de 2002.

4.2. Betão-pronto e pré-fabricados em betão

A **Sud Béton** obteve uma performance interessante espelhada no aumento dos resultados líquidos (+ 62%) e do EBITDA (+ 16,3%) face ao ano anterior.

		2000	2001	2002	%
Centrais de betão		1	2	2	0,0
Linhas de pré-fabricação			2	2	0,0
Vendas de betão	1 000 m ³	64	69	80	15,9
Vendas de pré-fabricados	1 000 t		18	15	-16,7
Volume de vendas	1 000 Euro	3 790	3 897	4 157	6,7
EBITDA	1 000 Euro	670	553	643	16,3
EBIT	1 000 Euro	569	329	381	15,9
Resultados Líquidos	1 000 Euro	413	171	277	62,0
"Cash-Flow"	1 000 Euro	514	396	531	34,1
Efectivos		85	87	84	-3,4

(1) Os números relativos a 2000 e 2001 foram corrigidos face aos apresentados no Relatório de 2001.

Como factos significativos salientam-se:

- ❑ A constituição da **Zarzis Beton** localizada em Zarzis;
- ❑ A produção de 18 300 m³ obtida no primeiro ano de funcionamento da Central de Gabès;

- A diminuição ligeira do quadro de pessoal.

Os investimentos realizados atingiram 450 000 Euros e respeitam basicamente a veículos pesados de distribuição e a terrenos em Gabès.

Para 2003, perspectiva-se um ligeiro aumento da actividade da empresa e a consolidação da presença no mercado de Gabès.

5. ANGOLA

5.1. Cimento

A conjuntura em Angola permanece relativamente indefinida apesar da obtenção de uma situação de paz.

Espera-se e existem já sinais de uma reanimação global e regional da economia, associada à reconstrução do País, o que terá naturalmente consequências muito positivas sobre a procura e a indústria do cimento. Essa reanimação permanece, no entanto, condicionada pela reabertura e arranjo das vias de comunicação, o que ainda não se verificou.

Em consequência dos constrangimentos que enquadraram a actividade da **Tecnosecil**, os seus resultados líquidos foram negativos em cerca de 310 000 Euros. As vendas ascenderam a 26 480 t, em quantidade, e a 3,9 milhões de Euros, em valor.

Reduziu-se substancialmente o número de efectivos da fábrica e prosseguiu-se o esforço de racionalização de custos e meios de produção, com a aquisição e substituição de equipamentos obsoletos e a reorganização de processos de trabalho.

Para 2003, as perspectivas de evolução do mercado de cimento são moderadamente boas quer ao nível do país quer ao nível da região Sul, que é o mercado natural da **Tecnosecil**.

Ao nível da empresa os esforços centrar-se-ão na instalação de um novo moinho de cimento que permitirá aumentar a capacidade de produção para 180 000 toneladas por ano.

6. LÍBANO

6.1. Cimento

A empresa **Ciment de Sibline** está localizada na zona sul do país, próximo da cidade do Saída e tem uma capacidade anual de produção de 1,2 milhões de toneladas de cimento.

As vendas de cimento no Líbano tiveram uma quebra de 4,5% em relação ao ano anterior. Devido à entrada no mercado de um novo produtor, a **Ciment de Sibline** diminuiu ligeiramente a sua quota de mercado (de 20% para 19%).

Neste cenário, apesar de uma descida de 8% no volume de vendas, o EBITDA teve uma quebra de apenas 5%. Já no que respeita aos resultados líquidos e “cash-flow”, verificou-se uma melhoria significativa que foi consequência directa da redução nos encargos financeiros.

		2000	2001	2002	%
Fábricas		1	1	1	
Vendas	1 000 t	576	551	500	-9,3
Volume de vendas	1 000 Euro	36 623	34 995	33 575	-4,1
EBITDA	1 000 Euro	17 204	14 265	14 076	-1,3
EBIT	1 000 Euro	9 886	6 868	5 980	-12,9
Resultados Líquidos	1 000 Euro	-1 790	-3 066	-1 024	-66,6
“Cash-Flow”	1 000 Euro	5 528	4 332	7 072	63,2
Efectivos		372	351	341	-2,8

No fim de 2002 foram assinados os contratos para ampliação do porto de Jieh e de conversão de combustível para carvão e coque. Estes investimentos, a realizar em 2003, permitirão à empresa melhorar consideravelmente o seu custo de produção e aumentar as receitas através da exportação.

Prevê-se também que a **Ciment de Sibline** venha a entrar no mercado de betão, através da aquisição de uma empresa a actuar neste mercado. Por outro lado, prosseguirão os esforços para aquisição de novas pedreiras.

Em Abril, a **Secil** tornou-se accionista da empresa com uma participação de 21,22% através de um aumento de capital. Na mesma data os restantes accionistas capitalizaram 60% do seu empréstimo obrigacionista.

Estas operações permitiram à empresa diminuir substancialmente a dívida e melhorar a situação financeira, traduzida na obtenção de resultados positivos no segundo semestre de 2002.

Em 2003 espera-se que o mercado reverta a situação de queda que se registou nos últimos anos. Esta reversão decorrerá da esperada melhoria na situação económica do Líbano, devida ao financiamento de 1 300 milhões de dólares acordado na Conferência de Paris no final de 2002 e ao programa de privatizações previsto para 2003.

Estes factos, aliados ao aumento das licenças de construção emitidas em 2002 – que terão repercussão em 2003 – permitem antever um aumento das vendas na ordem dos 2%. Por outro lado serão determinantes o desfecho do conflito entre Israel e a Palestina e a actual crise do Iraque.

7. CABO VERDE

7.1. Inertes

O mercado não sofreu evolução significativa em consequência do abrandamento verificado na adjudicação de obras públicas. No entanto, verificou-se um aumento do consumo de inertes ao nível dos particulares que faz supor a existência de construção civil com algum significado.

Neste contexto a **ICV** teve uma performance relativamente boa, atingindo vendas na ordem de 880 000 Euros e resultados líquidos positivos na ordem de 42 000 Euros.

Como elemento significativo do ano salienta-se o investimento em curso para montagem de uma pequena unidade de prefabricação em cimento cujo custo ascende a cerca de 51 000 Euros.

Para 2003 perspectiva-se uma evolução muito moderada do mercado dos inertes.

8. ESPANHA

8.1. Trading

A **Secilpar**, com sede em Madrid, iniciou a sua actividade de trading internacional com vocação especial para a área dos combustíveis sólidos, do clínquer e do cimento.

No seu primeiro ano de actividade transaccionou 432 000 t, que correspondem a vendas na ordem de 17,7 milhões de Euros. Os resultados da actividade de trading ascenderam a 2,6 milhões de Euros tendo os resultados líquidos globais da empresa atingido a 17,8 milhões de Euros.

9. DESENVOLVIMENTO

Na vertente do desenvolvimento, continuaram a promover-se projectos empresariais autónomos no domínio do cimento e em áreas complementares da indústria, particularmente no que respeita a produtos de inovação para a construção civil.

Destacam-se como acções mais significativas:

- ❑ Constituição da **Seinpar Investments, B.V.** detida a 100% pela **Semapa**;
- ❑ Constituição da **Cimenpar Investments, B.V.** detida a 100% pela **Secil Investimentos, SGPS, S.A.**;
- ❑ Aumento do capital social da **Secil Investimentos** para 25 milhões de Euros. Em Dezembro esta empresa foi alienada, pela **Secil**, à **Seinpar Investments B.V.**, empresa detida a 100% pela **Semapa**;
- ❑ Aquisição pela **Semapa**, à **Betopal Betões Preparados SA**, da empresa **Betopal S.L.**;
- ❑ Constituição de sociedades gestoras de participações sociais, detidas a 100% pela **Secil** ou pela **CMP**, no âmbito do processo de reestruturação das participações do grupo em Portugal e no estrangeiro. As sociedades constituídas são a **Seciment Investments, B.V.** e a **CMP Investments, B.V.**;
- ❑ Aquisição pela **Secil**, duma participação de 21% do capital da empresa **Ciment de Sibline**, que tem uma capacidade de produção de cimento de 1,2 milhões de toneladas por ano;
- ❑ Aquisição, pela **Secil**, da sociedade **Florimar – Gestão e Participações, SGPS, Lda.**, que detém uma licença para operar no Centro Internacional de Negócios da Madeira ;
- ❑ Aquisição, pela **Florimar** da sociedade **Somera Trading Inc.**, a qual é proprietária do navio cimenteiro auto descarregador “Roaz” destinado a apoiar a distribuição de cimento por via marítima;
- ❑ Aquisição pela **Secil Betões e Inertes**, de várias empresas que actuam no mercado do betão-pronto, nomeadamente:
 - ❑ **Betostrong – Indústria de Betão, Lda.**
 - ❑ **Betalves – Betão Preparado, S.A.**
 - ❑ **Macrobetão – Comércio e Distribuição de Betão, S.A.**
 - ❑ **Almeida % Carvalhais** (reforço da participação em 11%, passando a deter uma participação de 92%)
 - ❑ **Asfalbetão Industrial** (reforço da participação em 10%, passando a deter uma participação de 94%)

- ❑ Aquisição em bolsa, pela **Ciminpart SGPS**, de 500 000 acções da Cimpor, detidas pela **Secilpar**;
- ❑ Aquisição pela **Enersis**, da empresa Tomen Eléctrica, redenominada **PEVB – Parque Eólico de Vila do Bispo, Lda.**, detentora de 10 MW instalados em Vila do Bispo;
- ❑ Concretização duma parceria a 50%, entre a **Enersis** e o grupo Mota-Engil, constituindo-se a empresa **HE70, SGPS, S.A.**, destinada a desenvolver projectos na área das energias renováveis;
- ❑ Entrada em produção dos parques eólicos de **Bigorne**, da **Jarmeleira** e da **Igreja Nova II**, com uma potência total de 11,75 MW;
- ❑ Estudo de várias oportunidades de investimento, na indústria cimenteira, em países do norte de África, do Médio-Oriente, da Ásia e da Europa.

10. ÁREA FINANCEIRA

10.1 Gestão de Recursos Financeiros

A Gestão da posição financeira do **Grupo Semapa** durante o ano de 2002 consistiu, sobretudo:

- a) Na negociação e contratação atempada de uma facilidade de crédito no montante de 290 milhões de Euros, por prazo de até sete anos, destinada a financiar na quase totalidade a aquisição da sociedade **FLSHH SGPS, Lda**, detentora de uma participação de 41,06% das acções representativas da totalidade do capital social da Secil
- b) No acompanhamento do stock de dívida existente, na medida em que a política financeira seguida tem dotado o **Grupo** com instrumentos de dívida que se caracterizam essencialmente por:
 - ❑ Contratação ex-ante de facilidades de crédito de montantes adequados à prossecução do plano estratégico
 - ❑ Maturidades a longo prazo
 - ❑ Garantias e demais condições consentâneas com o perfil de risco do **Grupo**
 - ❑ Flexibilidade de gestão dos recursos mutuados
 - ❑ Discricionariedade na escolha dos períodos de pagamento de juros
 - ❑ Adequação à curva de taxas de juro
 - ❑ Manutenção da dívida em regime de taxa de juro variável

No sentido de uma melhor alocação de risco de activos e passivos, procedeu-se à contratação de um financiamento, junto de um Banco tunisino, no montante de 15 milhões de dinares tunisinos, pelo prazo de até dez anos, para financiamento dos programas de investimento na Tunísia oportunamente descritos, tendo-se observado os princípios que caracterizam a política de gestão financeira do **Grupo**.

Os mercados de dinheiro, nacionais e estrangeiros, foram afectados negativamente pela situação económica e social da economia mundial com impacto evidente e imediato nas pequenas economias com elevado grau de abertura, como é o caso do nosso País, sendo de antever dificuldades acrescidas para as empresas portuguesas cuja situação financeira não lhes permita o acesso, em condições de concorrenciais aos mercados financeiros internacionais.

Em termos consolidados o investimento realizado pelo **Grupo** durante o exercício totalizou 67.8 milhões de Euros, sendo que o passivo financeiro líquido à data de 31 de Dezembro de 2002 ascendia a 373.8 milhões de Euros o que, comparativamente ao ano anterior e apesar do programa de investimentos realizado representa uma diminuição de 15 %.

Prevê-se que a operação de compra da sociedade **FLSHH SGPS, Lda**, seja concretizada durante o mês de Março de 2003, após o que a participação directa e indirecta na **Secil** será de cerca de 100%.

10.2 Fundos de Pensões

O processo interposto pela participada **Secil** contra o Estado Português para ressarcimento dos danos causados pela incorrecta avaliação das responsabilidades do Fundo de Pensões da **CMP** contida na documentação confidencial do concurso de reprivatização da **Secil** e da **CMP** continua a correr os seus termos no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa não tendo tido durante o exercício de 2002 qualquer evolução.

A gestão dos Fundos de Pensões Autónomos constituídos pelas empresas do **Grupo**, tem sido, desde a respectiva constituição, confiada a entidades independentes.

A rentabilidade respectiva tem sido prejudicada nos últimos dois anos pela situação dos mercados financeiros, tendo sido necessário efectuar dotações monetárias adicionais.

À data de 31 de Dezembro de 2002 apresentavam, no global, uma situação financeira excedentária em cerca de 1,8 milhões de Euros relativamente às responsabilidades actuariais calculadas por entidades independentes e reportadas à mesma data.

10.3 Participação Financeira na Cimpor

O **Grupo** tem seguido a política de registar as participações financeiras detidas e representativas de partes de capital noutras empresas (investimentos inferiores a 20%), ao mais baixo do custo de aquisição ou valor de mercado.

Daí que a participação financeira, de cerca de 9% do capital social da **Cimpor, S.G.P.S., S.A.**, representada por 12.091.940 acções, se encontra registada a 31 de Dezembro de 2002, pelo respectivo valor de cotação de mercado de 16 Euros por acção.

Deste modo, o **Grupo** constituiu no exercício uma provisão não dedutível fiscalmente, no montante de cerca de 18,1 milhões de Euros na rubrica "Provisões para investimentos financeiros".

Os Resultados Líquidos Consolidados do exercício foram assim prejudicados em cerca de 12 milhões de Euros dado terem sido reconhecidos impostos diferidos activos de 6,1 milhões de Euros.

Ainda no que respeita à participação na **Cimpor**, a sociedade prosseguiu com a estratégia de defesa dos seus interesses conexos com a participação social qualificada que detém na sociedade na **Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.** através da sua participada **Secilpar**. Nesse âmbito cumpre destacar o facto de a **SECILPAR**:

a) haver interposto contra as sociedades **Teixeira Duarte – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**, **TEDAL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**, e **TDP – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**, uma acção de indemnização para ressarcimento dos danos decorrentes para a **SECILPAR** da violação, por estas sociedades, do dever legal de lançamento de uma Oferta Pública de Aquisição sobre a totalidade do capital social da **Cimpor**, após haverem adquirido o respectivo controlo;

b) haver deduzido incidente de intervenção principal espontânea com vista a aderir à acção de declaração de nulidade de compras de acções da **Cimpor** realizadas em violação do disposto no Decreto Lei nº 380/93, de 15 de Novembro, interposta pelo Ministério Público contra a **Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**, a **TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA**, e **TDP - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA**,

10.4 Gestão de Riscos

10.4.1 Riscos Financeiros

A gestão dos riscos financeiros tem como prioridade a detecção e cobertura dos riscos que possam ter um impacto materialmente relevante no Resultado Líquido e nos Capitais Próprios ou que criem restrições significativas à prossecução do desenvolvimento dos negócios do **Grupo**.

Durante o ano de 2002, no que se refere à dívida financeira, teve-se em particular atenção a situação das principais economias e a evolução previsional das taxas de juro, pelo que foi decidido manter a totalidade do stock de dívida em regime de taxa de juro variável e com excepção da facilidade de crédito contratada de 15 milhões de dinares tunisinos alocada a activos na Tunísia, o restante está denominado em Euros.

Assim sendo, face ao perfil de maturidade da dívida e aos termos dos respectivos contratos, não se antevê que a actual condição dos mercados financeiros venha a constituir um factor condicionante relevante à actividade do **Grupo**.

10.4.2 Risco de Crédito da carteira de Clientes

O Grupo tem institucionalizada uma metodologia de análise e gestão do risco da carteira de clientes. No passado, diligenciou, também, a contratação de apólices de seguro de crédito para as áreas de negócios de, Cimento, Betão Pronto e Inertes, e, Pré-fabricação.

Durante o exercício, procedeu-se à renegociação daquela Apólice, que sofreu um agravamento da respectiva taxa devido ao aumento da sinistralidade ocorrida sobretudo nas áreas do betão e pré-fabricados mercê da conjuntura económica desfavorável. Contudo a Apólice permitiu-nos reduzir o impacto da sinistralidade nas contas das referidas empresas.

10.4.3 Riscos Patrimoniais, Responsabilidade Civil e Acidentes e Doença

O mercado segurador e ressegurador (sobretudo este) sofreu um impacto negativo muito grande, em consequência do atentado de 11 de Setembro de 2001 ocorrido nos E.U.A e das catástrofes naturais ocorridas na Europa, que se traduziram para nós, não só num agravamento dos prémios, como ainda numa maior dificuldade em conseguir manter algumas coberturas, não tendo sido possível obter coberturas para actos de guerra e terrorismo tanto em Portugal como na Tunísia.

Verificou-se um ligeiro agravamento das taxas de prémio na Apólice de Acidentes de Trabalho e na de doença, enquanto que na Apólice Riscos Patrimoniais (All Risk) houve um aumento significativo das mesmas.

Realçamos que já no final do exercício procedeu-se à renegociação da carteira de seguros para o exercício de 2003, e apesar das dificuldades colocadas pelas resseguradoras, mantiveram-se as coberturas embora com taxas de prémio genericamente mais desfavoráveis para a empresa.

10.4.4 Diversos

A partir de 1 de Janeiro de 2002, o **Grupo** passou a adoptar a política contabilística dos Impostos Diferidos. Assim, todas as situações que possam vir a afectar significativamente os impostos futuros passam a estar reflectidas nas contas.

Em 2005, face ao Regulamento (CE) Nº 1606/2002 de 19 de Julho o **Grupo** deverá adoptar como base das políticas de relato financeiro as Normas Internacionais de Contabilidade, vulgo IAS-International Accounting Standards.

Todavia dado que a Semapa está cotada na Euronext Lisbon, essa obrigação será antecipada para 2004.

Com o objectivo de atempadamente dotar os recursos humanos, das áreas de finanças, contabilidade e planeamento e controle de gestão, com o necessário conhecimento técnico procedeu-se já a um vasto programa de formação, monitorado por uma prestigiada empresa de Auditoria Internacional.

A **Empresa**, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral de 27 de Março de 2002, procedeu ao pagamento de dividendos aos seus accionistas no montante de 11 567 916,50 Euros.

A **Sociedade** adquiriu na sessão de bolsa do dia 5 de Março de 2002, 1.100.000 (um milhão e cem mil) acções representativas de 0,93% do seu próprio capital social, ao preço unitário de 4,49 Euros por acção tendo, em consequência, passado a deter 2.653.280 acções representativas de 2.24% do capital social por si emitido.

Em termos consolidados, a **Semapa** encerrou as suas contas com um resultado antes de impostos de 81,7 milhões de Euros e com um resultado líquido de 30,8 milhões de Euros, tendo gerado um "cash-flow" depois de impostos de 97,4 milhões de Euros.

10.5 Factos ocorridos após o termo do exercício de 2002

Já após o termo do exercício de 2002, em 31 de Janeiro de 2003, teve lugar uma Assembleia Geral da **CIMPOR** especialmente convocada a pedido do respectivo Conselho de Administração para deliberar sobre seis alterações aos estatutos da **CIMPOR**, donde se destaca a introdução da regra especial de eleição de administradores por parte de grupos de accionistas minoritários, ao abrigo do disposto nºs 1 a 5 do artigo 392º do C.S.C., a qual deixa a eleição de administrador proposto por grupos de accionistas minoritários dependente do voto favorável dos accionistas que reúnam a maioria dos votos.

10.6 Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando que a Sociedade deve manter uma estrutura financeira compatível com o crescimento sustentado do **Grupo** que tutela nas diversas áreas de negócio em que este opera;

Considerando que a independência da **Empresa** perante o sistema financeiro passa pela preservação no curto, no médio e longo prazos de níveis de endividamento consolidados que permitam a manutenção de indicadores sólidos de solvabilidade;

Considerando ainda que a **Semapa** prometeu adquirir, através de sociedade por si dominada a 100%, e pelo preço de cerca de EUR 304.000.000 (trezentos e quatro milhões de euros) sujeito a ajustamento, a totalidade do capital social da sociedade **FLSHH, SGPS, Lda**, que por sua vez detém 21.728.520 acções, correspondentes a 41,06 %, do capital social da **SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.** e a 44,6% dos direitos de voto o que implicará um esforço financeiro substancial;

Propõe-se a seguinte aplicação para o saldo da conta de resultados líquidos de 30 837 144,41 Euros:

Dividendos às acções em circulação:	11.567.916,50
Reserva Legal:	1.541.857,22
Reserva Livre:	17.727.370,69

Lisboa, 3 de Março de 2003

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira
Presidente

Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos
Vogal

Carlos Eduardo Coelho Alves
Vogal

José Alfredo de Almeida Honório
Vogal

Frederico José da Cunha de Mendonça e Meneses
Vogal

Gonçalo Allen Serras Pereira
Vogal

Francisco José de Melo e Castro Guedes
Vogal

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO		2002		2001		CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO		2002	2001
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido				
IMOBILIZADO:									
Imobilizações incorpóreas:									
Despesas de instalação	27	3.663.140	(2.397.237)	1.265.903	638.447	Capital	50 e 51	118.332.445	118.332.445
Despesas de investigação e de desenvolvimento	27	1.313.405	(1.103.333)	210.072	281.654	Acções Próprias - Valor Nominal	51	(2.653.280)	(1.553.280)
Propriedade industrial e outros direitos	27	87.562.407	(5.647.194)	81.915.213	83.696.351	Acções Próprias - Descontos e Prémios	51	(7.477.754)	(3.632.740)
Trespasas	27	325.710	(24.529)	301.181	315.851	Prémios de emissão de acções	51	3.923.459	3.923.459
Diferenças de consolidação	10 e 27	212.517.347	(62.344.524)	150.172.823	99.232.018	Diferenças de consolidação	10 e 51	2.467.979	(1.858.609)
Imobilizações em curso	27	102.396	-	102.396	517.635	Reservas de conversão cambial	51	(4.032.658)	(407.247)
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	27	7.885	-	7.885	-	Reservas de reavaliação	51 e 52	12.161.624	13.727.564
		<u>305.492.290</u>	<u>(71.516.817)</u>	<u>233.975.473</u>	<u>184.681.956</u>	Reservas:			
Imobilizações corpóreas:									
Terrenos e recursos naturais	27 e 42	42.657.219	(7.504.151)	35.153.068	34.859.245	Reservas legais	51	9.571.895	7.364.592
Edifícios e outras construções	27 e 42	286.310.186	(190.847.590)	95.462.596	98.674.935	Outras reservas	51	61.342.637	30.971.799
Equipamento básico	27 e 42	836.997.912	(664.237.721)	172.760.191	186.076.463	Resultados transitados	51	40.418	40.418
Equipamento de transporte	27 e 42	40.585.368	(33.635.492)	6.949.876	7.348.144	Resultado líquido consolidado do exercício	51	<u>30.837.144</u>	<u>44.146.058</u>
Ferramentas e utensílios	27 e 42	4.038.254	(3.612.262)	425.992	448.796	Total do capital próprio		<u>224.513.909</u>	<u>211.054.459</u>
Equipamento administrativo	27 e 42	24.499.025	(21.234.899)	3.264.126	2.936.005	INTERESSES MINORITÁRIOS	53	<u>209.809.652</u>	<u>197.057.336</u>
Taras e vasilhame	27 e 42	18.801	(17.551)	1.250	1.985	PASSIVO:			
Outras imobilizações corpóreas	27 e 42	8.398.943	(5.555.410)	2.843.533	2.421.009	PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS:			
Imobilizações em curso	27	14.989.908	-	14.989.908	10.235.767	Provisões para pensões	46	14.835.818	14.453.503
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	27	1.933.957	-	1.933.957	381.481	Provisões para impostos	46	57.339	698.317
		<u>1.260.429.573</u>	<u>(926.645.076)</u>	<u>333.784.497</u>	<u>343.383.830</u>	Outras provisões para riscos e encargos	46	<u>1.642.886</u>	<u>5.863.191</u>
								<u>16.536.043</u>	<u>21.015.011</u>
Investimentos financeiros:									
Partes de capital em empresas do grupo	27	16.669.205	-	16.669.205	11.677.031	DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO:			
Partes de capital em empresas associadas	27	41.543.707	-	41.543.707	23.366.036	Empréstimos por obrigações	57	62.911.290	83.005.088
Empréstimos a empresas associadas	27	386.388	-	386.388	2.211.882	Dívidas a instituições de crédito	57	289.629.683	375.829.317
Títulos e outras aplicações financeiras	27	218.477.330	(20.425.934)	198.051.396	214.391.222	Outros empréstimos	57	3.451.730	2.499.456
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	27	-	-	-	30.000	Accionistas	53	243.733	557.653
	46	<u>277.076.630</u>	<u>(20.425.934)</u>	<u>256.650.696</u>	<u>251.676.171</u>	Fornecedores de imobilizado	47	<u>146.874</u>	<u>187.056</u>
								<u>356.383.310</u>	<u>462.078.570</u>
REALIZÁVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO:									
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:									
Empresas do grupo	58	10.000.000	-	10.000.000	-	DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO:			
Outros devedores	55	<u>2.449.641</u>	-	<u>2.449.641</u>	<u>1.906.108</u>	Empréstimos por obrigações	57	11.276.198	7.793.717
		<u>12.449.641</u>	-	<u>12.449.641</u>	<u>1.906.108</u>	Dívidas a instituições de crédito	57	54.102.320	17.672.367
CIRCULANTE:									
Existências:									
Matérias - primas, subsidiárias e de consumo		26.733.919	(2.285.523)	24.448.396	22.714.318	Outros empréstimos obtidos	57	1.613.435	1.717.351
Produtos e trabalhos em curso		547.111	-	547.111	538.455	Adiantamentos por conta de vendas		2.426	-
Produtos acabados e intermédios		14.379.765	(18.827)	14.360.938	8.461.700	Fornecedores, conta corrente		35.561.065	39.865.533
Mercadorias		<u>5.645.974</u>	<u>(419)</u>	<u>5.645.555</u>	<u>9.884.363</u>	Fornecedores - facturas em recepção e conferência		1.969.026	2.968.284
	46	<u>47.306.769</u>	<u>(2.304.769)</u>	<u>45.002.000</u>	<u>41.598.836</u>	Fornecedores - títulos a pagar		658.998	2.083.063
Dívidas de terceiros - Curto prazo:									
Cientes, conta corrente		62.387.729	(54.233)	62.333.496	74.456.620	Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar		1.796.105	-
Cientes - títulos a receber		1.510.237	(54.644)	1.455.593	1.283.003	Empresas do grupo	58	140.208	278.857
Cientes de cobrança duvidosa		12.105.525	(11.235.921)	869.604	901.559	Outros accionistas	59	6.691.787	6.273.960
Empresas do grupo	58	4.192.541	-	4.192.541	3.303.267	Adiantamentos de clientes		3.868	5.235
Empresas participadas e participantes		4.050.781	-	4.050.781	2.035.446	Fornecedores de imobilizado, conta corrente	47	4.564.185	4.325.728
Outros accionistas	53	18.217	-	18.217	-	Estado e outros entes públicos	54	34.197.708	12.438.137
Adiantamentos a fornecedores		92.920	-	92.920	2.009.771	Outros credores	55	<u>4.070.810</u>	<u>894.853</u>
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		91.445	-	91.445	102.211			<u>156.648.139</u>	<u>96.317.085</u>
Estado e outros entes públicos	54	1.508.792	-	1.508.792	32.366.253	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
Outros devedores	55	<u>15.883.249</u>	<u>(6.243.134)</u>	<u>9.640.115</u>	<u>12.711.539</u>	Acrescimos de custos	56	11.099.686	11.631.834
	46	<u>101.841.436</u>	<u>(17.587.932)</u>	<u>84.253.504</u>	<u>129.169.669</u>	Proveitos diferidos	56	3.822.328	3.894.100
Títulos negociáveis:									
Outros títulos negociáveis		3.202.534	-	3.202.534	10.143.297	Impostos diferidos passivos	38	<u>89.646.719</u>	<u>-</u>
Outras aplicações de tesouraria		<u>11.945.071</u>	-	<u>11.945.071</u>	<u>-</u>			<u>104.568.733</u>	<u>15.525.934</u>
		<u>15.147.605</u>	-	<u>15.147.605</u>	<u>10.143.297</u>				
Depósitos bancários e caixa:									
Depósitos bancários		33.800.621	-	33.800.621	36.198.650				
Caixa		<u>156.611</u>	-	<u>156.611</u>	<u>95.502</u>				
		<u>33.957.232</u>	-	<u>33.957.232</u>	<u>36.294.152</u>				
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:									
Acréscimos de proveitos	56	252.036	-	252.036	616.086				
Custos diferidos	56	4.235.939	-	4.235.939	3.578.290				
Impostos diferidos activos	38	<u>48.751.163</u>	-	<u>48.751.163</u>	<u>-</u>				
		<u>53.239.138</u>	-	<u>53.239.138</u>	<u>4.194.376</u>				
Total de amortizações			<u>(999.560.517)</u>						
Total de provisões			<u>(38.920.011)</u>						
Total do activo		<u>2.106.940.314</u>	<u>(1.038.480.528)</u>	<u>1.068.459.786</u>	<u>1.003.048.395</u>	Total do capital próprio, interesses minoritários e passivo		<u>1.068.459.786</u>	<u>1.003.048.395</u>

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS	Notas	2002		2001		PROVEITOS E GANHOS	Notas	2002		2001	
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			141.916.352		151.402.577	Vendas de mercadorias e produtos	36	472.331.057		484.176.491	
Fornecimentos e serviços externos			121.477.427		122.592.903	Prestações de serviços	36	18.729.454	491.060.511	16.427.013	500.603.504
Custos com o pessoal:						Variação da produção			6.115.724		(1.016.072)
Remunerações		46.436.880		43.438.742		Trabalhos para a própria empresa			275.858		173.327
Encargos sociais:						Proveitos suplementares		2.989.362		2.528.470	
Pensões	21	3.311.372		2.128.437		Subsídios à exploração		67.736		32.184	
Outros		16.539.704	66.287.956	16.357.624	61.924.803	Outros proveitos e ganhos operacionais (B)		1.501.313	4.558.411	2.351.236	4.911.890
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	27	63.098.647		59.937.406					502.010.504		504.672.649
Provisões	46	3.502.775	66.601.422	2.249.179	62.186.585	Ganhos de participações de capital:					
Impostos		1.865.948		3.962.741		Relativos a empresas associadas	27 e 44	8.163.803		6.877.129	
Outros custos e perdas operacionais (A)		2.312.951	4.178.899	2.340.567	6.303.308	Relativos a outras empresas	44	8.858.929		8.286.944	
			400.462.056		404.410.176	Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras	44	478.108		1.185.562	
Perdas relativas a empresas associadas	27 e 44	1.099.789		248.583		Outros juros e proveitos similares:					
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	27 e 44	18.768.744		76.030		Relativos a empresas do grupo e associadas		127.174		156.374	
Outros juros e custos similares (C)	44	22.078.206	41.946.739	27.569.125	27.893.738	Outros (D)	44	1.965.514	19.593.528	1.191.086	17.697.095
			442.408.795		432.303.914	Proveitos e ganhos extraordinários	45		5.489.763		4.106.281
Custos e perdas extraordinários (E)	45	3.023.001		5.906.906							
			445.431.796		438.210.820						
Imposto sobre o rendimento do exercício	38	21.149.593		4.314.457							
			466.581.389		442.525.277						
Interesses minoritários (G)	53	29.675.262		39.804.690							
			496.256.651		482.329.967						
Resultado consolidado líquido do exercício		30.837.144		44.146.058							
			527.093.795		526.476.025						
						(F)					
						Resultados operacionais:	(B) - (A)	101.548.448		100.262.473	
						Resultados financeiros:	(D - B) - (C - A)	(22.353.211)		(10.196.643)	
						Resultados correntes:	(D) - (C)	79.195.237		90.065.830	
						Resultados antes de impostos:	(F) - (E)	81.661.999		88.265.205	
						Resultado consolidado líquido do exercício	(F) - (G)	30.837.144		44.146.058	

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A.
E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Vendas e prestações de serviços	36	491.060.511	496.587.030
Custo das vendas e das prestações de serviços		(272.060.137)	(291.038.280)
Resultados brutos		219.000.374	205.548.750
Outros proveitos e ganhos operacionais		8.393.663	11.090.214
Custos de distribuição		(50.907.021)	(49.272.490)
Custos administrativos		(41.195.805)	(38.123.582)
Outros custos e perdas operacionais		(12.277.755)	(14.047.621)
Resultados operacionais		123.013.456	115.195.271
Custo líquido de financiamento		(19.491.997)	(25.381.861)
Ganhos / (perdas) em associadas		7.399.273	6.628.545
Ganhos / (perdas) em outros investimentos		(28.157.380)	(7.552.014)
Resultados não usuais ou não frequentes		(1.101.353)	3.955.264
Resultados correntes		81.661.999	92.845.205
Impostos sobre o rendimento do exercício	38	(21.149.593)	(8.894.457)
Interesses Minoritários		(29.675.262)	(39.804.690)
Resultado líquido do exercício		30.837.144	44.146.058
Resultado por acção		0,26	0,37

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por funções
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

SEMAPA – SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002
E ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO NESTA DATA
(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

O Grupo Semapa ("Grupo") é constituído pela Semapa — Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. ("Semapa") e Subsidiárias (Nota 1). A Semapa foi constituída em 21 de Junho de 1991 e tem como objecto social a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A Semapa lidera um Grupo Empresarial com actividades em Portugal, Tunísia, Espanha, Angola, Holanda, Grécia, Líbano e Cabo Verde, destacando-se a produção de cimento, através das suas subsidiárias, nas fábricas de Maceira, Pataias, Gabés (Tunísia) e Lobito (Angola) e a produção e comercialização de betão, inertes e exploração de pedreiras, também através das suas subsidiárias.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade para a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Grupo ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas anexas.

I INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E OUTRAS

1. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Foram incluídas na consolidação, pelo método de integração global, a Empresa-mãe, Semapa – Sociedade de Investimentos e Gestão, SGPS, S.A. e todas as suas subsidiárias constantes do mapa anexo n.º 1, com base no estabelecido na alínea a) do n.º 1 do Artigo 1º do decreto-lei n.º 238/91, de 2 de Julho (maioria dos direitos de voto).

As alterações no perímetro de consolidação pelo método integral encontram-se mencionadas na Nota 14.

2. EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

As subsidiárias constantes do mapa n.º 2 em anexo, foram excluídas da consolidação, pelas razões abaixo enunciadas.

As subsidiárias Secil Energia, Lda. e Trochee Investment, B.V., foram excluídas da consolidação, ao abrigo do n.º 1 do artigo 4º do Decreto Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, dado serem imateriais, quer individualmente quer no seu conjunto, para efeitos da apresentação da posição financeira e resultados das operações do Grupo.

A participação na Asfalbetão Transportes, Lda. foi excluída da consolidação por esta empresa se encontrar em processo de liquidação.

A subsidiária Enersis – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Enersis") uma sociedade que exerce de forma indirecta a exploração de centrais mini-hídricas e parques eólicos de produção de energia eléctrica, incluída no perímetro de consolidação do Grupo, apresentou, no exercício de 2001, pela primeira vez, demonstrações financeiras consolidadas. Por este facto e em virtude da dissemelhança da actividade desenvolvida pelas suas subsidiárias, do financiamento da respectiva actividade estar estruturada em sistema de "Project Finance" e ainda da exploração dessas centrais ser em regime de concessão, os activos e passivos consolidados da Enersis, não foram incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, encontrando-se o investimento financeiro nessa Empresa, valorizado pelo método de equivalência patrimonial. Em 31 de Dezembro de 2002, os totais do activo líquido consolidado e dos proveitos consolidados desta subsidiária, ascendiam a, Euros 151.280.620 e Euros 29.721.430, respectivamente.

A subsidiária Tecnosecil, SARL. foi excluída da consolidação, ao abrigo do n.º 3 do artigo 4º do Decreto Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, pelo que se tem vindo a adoptar de uma forma consistente o critério do custo para a sua valorização.

3. EMPRESAS ASSOCIADAS

As empresas associadas constantes do mapa n.º 3 em anexo, foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, com base no estipulado no n.º 13.6 das normas de consolidação de contas estabelecidas pelo decreto-lei 238/91, de 2 de Julho.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS AO SERVIÇO DA EMPRESA

O número médio de pessoas ao serviço das empresas incluídas na consolidação, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, foi o seguinte:

Por Actividades	2002	2001
Portugal		
Cimento	750	762
Betões e Inertes	582	598
Outras	190	184
Tunísia		
Cimento	488	518
Betões	85	88
Total	2.095	2.150

III INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

10. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

a) Incluídas no capital próprio

O saldo da rubrica “Diferenças de consolidação” no capital próprio, no valor de Euros 2.467.979, reflecte os ajustamentos resultantes da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial, bem como os ajustamentos efectuados pela Secil e outras subsidiárias, directamente nos seus capitais próprios, após aquela data.

Os movimentos registados na rubrica de resultados transitados e restantes capitais próprios da Secil e outras subsidiárias e o respectivo impacto na rubrica de diferenças de consolidação na Semapa são os descritos na Nota 51.

b) Incluídas no imobilizado incorpóreo

A partir de 1991, as diferenças de consolidação relativas a empresas do Grupo e associadas encontram-se registadas na rubrica “Imobilizações incorpóreas” ao custo líquido de amortizações. O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2002 compõe-se como segue:

	Ano de aquisição	Custo de aquisição	Participação adquirida %	Diferença de consolidação (Nota 27)	Período de amortização (anos)	Amortização do exercício (Nota 27)	Amortizações acumuladas (Nota 27)
<u>Aquisições da Secil:</u>							
CMP, S.A.	1994	182.713.032	97	95.361.753	14	4.883.564	41.642.546
Betão Liz, S.A.	1999	2.168.798	7	722.853	20	36.143	144.571
Secil, Betões e Inertes, SGPS, S.A.	2000	40.555.771	94	100.139	-	-	100.139
Société des Ciments de Gabés	2000	244.553.770	99	87.471.646	20	4.373.582	13.120.747
Tercim-Terminals de Cimento, S.A.	2001	249.399	100	190.257	5	38.052	76.103
Cimentação-Cimentos dos Açores, Lda.	2001	1.363.381	5	1.042.019	5	208.404	416.807
Outros	2002	1.631.000	100	1.600.000	5	-	-
		<u>473.235.151</u>		<u>186.488.667</u>		<u>9.539.745</u>	<u>55.500.913</u>
<u>Aquisições da CMP:</u>							
Enersis - S.G.P.S, S.A.	1994	10.866.781	90	6.050.169	15	464.264	3.264.566
<u>Aquisições no universo Secil, Betões e Inertes, SGPS, S.A.:</u>							
Unibetão-Indústrias de Betão, SA	2000	5.128	100	5.128	5	1.026	3.077
Secil Betão-Indústrias de Betão, SA	2000	556.339	100	556.339	5	111.268	333.804
Sulbetão-Preparados de Betão, SA	2000	987.869	100	987.869	5	197.574	592.722
Betopal-Betões Preparados, SA	2000	33.355	100	31.897	5	6.379	19.138
ECOB-Empresa de Construção e Britas, SA	2000	9.143	100	5.028	5	1.006	3.017
Asfalbetão - Sociedade Industrial, Lda.	2001	5.994.987	90	5.741.780	20	287.089	861.267
Asfalbetão - Sociedade Industrial, Lda.	2002	434.727	10	370.850	20	18.542	18.542
Asfalbetão Transportes, Lda.	2001	251.703	100	190.963	-	171.867	190.963
Almeida & Carvalhais, Lda.	2001	5.662.134	81	4.274.795	20	213.739	427.479
Almeida & Carvalhais, Lda.	2002	423.790	9	254.476	19	13.386	13.386
Almeida & Carvalhais, Lda.	2002	103.055	2	61.943	19	3.258	3.258
Vermofeira-Extração e Comércio de Areias, Lda.	2001	55.152	50	11.108	5	2.222	4.443
Lisconcreto-Betão Pronto, SA	2000	1.203.046	100	1.100.910	19	57.908	173.724
Britobetão-Central de Betão, SA	1998	110.494	55	55.626	5	11.125	55.626
Betostrong-Indústria de Betão, Lda.	2002	1.745.105	100	1.311.171	20	65.559	65.559
Betalves - Betão Preparado, S.A.	2002	653.766	100	582.701	20	29.135	29.135
Macrobetão - Comércio e Distribuição de Betão, S.A.	2002	725.462	100	688.527	20	34.426	34.426
		<u>18.955.255</u>		<u>16.231.111</u>		<u>1.225.509</u>	<u>2.829.566</u>
<u>Aquisição Société des Ciments de Gabés:</u>							
Sud-Béton-Société de Fabrication de Béton du Sud	2001	5.425.365	100	3.747.400	10	374.740	749.479
				<u>212.517.347</u>		<u>11.604.258</u>	<u>62.344.524</u>

As aquisições efectuadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, originaram diferenças de consolidação no montante de Euros 4.869.668 (Nota 27), as quais incluem o montante de Euros 1.600.000, resultante de aquisições de participações de capital, efectuadas pela Secil, em Dezembro de 2002, a amortizar durante o período de cinco anos com início em 2003.

A diferença de valor entre a amortização do exercício mencionada nesta nota e o valor da amortização do exercício na Nota 27, no montante de Euros 11.619.791, corresponde ao ajustamento cambial, no montante de Euros 15.533.

Pela aplicação, no Grupo, pela primeira vez, em 1 de Janeiro de 2002, da política contabilística dos impostos diferidos (Nota 23 i)), os capitais próprios ajustados, da subsidiária Société des Ciments de Gabés, foram reduzidos no montante de Euros 64.403.240. O efeito deste ajustamento nas demonstrações financeiras consolidadas consistiu no registo no passivo daquele imposto diferido, no montante de Euros 64.403.240 (Notas 38), por contrapartida da rubrica do activo “Diferenças de consolidação” (Nota 27). Adicionalmente, foram reconhecidas as amortizações, da referida rubrica, relativas aos exercícios de 2000 e 2001, no montante de Euros 6.440.324, na rubrica de “Amortizações acumuladas de diferenças de consolidação” (Nota 27), por contrapartida da rubrica do capital próprio “Diferenças de consolidação” e da rubrica “Interesses minoritários” nos montantes de, respectivamente, Euros 3.566.447 (Nota 51) e Euros 2.873.877 (Nota 53).

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, o Grupo procedeu à amortização extraordinária do valor registado em diferenças de consolidação, relativamente à subsidiária Asfalbetão Transportes, Lda., no montante de Euros 162.319, líquido de amortizações acumuladas de Euros 28.644, por esta empresa se encontrar em processo de liquidação, conforme referido na Nota 2.

A subsidiária Secil adquiriu em Abril de 2002 uma participação de capital da empresa Ciment de Sibline, S.A.L., com sede em Beirute - Líbano, representativa de 21,2172% do seu capital (Nota 3), pelo montante de Euros 22.854.680. Foi nesta data apurada uma diferença entre o custo de aquisição da referida empresa e o valor proporcional à participação da Secil nos seus capitais próprios, no montante de Euros 238.717 (Nota 27), que por ser negativa, foi registada por contrapartida da rubrica "Proveitos diferidos" (Nota 56), a qual é reconhecida nos resultados durante o período de cinco anos, com início em Abril de 2002.

14. ALTERAÇÃO NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, verificaram-se as seguintes alterações no perímetro de consolidação:

Aquisições:

- Aquisição de 100% do capital social da Florimar-Gestão e Participações, SGPS, Lda., com sede no Funchal;
- Aquisição de 100% do capital social da Somera Trading Inc. com sede na República do Panamá;
- Aquisição de 100% do capital social da Betostrong-Indústrias de Betão, Lda. com sede em Mafra;
- Aquisição de 100% do capital social da Betalves – Betão Preparado, S.A., com sede em Penafiel;
- Aquisição de 100% do capital social da Macrobetão – Comércio e Distribuição de Betão, S.A., com sede em Leiria.
- Aquisição de 100% do Capital Social da Betopal, S.L., com sede em Madrid.

Constituições:

- Constituição da Seciment Investments, B.V., com sede em Amesterdão, com capital social de Euros 18.000, participada em 100% pela Secil;
- Constituição da CMP Investments, B.V., com sede em Amesterdão, com capital social de Euros 18.000, participada em 100% pela CMP;
- Constituição da Serife - Sociedade de Estudos e Realizações Industriais e de Fornecimento de Equipamento, Lda., com sede em Lisboa, com capital social de Euros 5.000, participada em 58,4% pela Secil;
- Constituição da Seinpar Investments, B.V., com capital social de Euros 18.000, participada em 100% pela Semapa;
- Constituição da Cimenpar Investment B.V., com capital social de Euros 18.000, participada em 100% pela Secil – Investimentos, SGPS, S.A.;

Os totais de activos, passivos e proveitos destas subsidiárias incluídas na consolidação, ascende em 31 de Dezembro de 2002 a Euros 10.602.692, Euros 4.005.848 e Euros 6.822.450, respectivamente.

Adicionalmente, o Grupo reforçou as suas participações financeiras nas empresas (i) Asfalbetão – Sociedade Industrial, Lda., com aquisição de 10% do seu capital e (ii) Almeida & Carvalhais, Lda., com a aquisição de 11%, sendo que estas empresas já faziam parte do perímetro de consolidação no exercício anterior.

A Semapa adquiriu à Secil, através da sua participada Seinpar Investments, B.V., a totalidade do capital social da Secil – Investimentos, SGPS, S.A.

15. CONSISTÊNCIA NA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os principais critérios valorimétricos utilizados pelo Grupo foram consistentes entre as empresas incluídas na consolidação e são os descritos na Nota 23.

17. AMORTIZAÇÃO DE DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

As diferenças de consolidação são amortizadas pelo método das quotas constantes durante períodos, que variam entre 5 e 20 anos. Na determinação destes períodos teve-se em atenção, a actividade das empresas adquiridas e o período estimado de retorno do investimento. As diferenças de consolidação originadas por aquisição complementar de participações em filiais são amortizadas durante o remanescente do período de vida útil definido para a amortização das diferenças de consolidação iniciais.

As amortizações das diferenças de consolidação são registadas na demonstração consolidada de resultados, na rubrica "Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo" (Nota 27).

18. CRITÉRIOS DE CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS

As partes de capital detidas em empresas associadas estão relevadas pelo método da equivalência patrimonial.

IV INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS

21. COMPROMISSOS RELATIVOS A PENSÕES

Conforme referido na Nota 23 h), o Grupo implementou os seguintes planos de pensões:

(i) Planos de benefícios definidos com fundos geridos por uma terceira entidade

A Secil e as suas subsidiárias: (i) CMP- Cimentos Maceira e Pataias, S.A., (ii) Unibetão- Industrias de Betão Preparado, S.A., (iii) Secil Betão-Indústrias de Betão, S.A. e (iv) Sulbetão-Preparados de Betão, S.A., assumiram o compromisso de pagar aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência. As responsabilidades derivadas destes planos, com excepção da Betopal – Betões Preparados, S.A., são asseguradas por fundos autónomos, administrados por terceiros, sendo pois os activos a eles afectos separados dos activos das empresas. Estes planos são avaliados semestralmente, às datas dos fechos intercalar e anual das demonstrações financeiras, por entidades especializadas e independentes, utilizando os métodos: (i) crédito da unidade projectada (Secil e CMP) e (ii) "aggregate" (Unibetão, Secil Betão e Sulbetão).

De acordo com os estudos actuariais, reportados a 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o valor presente da obrigação correspondente aos benefícios de reforma definidos, com fundos constituídos, bem como os valores de mercado dos fundos, eram como segue:

	2002		2001	
	Secil e CMP	Grupo Secil, Betões e Inertes	Total	Total
Responsabilidade por serviços passados	30.398.104	655.545	31.053.649	31.950.422
Valor de mercado do Fundo	31.129.215	1.755.873	32.885.088	32.945.238
	<u>731.111</u>	<u>1.100.328</u>	<u>1.831.439</u>	<u>994.816</u>

Em termos globais o Grupo apresenta todas as suas obrigações financiadas, mas que se traduzem em situações quer de sobrefinanciamento quer de subfinanciamento dos fundos como segue:

	2002		2001
	Secil e CMP	Grupo Secil, Betões e Inertes	Total
Sobrefinanciamento dos fundos	1.103.161	1.100.328	2.203.489
Subfinanciamento dos fundos	(372.050)	-	(372.050)
	<u>731.111</u>	<u>1.100.328</u>	<u>1.831.439</u>
			<u>994.816</u>

O montante de Euros 2.203.489, relativo ao sobrefinanciamento dos fundos, resulta: (i) da Secil ter procedido, em exercícios anteriores, a contribuições para os fundos, superiores às responsabilidades, devido, essencialmente, a um excesso da base pensionável, considerada no cálculo daquelas responsabilidades, detectado e corrigido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 e (ii) devido ao facto do Grupo Secil Betões e Inertes ter procedido a redução de efectivos, desde a data de constituição dos fundos e estes não conferirem direitos adquiridos. Este montante não se encontra relevado nas demonstrações financeiras do Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2002.

O montante de Euros 372.050, relativo ao subfinanciamento do fundo da subsidiária CMP encontra-se relevado no passivo, na rubrica "Provisões para pensões" (Nota 46).

A evolução do património dos fundos de pensões do Grupo, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, foi como segue:

	2002		2001
	Secil e CMP	Grupo Secil, Betões e Inertes	Total
Saldo no início do exercício	31.193.204	1.752.034	32.945.238
Dotação efectuada no exercício	2.050.000	-	2.050.000
Encargos com a gestão dos fundos	(88.271)	(179.033)	(267.304)
Rendimento dos fundos durante o exercício	454.546	206.426	660.972
Pensões pagas	(2.480.264)	(23.554)	(2.503.818)
Saldo no fim do exercício	<u>31.129.215</u>	<u>1.755.873</u>	<u>32.885.088</u>
			<u>32.945.238</u>

As dotações efectuadas para os fundos, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, no montante de Euros 2.050.000, foram registadas nas rubricas "Custos com pessoal – encargos sociais", no montante de Euros 1.247.280 e, pela utilização de provisões constituídas em exercícios anteriores, na rubrica "Provisões para riscos e encargos - outras provisões para riscos e encargos", no montante de Euros 802.720 (Nota 46).

Os estudos actuariais, reportados a 31 de Dezembro de 2002 e 2001, consideraram os seguintes pressupostos actuariais:

	2002		2001	
	Secil e CMP	Secil Betões e Inertes	Secil e CMP	Secil Betões e Inertes
Tabelas de invalidez	EKV 80 / Swiss Re	Swiss Re	EKV 80 / Swiss Re	Swiss Re
Tabelas de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77	TV 73/77	TV 73/77
Taxa de crescimento salarial	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%
Taxa de rendimento do fundo	5,5%	4,5%	5,5%	4,5%
Taxa de juro técnica - pensionistas	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Taxa de crescimento das pensões	2,0%	0,0%	2,0%	0,0%
Fórmula de Benefícios da Segurança Social	Decreto-Lei nº 35/2002 de 19 de Fevereiro		Decreto-Lei nº 329/1993 de 25 de Setembro	

(ii) Planos de benefícios definidos a cargo do Grupo

As responsabilidades decorrentes dos reformados da Secil, à data de constituição do Fundo de Pensões e o 14º mês dos pensionistas dessa empresa, são asseguradas directamente pela Secil. Este plano é igualmente avaliado semestralmente por entidades independentes, utilizando o método de cálculo dos capitais de cobertura correspondentes aos prémios únicos das rendas vitalícias imediatas, na avaliação das responsabilidades com actuais pensionistas e o método de crédito da unidade projectada, na avaliação das responsabilidades com activos. De acordo com o cálculo actuarial reportado a 31 de Dezembro de 2002, as responsabilidades encontram-se totalmente provisionadas, na rubrica “Provisões para pensões” (Nota 46). As responsabilidades da Secil durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 registaram a seguinte evolução:

	2002	2001
Saldo no início do exercício	14.453.503	15.098.696
Juro Técnico	623.107	605.809
Pensões pagas no exercício	(1.596.710)	(1.592.386)
Perca actuarial	921.285	220.456
Ganho actuarial	(68.109)	-
Crescimento das pensões	111.505	30.018
Crescimento dos serviços correntes	19.187	90.910
Saldo no fim do exercício	14.463.768	14.453.503

As responsabilidades geradas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, registaram um movimento, líquido de reduções, de Euros 1.606.975, que se traduziu num aumento das responsabilidades de Euros 1.696.027 e uma redução das responsabilidades com trabalhadores activos, no montante de Euros 89.052 (trabalhadores reformados no ano, Euros 20.943, e ganho actuarial na evolução das responsabilidades dos activos, no montante de Euros 68.109).

As referidas responsabilidades, no montante de Euros 1.696.027, foram registadas na rubrica “Provisões para riscos e encargos – provisões para pensões” (Nota 46) por contrapartida das rubricas “Custos com pessoal – encargos sociais”, Euros 1.676.840, e “Acréscimos e diferimentos – custos diferidos”, Euros 19.187 (Nota 56).

Durante o exercício de 2002, a Empresa procedeu ao pagamento aos reformados de complementos de pensões de reforma no montante de Euros 1.596.710, que foram registados por utilização da provisão constituída para o efeito (Nota 46). A provisão foi reposta pelo montante de Euros 89.052 (Nota 46) referente à redução das responsabilidades com trabalhadores activos, referida acima.

Os pressupostos actuariais utilizados foram os seguintes:

	2002	2001
Taxa de crescimento salarial	3,0%	3,0%
Taxa de juro técnica - pensionistas	4,5%	4,5%
Taxa de crescimento das pensões	2,0%	2,5%

22. RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2002, as responsabilidades assumidas por garantias bancárias prestadas pelo Grupo ascendiam a Euros 18.746.014, das quais se destacam as garantias prestadas ao IAPMEI: (i) no âmbito do Programa “SIME – Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial”, no montante de Euros 13.229.198 e (ii) no âmbito do PEDIP, no montante de Euros 1.818.961.

Adicionalmente, a Secil, no exercício de 2000, contraiu junto de instituições bancárias, financiamentos, tendo em vista a aquisição da Société des Ciments de Gabés, na Tunísia. No âmbito desses financiamentos a Secil entregou uma procuração irrevogável às instituições financeiras, permitindo-lhes constituir, em caso de incumprimento, por parte da Secil, das suas obrigações, penhor sobre as acções da referida sociedade tunisina.

V INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

23. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 1), mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Princípios de consolidação

A consolidação das empresas subsidiárias referidas na Nota 1, efectuou-se pelo método de integração global. As transacções e saldos significativos entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado no balanço na rubrica interesses minoritários.

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas associadas encontram-se valorizados no balanço consolidado, pelo método da equivalência patrimonial.

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas participadas em menos de 20% (excepto para a participação na Cimentos Madeira, Lda., que se encontra registada pelo método da equivalência patrimonial), foram valorizados ao custo de aquisição, ou pelo seu valor estimado de realização, quando este é mais baixo.

As demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidas para Euros utilizando o câmbio de fecho para os activos e passivos e os câmbios históricos para o capital próprio. Os custos e proveitos são convertidos ao câmbio médio mensal que é aproximadamente o câmbio da data das respectivas transacções. A diferença cambial decorrente é registada directamente nos capitais próprios na rubrica “Reservas de conversão cambial”.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período que varia entre 3 e 10 anos, com excepção dos trespasses relativos à aquisição de direitos de exploração nas pedreiras, que não estão a ser amortizados. No que se refere às diferenças de consolidação na aquisição de participações financeiras são amortizadas conforme indicado nas Notas 10 e 17.

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se, na generalidade, registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 41). As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição. No que respeita às empresas subsidiárias CMP e Société des Ciments de Gabés (SCG), o custo das imobilizações corpóreas na data de aquisição destas subsidiárias foi determinado, com base em avaliações efectuadas por entidades independentes.

As amortizações são calculadas sobre o custo de aquisição ou valor reavaliado, sendo utilizado essencialmente o método das quotas constantes, a partir da entrada dos bens em funcionamento, utilizando-se de entre as taxas permitidas pela legislação fiscal em vigor, as que permitem a reintegração do imobilizado durante a sua vida útil estimada. Para algumas categorias de bens adquiridos pelo Grupo, e para os quais a legislação fiscal permite, é utilizado o método de amortização das quotas degressivas.

c) Contratos de Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 23 b), são registados como custos na demonstração consolidada dos resultados do exercício a que respeitam.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas associadas e o valor proporcional à participação do Grupo nos capitais próprios, após se considerarem os justos valores dos activos e passivos dessas empresas à data da sua aquisição, foram registadas: (i) no imobilizado incorpóreo na rubrica “Diferenças de consolidação”, quando positivas, sendo amortizadas durante o período médio esperado de recuperação dos investimentos (Nota 17), e (ii) como “Proveitos diferidos”, quando negativas, a reconhecer durante um período de cinco anos (Nota 56).

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos, no exercício em que são atribuídos.

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital noutras empresas (investimentos inferiores a 20%), excepto para a participação na Cimentos Madeira, Lda., a qual se encontra registada pelo método da equivalência patrimonial, encontram-se registados ao custo de aquisição ou valor de mercado, quando este é mais baixo que aquele.

Os investimentos relacionados com imóveis de rendimento encontram-se registados ao custo de aquisição, reavaliado, deduzido da respectiva amortização.

e) Existências

As existências encontram-se valorizadas de acordo com os seguintes critérios:

i) Mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado. O custo de aquisição inclui também as despesas incorridas até ao armazenamento.

ii) Produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso

Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso, encontram-se valorizados ao custo médio de produção que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

f) Títulos negociáveis

Os títulos negociáveis são registados ao mais baixo do custo de aquisição ou valor de mercado.

g) Saldos e transacções expressos em moedas estrangeiras

Todos os activos e passivos do Grupo expressos em moedas estrangeiras foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

h) Complementos de pensões

A Secil e algumas das suas subsidiárias assumiram o compromisso de pagar aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência. Conforme referido na Nota 21, o Grupo constituiu Fundos de Pensões autónomos como forma de financiar uma parte das suas responsabilidades por aqueles pagamentos, sendo outra parte das responsabilidades asseguradas directamente pelo Grupo.

A responsabilidade total (com fundo constituído e sem fundo) do Grupo é estimada semestralmente, à data dos fechos intercalar e anual de contas, para cada plano separadamente, por uma entidade especializada e independente. A responsabilidade assim determinada é apresentada no Balanço, deduzida do valor de mercado dos fundos constituídos. As dotações anuais efectuadas para os fundos não cobertas por provisões anteriormente constituídas e o reforço da provisão são registadas na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem, na rubrica "Custos com o pessoal – encargos sociais".

O custo de serviços passados com trabalhadores activos é diferido e reconhecido em resultados de acordo com o número médio esperado dos anos de serviço dos activos no Grupo.

i) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, inclui imposto corrente e diferido. Até 31 de Dezembro de 2001, o imposto sobre o rendimento incluía apenas o imposto corrente. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando se relaciona com ganhos ou perdas directamente reconhecidos em reservas, caso em que é também reconhecido directamente em reservas, nomeadamente, no que se refere ao efeito das reavaliações.

O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data do balanço.

O imposto diferido é calculado com base na responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa que se espera estar em vigor no exercício em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais os activos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Conforme referido na Nota 38, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, por via da aplicação da Directriz Contabilística n.º 28, o Grupo calculou os impostos diferidos, activos e passivos, conforme referido no parágrafo acima, sendo que os impostos diferidos activos e passivos apurados com referência a 1 de Janeiro de 2002, nos montantes de Euros 42.044.302 e Euros 94.021.914, foram registados por contrapartida de um aumento da rubrica do capital próprio "Diferenças de consolidação", no montante de Euros 7.886.843, uma redução na rubrica "Reservas de reavaliação", no montante de Euros 1.060.246, um aumento na rubrica de "Interesses minoritários", no montante de Euros 5.599.031 e de um aumento na rubrica do activo "Diferenças de consolidação" no montante de Euros 64.403.240. Os movimentos ocorridos no exercício, no montante de Euros 10.948.690 foram registados nos resultados do exercício.

j) Provisões

As provisões são constituídas pelos valores necessários para fazer face a perdas económicas estimadas.

k) Subsídios atribuídos para financiamentos de imobilizações corpóreas

Os subsídios atribuídos ao Grupo, a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas são registados, como proveitos diferidos, na rubrica "Acréscimos e diferimentos" (Nota 56), e reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados na rubrica "Proveitos extraordinários", proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

l) Especialização de exercícios

As empresas do Grupo registam as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas "Acréscimos e diferimentos" (Nota 56).

m) Informação por segmentos

Segmento de negócio é um componente distinguível do Grupo comprometido em fornecer um produto individual, e que está sujeito a riscos e retornos diferentes dos de outros segmentos de negócio. Foram identificados três segmentos de negócio: Cimentos, Betões e Agregados.

Segmento geográfico é uma área individualizada do Grupo comprometida em produzir produtos dentro de um ambiente económico particular e que está sujeita a riscos e retornos que são diferentes de outras áreas que operam em outros ambientes económicos. Foram identificados dois segmentos geográficos relevantes: Portugal e Tunísia.

24. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA A CONVERSÃO EM EUROS

Os activos e passivos das subsidiárias e associada localizadas fora da Zona Euro foram convertidos para contra-valores em euros, ao câmbio de 31 de Dezembro de 2002. As rubricas de resultados do exercício foram convertidas ao câmbio médio do exercício. As diferenças resultantes da aplicação destas taxas comparativamente aos valores anteriores foram reflectidas na rubrica "Reservas de conversão cambial" no capital próprio.

As cotações utilizadas à data de 31 de Dezembro de 2002 e 2001 foram as seguintes:

	2002	2001
TND (dinar tunisino)		
Câmbio médio do exercício	1,3446	1,2861
Câmbio em 31 de Dezembro	1,4003	1,2903
LBN (libra libanesa)		
Câmbio médio do exercício	1.438,92	-
Câmbio em 31 de Dezembro	1.580,92	-

A associada estrangeira, Ciment de Sibline, S.A.L., com sede no Líbano, foi adquirida em Abril do ano de 2002, tendo sido as suas demonstrações financeiras convertidas para Euros ao câmbio desta data, 1.337,77.

VI INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS

27. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

Rubricas	Activo bruto						Saldo final
	Saldo inicial	Variações Perímetro	Ajustamento Cambial	Aumentos	Alienações	Regularizações, transferências e abates	
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de instalação	4.406.390	5.510	-	807.833	(146.265)	(1.410.328)	3.663.140
Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.065.210	11.380	-	168.179	-	68.636	1.313.405
Propriedade industrial e outros direitos	87.556.725	-	(6.394)	12.076	-	-	87.562.407
Trespases	335.952	-	(10.242)	-	-	-	325.710
Diferenças de consolidação (Nota 10)	143.563.908	-	(319.471)	4.869.668	-	64.403.242	212.517.347
Imobilizações em curso	517.635	-	-	45.360	-	(460.599)	102.396
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	-	-	-	7.885	-	-	7.885
	237.445.820	16.890	(336.107)	5.911.001	(146.265)	62.600.951	305.492.290
Imobilizações corpóreas:							
Terrenos e recursos naturais	41.864.499	21.489	(26.544)	419.888	(12.174)	390.061	42.657.219
Edifícios e outras construções	280.746.105	4.582.504	(1.105.890)	1.117.659	(12.470)	982.278	286.310.186
Equipamento básico	817.605.603	4.652.322	(3.114.705)	14.233.571	(4.876.180)	8.497.301	836.997.912
Equipamento de transporte	41.285.611	625.930	(708.655)	2.803.666	(3.371.605)	(49.579)	40.585.368
Ferramentas e utensílios	3.831.135	-	-	197.197	(1.495)	11.417	4.038.254
Equipamento administrativo	22.479.360	49.244	(4.433)	1.312.951	(83.719)	745.622	24.499.025
Taras e vasilhame	18.801	-	-	-	-	-	18.801
Outras imobilizações corpóreas	7.517.761	65.047	(265.045)	859.333	(19.973)	241.820	8.398.943
Imobilizações em curso	10.235.767	13.180	(72.270)	15.960.752	(28.711)	(11.118.810)	14.989.908
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	381.481	-	-	1.656.808	-	(104.332)	1.933.957
	1.225.966.123	10.009.716	(5.297.542)	38.561.825	(8.406.327)	(404.222)	1.260.429.573
Investimentos financeiros:							
Partes de capital em empresas do grupo	11.677.031	-	-	295	(10.638)	5.002.517	16.669.205
Partes de capital em empresas associadas	23.366.036	-	-	23.132.082	(171.076)	(4.783.335)	41.543.707
Empréstimos a empresas associadas	2.211.882	-	-	-	-	(1.825.494)	386.388
Títulos e outras aplicações financeiras:							
Partes de capital em outras empresas	213.375.257	-	-	259.425	-	1.707.035	215.341.717
Outras aplicações financeiras	545.976	-	32.100	-	-	-	578.076
Investimentos em imóveis	2.725.497	-	-	-	(167.960)	-	2.557.537
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	30.000	-	-	-	-	(30.000)	-
	253.931.679	-	32.100	23.391.802	(349.674)	70.723	277.076.630
	1.717.343.622	10.026.606	(5.601.549)	67.864.628	(8.902.266)	62.267.452	1.842.998.493

Rubricas	Amortizações acumuladas e provisões						Saldo final
	Saldo inicial	Variações Perímetro	Ajustamento Cambial	Aumentos	Alienações	Regularizações, transferências e abates	
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de instalação	3.767.943	4.329	-	549.934	-	(1.924.969)	2.397.237
Despesas de investigação e de desenvolvimento	783.556	11.380	-	319.777	-	(11.380)	1.103.333
Propriedade industrial e outros direitos	3.860.374	-	(5.702)	1.792.522	-	-	5.647.194
Trespases	20.101	-	(1.828)	6.256	-	-	24.529
Diferenças de consolidação (Nota 10)	44.331.890	-	(47.481)	11.619.791	-	6.440.324	62.344.524
	52.763.864	15.709	(55.011)	14.288.280	-	4.503.975	71.516.817
Imobilizações corpóreas:							
Terrenos e recursos naturais	7.005.254	-	-	500.915	(2.018)	-	7.504.151
Edifícios e outras construções	182.071.170	2.471.251	(828.682)	7.162.035	(6.235)	(21.949)	190.847.590
Equipamento básico	631.529.140	3.922.699	(2.640.771)	35.243.484	(3.695.052)	(121.779)	664.237.721
Equipamento de transporte	33.937.467	343.526	(634.100)	3.296.644	(3.260.693)	(47.352)	33.635.492
Ferramentas e utensílios	3.382.339	-	-	230.749	(2.506)	1.680	3.612.262
Equipamento administrativo	19.543.355	30.444	(3.022)	1.730.356	(66.796)	562	21.234.899
Taras e vasilhame	16.816	-	-	443	-	292	17.551
Outras imobilizações corpóreas	5.096.752	48.893	(225.840)	645.741	(10.791)	655	5.555.410
	882.582.293	6.816.813	(4.332.415)	48.810.367	(7.044.091)	(187.891)	926.645.076
Investimentos financeiros:							
Partes de capital em outras empresas:							
Provisões (Nota 44 e 46)	106.987	-	-	18.135.745	-	-	18.242.732
Títulos e outras aplicações financeiras:							
Provisões (Nota 44 e 46)	34.876	-	(3.628)	22.312	-	-	53.560
Investimentos em imóveis:							
Provisões (Nota 46)	756.062	-	-	-	-	(25.044)	731.018
Amortizações (Nota 44)	1.357.583	-	-	41.041	-	-	1.398.624
	2.255.508	-	(3.628)	18.199.098	-	(25.044)	20.425.934
	937.601.665	6.832.522	(4.391.054)	81.297.745	(7.044.091)	4.291.040	1.018.587.827

O aumento de Euros 10.026.606, registado no activo bruto, relativo a variação no perímetro, resulta essencialmente da integração dos activos das subsidiárias: Macrobetão, Betalves, Betostrong e Betopal, S.L. que foram consolidados com o Grupo pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro 2002, conforme referido na Nota 14.

No exercício de 2001, o Grupo Secil Betões e Inertes decidiu subcontratar os serviços de transporte de betão-pronto, tendo vindo a proceder, desde então, à alienação da sua frota, constituindo uma parte significativa das alienações de equipamento básico registadas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

O montante de Euros 14.989.908, registado na rubrica de imobilizações corpóreas em curso, corresponde a vários projectos dos quais destacamos a criação de um parque de pré-homogeneização de matérias-primas em Pataias, aumento da capacidade e modernização da moagem de cimento n.º 8, um novo arrefecedor de grelha e um filtro de mangas para exaustão do forno 3, na fábrica da Maceira, que, em 31 de Dezembro de 2002, ainda não se encontravam em funcionamento.

Em 31 de Dezembro de 2002, os investimentos financeiros em empresas do grupo, associadas e outras empresas, tinham a seguinte composição:

					Fracção de capital detida		
	Sede social	Capital Social	Capitais próprios	Resultado líquido	%	Valor de balanço	Valor proporcional no resultado
					(b)		
Empresas do Grupo (a):							
Trochee Investment BV	Amesterdão	18.197	18.197	(9.950)	100,00	8.247	(9.950)
Tecnosecil, SARL	Luanda	263.451	(g)	(g)	70,00	183.523	-
Enersis, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	4.750.000	11.869.182	6.096.258	89,92	16.154.536	5.481.755
Secil - Energia, Lda.	Lisboa	1.995	1.995	-	100,00	1.995	-
Asfalbetão Transportes, Lda.	Torres Vedras	49.880	314.698	6.202	100,00	320.904	6.202
						16.669.205	5.478.008
Empresas associadas:							
Betão Liz, S.A.	Lisboa	7.000.000	29.353.601	3.222.889	33,37	10.869.667	1.075.368
Transecil - Gestão Transp. Mar Especiais, Lda.	Lisboa	2.245	2.245		33,33	748	
Becim - Mediadora de Seguros, Lda.	Lisboa	150.000	193.702	187.200	27,40	104.498	51.295
Cimentação - Cimentos dos Açores, Lda.	P.Delgada	1.246.995	6.508.753	3.457.670	25,00	2.491.606	864.418
Secil Unicon - S.G.P.S., Lda.	Lisboa	4.987.979	9.224.640	163.372	50,00	4.694.006	81.686
Viroc Portugal - Ind. de Madeira e Cimento, S.A.	Setúbal	8.708.014	(1.750.528)	13.874	32,83	- (e)	-
Ecoresíduos - Centro de Tratamento e Valorização de Resíduos, Lda.	Lisboa	49.880	157.872	(136.075)	50,00	10.899	(68.038)
ICV - Inertes de Cabo Verde, Lda.	Cabo Verde	680.179	336.168	41.937	37,50	141.789	15.726
Ciment de Sibline S.A.L.	Beirute	87.373.986	91.819.291	1.749.498	21,22	19.852.677	371.194
Astakos Domika Aluminouha	Atenas	500.000	500.000	-	50,00	250.000	-
Chryso - Aditivos de Portugal, S.A.	Lisboa	50.000	68.683	50.966	40,00	47.860	20.386
Cimianto - Sociedade Técnica de Hidráulica, S.A.	Alhandra	1.500.000	7.257.620	273.431	39,96	3.009.333	109.260
Cimentrans - Transportes de Cimento, Lda.	Lisboa	299.279	346.916	80.768	-	- (c)	32.308
Vermofeira - Extração e Comércio de Areias, Lda.	Carnaxide	12.000	104.458	36.789	50,00	70.624	18.395
						41.543.707	2.571.998
Outras empresas:							
Sadigolf - Turismo, S.A.	Setúbal	1.237.019	(g)	(g)	0,07	19.453	-
Secil Marítima, S.A.	Luanda	249.399	(g)	(g)	42,90	106.986 (d)	-
Cimentos Madeira, Lda.	Funchal	1.745.793	9.602.463	2.346.813	14,29	1.707.035	335.259
Soset - Soc. Desenvol. Regional Pen. Setúbal, S.A.	Setúbal	299.279	(g)	(g)	1,67	49.880	-
Banco Espírito Santo, S.A.	Lisboa	435.779.955	(g)	(g)	0,07	922.017	-
Scoreco	Setúbal	74.820	(g)	(g)	25,00	700	-
Ambelis - Agência p/Modern. B.E.C. Lisboa, S.A.	Lisboa	997.596	(g)	(g)	2,00	19.952	-
Cimpor, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	672.000.000	(g)	(g)	8,99	211.606.784 (f)	-
Sonagi, S.A.	Lisboa	1.000.000	9.766.509	570.754	2,00	908.910	-
						215.341.717	335.259

(a) Empresas do grupo, excluídas da consolidação, pelas razões enunciadas na Nota 2;

(b) Percentagens detidas, directa e indirectamente, pelo Grupo;

(c) Empresa alienada no decurso do segundo semestre de 2002. Os montantes de capital social, capitais próprios e resultados líquidos do exercício, apresentados nesta Nota reportam-se à data da alienação da empresa;

(d) O valor desta participação encontrava-se totalmente provisionado (Nota 46);

- (e) O valor dos capitais próprios desta empresa era negativo, a 31 de Dezembro de 2002, pelo que o respectivo investimento financeiro apresenta valor nulo no balanço do Grupo, tendo sido constituída provisão no valor proporcional dos capitais próprios negativos, apropriados pelo método da equivalência patrimonial, na rubrica "Provisões para outros riscos e encargos", pelo montante de Euros 569.646 (Nota 46);
- (f) A participação financeira na Cimpor, S.G.P.S., S.A., representada por 12.091.940 acções, desvalorizou, no decurso do exercício findo a 31 de Dezembro de 2002, apresentando nesta data uma cotação de mercado de Euros 16. Para fazer face a esta perda potencial, o Grupo constituiu uma provisão, no montante de Euros 18.135.745, na rubrica "Provisões para investimentos financeiros" (Nota 46);
- (g) Informação não disponível à presente data.

O movimento ocorrido durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, nas rubricas de partes de capital em empresas do grupo, associadas e outras empresas, tem a seguinte composição:

	Partes de capital em empresas			
	do grupo	associadas	outras	total
Saldo inicial	11.677.031	23.366.036	213.375.257	248.418.324
Aquisições/ constituições/ reforços das participações nas seguintes empresas:				
Ciment de Sibline	-	22.854.680	-	22.854.680
Astakos Domika Alouminouha	-	250.000	-	250.000
BES	-	-	259.425	259.425
Betopal, S.L.	295	-	-	295
Becim	-	27.402	-	27.402
	<u>295</u>	<u>23.132.082</u>	<u>259.425</u>	<u>23.391.802</u>
Alienações das participações financeiras detidas nas seguintes empresas:				
Betopal, S.L.	(10.638)	-	-	(10.638)
Cimenttrans	-	(171.076)	-	(171.076)
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial (Nota 44):				
- Ganhos	5.487.958	2.640.036	335.259	8.463.253
- Perdas	(9.950)	(68.038)	-	(77.988)
Dividendos distribuídos ao Grupo	(427.114)	(2.183.064)	(268.834)	(2.879.012)
"Badwill" apurado na aquisição da Ciment de Sibline (Nota 10)	-	238.717	-	238.717
Reclassificação da participação financeira detida na empresa Cimentos Madeira	-	(1.651.793)	1.651.793	-
Diferenças de consolidação e reservas de conversão cambial:				
- por reserva de conversão cambial na Sibline (Nota 51)	-	(3.611.915)	-	(3.611.915)
- por outras variações de capitais próprios (Nota 51)	(48.377)	(147.278)	(11.183)	(206.838)
Saldo final	<u>16.669.205</u>	<u>41.543.707</u>	<u>215.341.717</u>	<u>273.554.629</u>

O detalhe de "Investimentos em imóveis", em 31 de Dezembro de 2002, é o seguinte:

	Valor de aquisição	Amortizações acumuladas	Provisões	Valor líquido contabilístico
Imóveis em Angola	1.600.310	(869.292)	(731.018)	-
Imóvel na Av. Conselheiro Fernando de Sousa	957.227	(529.332)	-	427.895
	<u>2.557.537</u>	<u>(1.398.624)</u>	<u>(731.018)</u>	<u>427.895</u>

O valor dos investimentos em imóveis, líquido de amortizações acumuladas, ascende a Euros 1.158.913 (Nota 42).

33. DÍVIDAS A TERCEIROS A MAIS DE CINCO ANOS

Em 31 de Dezembro de 2002, existiam empréstimos por obrigações e dívidas a instituições de crédito, com vencimento a mais de cinco anos, no montante de Euros 171.986.025 (Nota 57).

36. RELATO POR SEGMENTOS

A informação por segmentos é apresentada em relação aos segmentos de negócio (principal) e geográficos (secundário) do Grupo.

Os resultados, activos e passivos de cada segmento correspondem àqueles que lhe são directamente atribuíveis, assim como os que numa base razoável lhes podem ser atribuídos. Os resultados, activos e passivos não directamente imputáveis aos segmentos consubstanciados na coluna "Outros não alocados", referem-se, essencialmente, a operações financeiras.

O resultado líquido do exercício por segmentos de negócio pode ser assim analisado:

	Cimento		Betões		Agregados	Outros	Eliminações	Consolidado
	Portugal	Tunisia	Portugal	Tunisia	Portugal	não alocados		
RÉDITOS								
Vendas externas	263.725.507	45.491.286	141.586.873	4.023.712	17.739.108	18.494.025		491.060.511
Vendas intersegmentais	155.673.797	1.107.174	438.984	-	3.216.770	19.100.687	(179.537.412)	-
Réditos totais	419.399.304	46.598.460	142.025.857	4.023.712	20.955.878	37.594.712	(179.537.412)	491.060.511
Resultados operacionais externos	78.194.658	(3.898.680)	37.755.415	1.520.666	2.430.566	(14.454.177)	-	101.548.448
Resultados operacionais inter-segmentais	14.037.339	358.013	(29.843.605)	(1.107.174)	3.137.917	13.417.510	-	-
Resultados operacionais totais	92.231.997	(3.540.667)	7.911.810	413.492	5.568.483	(1.036.667)	-	101.548.448
Resultados financeiros externos	4.085.343	142.325	(1.020.132)	(58.166)	(58.321)	(32.843.533)	-	(29.752.484)
Resultados financeiros inter-segmentais	886.547	-	(477.654)	-	(98.319)	(310.574)	-	-
Resultados financeiros totais	4.971.890	142.325	(1.497.786)	(58.166)	(156.640)	(33.154.107)	-	(29.752.484)
Parte de lucros líquidos em associadas	1.830.935	-	1.081.571	-	-	4.486.767	-	7.399.273
Imposto sobre o rendimento	-	-	-	-	-	(21.149.593)	-	(21.149.593)
Resultados actividades ordinárias	99.034.822	(3.398.342)	7.495.595	355.326	5.411.843	(50.853.600)	-	58.045.644
Resultados extraordinários	-	-	-	-	-	2.466.762	-	2.466.762
Interesses minoritários	2.124	31.819	423.016	3.593	260.970	28.953.740	-	29.675.262
Resultados líquidos do exercício	99.032.698	(3.430.161)	7.072.579	351.733	5.150.873	(77.340.578)	-	30.837.144
OUTRAS INFORMAÇÕES								
Activos do segmento	431.137.805	212.644.820	80.230.873	2.919.760	22.162.905	319.363.623	-	1.068.459.786
Activos inter-segmentais	131.367.625	185.687	2.428.191	-	3.252.727	41.419.631	(178.653.861)	-
Total dos Activos	562.505.430	212.830.507	82.659.064	2.919.760	25.415.632	360.783.254	(178.653.861)	1.068.459.786
Investimentos em associadas	-	-	10.869.667	-	-	30.674.040	-	41.543.707
Passivos do segmento	47.723.466	13.160.688	27.426.700	1.119.905	6.027.051	538.607.517		634.065.327
Passivos inter-segmentais	109.231.042	343.994	(1.130.984)	185.687	3.298.887	46.717.299	(158.645.925)	-
Total dos passivos	156.954.508	13.504.682	26.295.716	1.305.592	9.325.938	585.324.816	(158.645.925)	634.065.327
Dispêndios de capital fixo	39.958.062	7.597.448	3.419.627	465.583	3.067.825	6.773.980	-	61.282.525
Depreciações	42.680.300	9.024.042	4.799.110	204.766	2.876.213	3.514.216	-	63.098.647
Outros gastos não desembolsados (provisões)	4.050.686	417.733	884.659	58.027	83.101	18.804.349	-	24.298.555

38. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

As empresas do Grupo são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) com base nos seus resultados individuais, com excepção da Secil e várias das suas subsidiárias tributadas através do regime especial de tributação de grupos de sociedades, constituído pela Secil e as empresas subsidiárias em que detém participação igual ou superior a 90%.

De acordo com a legislação em vigor, os ganhos e perdas em empresas do grupo e associadas, resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial, são reduzidos ou acrescidas, respectivamente, ao resultado do período, para apuramento da matéria colectável. Os dividendos são considerados no apuramento da matéria colectável do ano em que são recebidos.

Todas as situações que possam vir a afectar significativamente os impostos futuros encontram-se registadas por via da aplicação da Directriz Contabilística n.º 28, conforme descrito na Nota 23 i). De acordo com as disposições transitórias desta Directriz Contabilística, o efeito acumulado até 31 de Dezembro de 2001 pela aplicação, pela primeira vez, dos impostos diferidos, foi registado directamente nos capitais próprios e no caso da subsidiária Soci   des Ciments de Gab  s que, por se referir a uma aquisi  o recente, foi registado na rubrica "Diferenças de consolida  o" no activo (Nota 10).

Em 31 de Dezembro de 2002, os activos e passivos por impostos diferidos apresentavam a seguinte composi  o:

	Movimentações noutras rubricas de capital próprio inter. minoritários					
	Total	Operações na demonstração dos resultados	Reservas de reavaliação	Diferenças de consolidação e interesses minoritários	Diferenças de consolidação (ativo) (Nota 10)	Efeitos da alteração de perímetro
Diferenças temporárias que originaram Activos por impostos diferidos						
Provisões tributadas	20.468.865	18.776.874		1.691.991	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	6.688.663	3.678.646	-	2.605.671	-	404.136 (a)
Benefícios de reforma sem fundo autónomo	14.642.395	452.181	-	14.190.214	-	-
Mais valias diferidas contabilisticamente, originadas em transacções intra-grupo	104.589.942	(4.239.692)	-	108.829.634	-	-
	146.389.865	18.668.009	-	127.317.710	-	404.136
Diferenças temporárias que originaram Passivos por impostos diferidos						
Reavaliação de activos imobilizados	(37.579.461)	6.612.065	(3.212.866)	(40.978.660)	-	-
Justo valor da subsidiária Soci�� des Ciments de Gab��s (Nota 10)	(164.147.341)	6.620.639	-	13.241.278	(184.009.258)	-
Menos valias diferidas contabilisticamente, originadas em transacções intra-grupo	(734.910)	(734.910)	-	-	-	-
Diferimento da tributação de mais valias	(57.941.511)	991.001	-	(58.932.512)	-	-
Acréscimos de amortizações	(1.302.576)	(452.190)	-	(850.386)	-	-
	(261.705.799)	13.096.605	(3.212.866)	(87.520.280)	(184.009.258)	-
Valores reflectidos no balanço						
Activos por impostos diferidos	48.751.163	6.573.465	-	42.044.302	-	133.366
Passivos por impostos diferidos	(89.646.719)	4.375.195	(1.060.246)	(28.558.428)	(64.403.240)	-

- (a) Os prejuízos fiscais reportáveis, no montante de euros 404.136, deram origem a imposto diferido activo, no montante de Euros 133.366, registado    data de 31 de Dezembro de 2001, pela Empresa Macrobetão, S.A., consolidada com o Grupo, pela primeira vez, em 2002, conforme mencionado na Nota 14.

Os impostos diferidos activos e passivos apurados em referência    data de 1 de Janeiro de 2002, nos montantes de Euros 42.044.302 e Euros 94.021.914 foram registados por contrapartida de um aumento da rubrica do capital próprio "Diferenças de consolida  o", no montante de Euros 7.886.843 (Nota 51), uma redu  o da rubrica "Reservas de reavalia  o", no montante de Euros 1.060.246 (Nota 51 e 52), um aumento na rubrica de "Interesses minoritários" no passivo, no montante de Euros 5.599.031 (Nota 53) e de um aumento na rubrica do activo "Diferenças de consolida  o" no montante de Euros 64.403.240 (Nota 10).

O imposto sobre o rendimento do exercício tem a seguinte composi  o:

Imposto corrente (Nota 54)	32.098.283
Imposto diferido	(10.948.690)
	21.149.593

A reconciliação da taxa efectiva de imposto é evidenciada como se segue:

Resultado antes de impostos	81.661.999
Taxa nominal de imposto	33,00%
Imposto esperado	26.948.460
Diferenças permanentes (a)	(5.662.444)
Alteração da taxa de imposto (b)	(3.256.602)
Ajustamentos à colecta	830.017
Prejuízos fiscais recuperados no âmbito do regime especial de tributação de grupos de sociedades	190.963
Prejuízos fiscais não recuperáveis	2.099.199
	21.149.593
Taxa efectiva de imposto	25,90%

(a) Este valor respeita essencialmente a:

Amortização de "goodwill" (Nota 10)	11.604.258
Efeito da aplicação do método da Equivalência Patrimonial (Nota 27)	(7.754.007)
Menos valias fiscais	(22.495.339)
Dividendos de empresas estrangeiras sediadas fora do espaço da U.E.	1.074.485
Outros	411.681
	(17.158.922)
Impacto fiscal (33,00%)	(5.662.444)

(b) Este valor engloba o efeito da alteração da taxa de derrama em algumas empresas do Grupo, bem como o impacto de empresas sujeitas a taxas de imposto diferenciadas.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais das empresas incluídas na consolidação estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos e dez anos no caso da Segurança Social. Deste modo as declarações fiscais relativas aos anos de 1999 a 2002 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão e correcção. No que diz respeito à Secil, a declaração (individual e consolidada do grupo fiscal) relativa ao ano de 1999, foi inspeccionada no decurso do exercício de 2001, cujo projecto de correcção à respectiva matéria colectável foi já comunicado à empresa, tendo sido constituída uma provisão, na rubrica "Provisões para Impostos" no montante de Euros 57.339 (Nota 46). À data de encerramento do exercício de 2002, estava em curso, na Secil, a inspecção à declaração do ano de 2000.

A Administração da Semapa entende que eventuais correcções que possam ser efectuadas pelas autoridades fiscais como resultado de inspecções/ revisões não terão qualquer efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002.

41. REAVALIAÇÕES – DIPLOMAS LEGAIS

As empresas do Grupo, sediadas em Portugal, procederam em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente: Portaria n.º 258, de 28 de Dezembro de 1963, decretos-lei n.º 126/77, n.º 430/78, n.º 219/82, n.º 319-G/84, n.º 118-B/86, n.º 111/88, 49/91, n.º 264/92, n.º 22/92, n.º 31/98.

42. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM IMÓVEIS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e investimentos financeiros (imóveis) e correspondente reavaliação, líquidos de amortizações acumuladas, em 31 de Dezembro de 2002 é o seguinte:

Rubricas	Custos históricos	Reavaliações	Valores contabilísticos reavaliados
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	23.862.659	11.290.409	35.153.068
Edifícios e outras construções	59.879.713	35.582.883	95.462.596
Equipamento básico	123.527.378	49.232.813	172.760.191
Equipamento de transporte	6.688.962	260.914	6.949.876
Ferramentas e utensílios	299.879	126.113	425.992
Equipamento administrativo	2.792.203	471.923	3.264.126
Taras e vasilhame	1.250	-	1.250
Outras imobilizações corpóreas	2.574.718	268.815	2.843.533
	<u>219.626.762</u>	<u>97.233.870</u>	<u>316.860.632</u>
Investimentos Financeiros:			
Investimentos em imóveis (Nota 27)	91.276	1.067.637	1.158.913
	<u>219.718.038</u>	<u>98.301.507</u>	<u>318.019.545</u>

44. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 têm a seguinte composição:

	2002	2001
<u>Custos e perdas:</u>		
Juros suportados	17.470.445	23.786.342
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros (Nota 27)	18.768.744	76.030
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1.760.733	669.208
Descontos de pronto pagamento concedidos	1.950.791	2.151.822
Outros custos e perdas financeiras	896.237	961.753
Perdas relativas a empresas associadas (Nota 27)	1.099.789	248.583
	<u>41.946.739</u>	<u>27.893.738</u>
Resultados financeiros	<u>(22.353.211)</u>	<u>(10.196.643)</u>
	<u>19.593.528</u>	<u>17.697.095</u>
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Juros obtidos	1.231.990	466.205
Rendimentos de títulos de participação	457.307	1.165.607
Rendimentos de imóveis	20.801	19.955
Ganhos de participações de capital relativos a associadas (Nota 27)	8.163.803	6.877.129
Ganhos de participações de capital relativos a outras empresas (Nota 27)	8.858.929	8.286.944
Diferenças de câmbio favoráveis	655.556	455.580
Descontos de pronto pagamento obtidos	184.313	416.152
Outros proveitos e ganhos financeiros	20.829	9.523
	<u>19.593.528</u>	<u>17.697.095</u>

A rubrica “Amortizações e provisões para aplicações e investimentos financeiros”, inclui (i) provisões constituídas para potenciais perdas em investimentos financeiros, no montante de Euros 18.158.057 (Nota 27), (ii) amortizações de investimentos em imóveis, no montante de Euros 41.041 (Nota 27), (iii) provisão constituída no valor proporcional dos capitais próprios negativos, da associada Viroc Portugal, S.A., apropriados pela método da equivalência patrimonial, no montante de Euros 569.646 (Nota 27).

A rubrica “Perdas relativas a empresas associadas” inclui: (i) o montante de Euros 77.988 (Nota 27), relativo a perdas apropriadas pelo método da equivalência patrimonial, e (ii) o montante de Euros 1.021.806, reconhecido no momento da aquisição de algumas subsidiárias, em virtude dos seus capitais próprios se encontrarem negativos àquela data.

A rubrica “Ganhos de participações de capital relativos a empresas associadas” inclui o montante de Euros 35.809, relativo ao reconhecimento como proveito de parte da diferença entre o valor de custo e dos capitais próprios proporcionais na data de aquisição da Ciment de Sibline S.A.L. (Notas 27 e 56).

A rubrica “Ganhos de participações de capital relativos a outras empresas” inclui: (i) o dividendo recebido da Cimpor pela subsidiária Secilpar, no montante de Euros 8.464.358 e (ii) o montante de Euros 335.259 (Nota 27), relativo ao resultado da Cimentos Madeira, Lda., apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial, conforme referido na Nota 23 d).

45. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 têm a seguinte composição:

	2002	2001
<u>Custos e perdas:</u>		
Donativos	244.993	360.013
Dívidas incobráveis	218.091	281.425
Perdas em existências	77.252	20.561
Perdas em imobilizações	401.309	4.103.456
Multas e penalidades	38.458	26.487
Correcções relativas a exercícios anteriores	208.991	136.728
Outros custos e perdas extraordinárias	1.833.907	978.236
	<u>3.023.001</u>	<u>5.906.906</u>
Resultados extraordinários	<u>2.466.762</u>	<u>(1.800.625)</u>
	<u>5.489.763</u>	<u>4.106.281</u>
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Restituição de impostos	13.433	3.449
Recuperação de dívidas	14.428	-
Ganhos em existências	118	57
Ganhos em imobilizações	1.634.604	1.415.986
Benefícios de penalidades contratuais	-	568
Redução de provisões (Nota 46)	1.661.488	973.508
Correcções relativas a exercícios anteriores	59.558	26.839
Outros proveitos e ganhos extraordinários	2.106.134	1.685.874
	<u>5.489.763</u>	<u>4.106.281</u>

A rubrica “Outros custos e perdas extraordinárias” inclui: (i) o montante de Euros 948.798 relativo a insuficiência de estimativa para imposto sobre o rendimento, respeitante ao exercício de 2001, devido a alteração do perímetro do grupo de empresas tributadas conjuntamente, face ao inicialmente previsto e, em resultado da publicação da Circular n.º 5/2002 de 2 de Abril da DGCI. Com efeito, foram excluídas as sociedades Ecob, Sulbetão, Lisconcreto, Betopal e Fabetão. Adicionalmente, foi excluída a Argibetão dado ter sido alienada para uma entidade externa ao Grupo Fiscal e (ii) o montante de Euros 679.026, respeitante às correcções efectuadas, pelas autoridades fiscais, às declarações de IRC, respeitante aos exercícios de 1997 e 1998 e respectivos juros compensatórios. Em 2001, foi constituída uma provisão, na rubrica “Provisões para impostos” (Nota 46), para cobrir esta responsabilidade, liquidada no decurso do exercício de 2002, fora do Regime Especial de Regularização das Dívidas Fiscais, tendo-se procedido à anulação da respectiva provisão.

A rubrica “Outros proveitos e ganhos extraordinários” inclui: (i) o montante de Euros 350.690, relativo à redução de imposto sobre o rendimento, resultante da aplicação do regime especial de tributação de grupos de sociedades (Nota 54), (ii) o montante de Euros 204.180, referente ao excesso da estimativa de IRC, apurada no exercício de 2001, das várias subsidiárias e (iii) o montante de Euros 1.072.350 (Nota 56), relativo ao reconhecimento dos subsídios ao investimento, conforme referido na Nota 23 k).

46. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Variações Perímetro	Ajustamento cambial	Reforço	Utilização / Reposição	Transferências (Nota 55)	Saldo final
Provisões para depreciação de existências	1.878.842	-	(148.585)	645.331	(70.819)	-	2.304.769
Provisões para cobranças duvidosas:							
Clientes	10.816.927	51.568	(104.176)	1.645.397	(1.064.918)	-	11.344.798
Outros devedores (Nota 55)	534.065	-	(10.770)	924.202	-	4.795.637	6.243.134
	11.350.992	51.568	(114.946)	2.569.599	(1.064.918)	4.795.637	17.587.932
Provisões para riscos e encargos:							
Provisões para pensões (Nota 21)	14.453.503	-	-	2.068.077	(1.685.762)	-	14.835.818
Provisões para impostos (Notas 38 e 45)	698.317	-	-	14.946	(655.924)	-	57.339
Outras provisões para riscos e encargos	5.863.191	539.641	-	842.545	(806.854)	(4.795.637)	1.642.886
	21.015.011	539.641	-	2.925.568	(3.148.540)	(4.795.637)	16.536.043
Provisões para investimentos financeiros (Nota 27)	897.925	-	(3.628)	18.158.057	(25.044)	-	19.027.310
	35.142.770	591.209	(267.159)	24.298.555	(4.309.321)	-	55.456.054

Os movimentos nas provisões para pensões, outros riscos e encargos e investimentos financeiros foram os seguintes:

	Variações de perímetro	Reforço	Utilização/ reposição
Provisões para pensões (Nota 21):			
Subfinanciamento do fundo - CMP	-	372.050	-
Reforço das responsabilidades do plano de benefícios definidos pelo Grupo	-	1.696.027	-
Pensões pagas no exercício	-	-	(1.596.710)
Redução das responsabilidades com trabalhadores activos	-	-	(89.052)
	-	2.068.077	(1.685.762)
Provisões para riscos e encargos:			
Provisão para investimentos financeiros (Nota 27)	-	569.646	-
Dotação para o fundo de pensões - CMP (Nota 21)	-	-	(802.720)
Outros	539.641	272.899	(4.134)
	539.641	842.545	(806.854)
Provisões para investimentos financeiros:			
Desvalorização das acções da Cimpor (Nota 27)	-	18.135.745	-
Outros	-	22.312	(25.044)
	-	18.158.057	(25.044)

O reforço das provisões, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, em Euros 24.298.555, foi

registado nas rubricas: (i) “Custos com o pessoal – encargos sociais”, Euros 2.068.077 (Nota 21), (ii) “Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros”, Euros 18.727.703 (Notas 27 e 44), e (iii) “Provisões do exercício”, no montante de Euros 3.502.775.

A redução de provisões, no montante de Euros 4.309.321, foi efectuada por utilização directa, em Euros 2.647.833, e por reposição, em Euros 1.661.488 (Nota 45).

47. BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2002, os bens em regime de locação financeira podem ser resumidos do seguinte modo:

Rubricas	Custo	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Equipamento básico	653.796	(288.905)	364.891
Equipamento de transporte	26.301	(20.489)	5.812
	<u>680.097</u>	<u>(309.394)</u>	<u>370.703</u>

As responsabilidades ainda não liquidadas relativas a contratos de locação financeira podem ser resumidos do seguinte modo:

Pagamentos até 1 ano	260.834
Pagamentos entre 1 e 5 anos	<u>146.874</u>
	<u>407.708</u>
Pagamento de juros futuros	<u>66.966</u>

VII INFORMAÇÕES DIVERSAS

50. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2002, o capital da Empresa, encontrava-se totalmente subscrito e realizado e ascendia a Euros 118.332.445 representado por 118.332.445 acções com o valor nominal de 1 Euro cada.

De acordo com a última reunião da Assembleia Geral, datada de 27 de Março de 2002, e as participações qualificadas comunicadas, as seguintes pessoas colectivas detêm mais de 20% do capital da Empresa, em 31 de Dezembro de 2002:

Nome	%	Nº de Acções
Sodim, SGPS, S.A.	21,13	25.000.000
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	20,02	23.695.611

51. MOVIMENTO OCORRIDO NAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, foi como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Diminuições	Transferências	Saldo final
Capital	118.332.445	-	-	-	118.332.445
Acções Próprias:					
Valor nominal	(1.553.280)	-	(1.100.000)	-	(2.653.280)
Descontos e prémios	(3.632.740)	-	(3.845.014)	-	(7.477.754)
Prémios de emissão de acções	3.923.459	-	-	-	3.923.459
Diferenças de consolidação	(1.858.609)	3.820.894	-	505.694	2.467.979
Reservas de conversão cambial	(407.247)	-	(3.625.411)	-	(4.032.658)
Reservas de reavaliação (Nota 41 e 52)	13.727.564	-	(1.060.246)	(505.694)	12.161.624
Reservas:					
Reservas legais	7.364.592	-	-	2.207.303	9.571.895
Outras reservas	30.971.799	-	-	30.370.838	61.342.637
Resultados transitados	40.418	-	-	-	40.418
Resultado líquido consolidado do período	44.146.058	30.837.144	(11.567.917)	(32.578.141)	30.837.144
	<u>211.054.459</u>	<u>34.658.038</u>	<u>(21.198.588)</u>	<u>-</u>	<u>224.513.909</u>

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 27 de Março de 2002, a aplicação do resultado líquido do exercício de 2001 foi como segue:

Distribuição de dividendos às acções em circulação	11.567.917
Reservas legais	2.207.303
Outras reservas	30.370.838
	<u>44.146.058</u>

Os movimentos registados na rubrica de resultados transitados da Secil e o respectivo impacto na rubrica de diferenças de consolidação na Semapa foram os seguintes:

Movimentos	Impacto na Secil		Impacto na Semapa
	Aumentos	Diminuições	
Lucros distribuídos aos empregados pelas Empresas do grupo e associadas	-	743.136	(411.526)
Amortizações de 2000 e 2001, decorrentes do ajustamento efectuado na rubrica Diferenças de Consolidação (Nota 10 e 27)	-	6.440.324	(3.566.447)
Impostos diferidos (Nota 38)	14.242.138	-	7.886.843
Outros ajustamentos efectuados pelas subsidiárias e associadas (Nota 27)	-	206.838	(114.540)
Outros ajustamentos	40.149	-	22.230
	<u>14.282.287</u>	<u>7.390.298</u>	<u>3.816.560</u>

Na rubrica diferenças de consolidação está ainda incluído o montante de Euros 4.334 referente ao ajustamento inicial derivado da primeira consolidação da subsidiária Betopal, S.L.

Reservas de conversão cambial: O montante de Euros 3.625.411, registado na rubrica de reservas de conversão cambial, corresponde à proporção do Grupo, na diminuição dos capitais próprios da Société des Ciments de Gabés, e da Sud-Béton e Ciment de Sibline, resultante de diferenças de câmbio pela conversão para Euros dos valores de balanço daquelas filiais e associada.

Reservas legais: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinada ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Secil, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

52. VARIAÇÕES OCORRIDAS NA RUBRICA DE RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 procedeu-se à transferência para a rubrica do capital próprio "Diferenças de consolidação", do valor da reserva de reavaliação realizada no exercício, por uso, alienação ou abate, no montante de Euros 505.694. Adicionalmente, conforme referido na Nota 38, registou-se uma redução nesta rubrica, no montante de Euros 1.060.246 (Notas 38 e 51) por contrapartida da rubrica "Impostos diferidos passivos", referente ao montante do imposto correspondente à fracção da reserva de reavaliação, não relevante para tributação, que se encontrava por realizar a 31 de Dezembro de 2001.

53. INTERESSES MINORITÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o valor da rubrica "Interesses minoritários" incluída no passivo, refere-se às seguintes empresas subsidiárias:

	2002	2001
Secil	201.983.053	189.221.535
Grupo CMP	20.545	451.296
Grupo Secil, Betões, Inertes	3.625.383	3.820.935
Société des Ciments de Gabès	469.011	484.790
Secil Martingança	2.969.631	2.667.418
Outros	742.029	411.362
	<u>209.809.652</u>	<u>197.057.336</u>

O movimento ocorrido na rubrica "Interesses minoritários" durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, foi como segue:

Saldo inicial	197.057.336
Resultado líquido apropriado pelos minoritários	29.675.262
Dividendos distribuídos aos minoritários:	
Secil	(15.625.435)
Dividendos na CMP	402.228
Proporção em outros ajustamentos efectuados nas rubricas de capital próprio:	
Contabilização dos impostos diferidos (Nota 38):	
Impacto em Resultados transitados	6.453.387
Impacto em Reservas de reavaliação	(854.356)
Amortizações de 2000 e 2001, decorrentes do ajustamento efectuado na rubrica	
Diferenças de consolidação (Nota 10)	(2.873.877)
Variação ocorrida na rubrica "Reservas de conversão cambial"	(2.921.392)
Lucros distribuídos aos empregados pelas Empresas do grupo e associadas	(331.610)
Alteração de perímetro	(297.041)
Outros ajustamentos efectuados pelas subsidiárias e associadas	(874.850)
Saldo final	<u>209.809.652</u>

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2002, o Grupo tinha: (i) contas a receber, a curto prazo, dos accionistas minoritários, no montante de Euros 18.217 e (ii) contas a pagar, a curto prazo e a médio e longo prazo, no montante de Euros 173.149 e Euros 243.733, respectivamente.

54. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2002, não existiam dívidas em situações de mora com o Estado e outros Entes Públicos. Os saldos com estas entidades eram como segue:

	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	366.913	27.076.057
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS	103.452	958.794
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.031.749	4.330.362
Contribuições para a Segurança Social	-	1.382.088
Restantes impostos	6.678	450.407
	<u>1.508.792</u>	<u>34.197.708</u>

Em 31 de Dezembro de 2002, os montantes, a receber e a pagar, relativos ao "Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas" tinha a seguinte composição:

	Saldos devedores	Saldos credores	Total
Imposto sobre o rendimento do exercício (Nota 38)	(2.131.140)	(29.967.143)	(32.098.283)
Ajustamento câmbial	36.013	-	36.013
Pagamentos por conta	1.774.458	2.438.934	4.213.392
Retenções na fonte	677.048	101.462	778.510
IRC de exercícios anteriores	10.534	-	10.534
Redução de imposto resultante da aplicação do regime de tributação de grupos de sociedades (Nota 45)	-	350.690	350.690
	<u>366.913</u>	<u>(27.076.057)</u>	<u>(26.709.144)</u>

55. OUTROS DEVEDORES E CREDITORES

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	2002	2001
<u>Outros devedores de médio e longo prazo:</u>		
TER-Transportes Europeus Rápidos	101.165	318.303
Roclim, Lda.	1.216.420	1.151.438
Filimate	551.555	-
Lusarcim	5.355	-
Carvalho & Faísca Transportes	79.418	329.909
Subsídios para investimento POE	63.794	-
Manuel Augusto Oliveira	422.342	-
Outros devedores	9.592	106.458
	<u>2.449.641</u>	<u>1.906.108</u>
<u>Outros devedores de curto prazo:</u>		
Adiantamentos ao pagar ao Pessoal	185.940	103.177
Outras operações com o Pessoal	499.023	694.508
Estado Português (responsabilidade pela venda CMP)	5.598.358	5.598.358
<u>Devedores diversos:</u>		
Empresas associadas	798.427	203.216
Tecnosecil, S.A.R.L. (Nota 58)	511.031	408.138
TER-Transportes Europeus Rápidos	252.299	315.357
Roclim, Lda.	699.572	297.852
Filimate	650.471	160.049
Carvalho & Faísca Transportes	707.791	579.382
António Jesus Carreira, Lda.	116.947	-
E.Correia de Brito, Lda.	313.226	-
António José & Irmão	199.495	-
Manuel Augusto Oliveira	218.717	-
Cimenbritas	267.346	-
Cauções prestadas a favor de terceiros	1.056.125	902.192
Outros devedores	3.808.481	3.449.310
	<u>15.883.249</u>	<u>12.711.539</u>
Provisão para devedores duvidosos (Nota 46)	(6.243.134)	-
	<u>9.640.115</u>	<u>12.711.539</u>
<u>Outros credores:</u>		
Outras operações com o Pessoal	129.575	142.358
Sindicatos	-	2.264
Consultores, assessores e intermediários	-	2.847
Credores por subscrições não liberadas (Nota 58)	166.873	198.570
Asfalbetão Transportes, Lda.	194.384	-
Grupo Mutuelle (seguros)	653.669	-
SIV	70.258	-
Cimpor (Consórcio Ilhas)	1.188.369	-
Cientes, conta corrente	189.461	247.978
Credores diversos	1.478.221	300.836
	<u>4.070.810</u>	<u>894.853</u>

O montante de Euros 5.598.358, a receber do Estado Português, resulta de um estudo actuarial das responsabilidades com reformas, reportadas à data de 31 de Dezembro de 1993, avaliadas por uma entidade especializada e independente, no seguimento do processo de reprivatização da CMP. Em resultado da referida avaliação, foram detectados erros, tendo sido solicitado, em 1996, pela Administração da subsidiária CMP, ao Estado Português a regularização do montante acima referido. Esta dívida encontra-se totalmente provisionada na rubrica "Provisões para cobranças duvidosas", tendo sido reclassificada, no exercício de 2002, para esta rubrica (Nota 46).

56. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	2002	2001
<u>Acréscimos de proveitos:</u>		
Juros a receber	18.904	6.296
Assistencia Técnica	100.703	-
Outros acréscimos de proveitos	132.429	609.790
	<u>252.036</u>	<u>616.086</u>
<u>Custos diferidos:</u>		
Rendas pagas	117.982	522.064
Gastos com financiamentos obtidos	49.650	74.581
Conservação e reparação	3.258.656	1.952.347
Publicidade	170.333	-
Serviços passados de trabalhadores activos (Nota 21)	193.424	263.289
Outros	445.894	766.009
	<u>4.235.939</u>	<u>3.578.290</u>
<u>Acréscimos de custos:</u>		
Férias, subsídio de férias e outros encargos com pessoal	6.859.467	6.214.540
Juros a pagar	1.035.942	2.446.899
Consultadoria	120.171	-
Custos de conservação	511.352	-
Seguros a liquidar	234.906	-
Outros	2.337.848	2.970.395
	<u>11.099.686</u>	<u>11.631.834</u>
<u>Proveitos diferidos:</u>		
Subsídios ao investimento	3.149.588	3.811.942
Trespases negativos (Nota 10 e 27)	202.909	-
Outros proveitos financeiros	469.831	82.158
	<u>3.822.328</u>	<u>3.894.100</u>

O reconhecimento dos subsídios ao investimento, em proveitos, é efectuado proporcionalmente, às amortizações dos equipamentos subsidiados, tendo o grupo reconhecido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, o montante de Euros 1.072.350 (Nota 45). No exercício de 2002, o Grupo recebeu subsídios ao investimento, não reembolsáveis, no montante de Euros 409.996.

Conforme referido nas Notas 10 e 27, o Grupo apurou uma diferença negativa entre o custo de aquisição e o valor proporcional à participação nos capitais próprios da empresa Ciment de Sibline, S.A.L., no montante de Euros 238.717, sendo reconhecida nos resultados durante o período de cinco anos, com início em Abril de 2002. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, o Grupo reconheceu em proveitos financeiros o montante de Euros 35.809 (Nota 44).

57. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2002, os empréstimos obtidos venciam juros a taxas de mercado e tinham a seguinte composição:

	Curto prazo	Médio e longo prazo
<u>Empréstimos por obrigações:</u>		
Empréstimo por obrigações Semapa/98	-	23.942.299
Empréstimos por obrigações CMP / 97	9.477.160	37.908.640
Empréstimos por obrigações Secil / CMP 95	1.479.961	613.643
Outros empréstimos obrigacionistas	319.077	446.708
	<u>11.276.198</u>	<u>62.911.290</u>
<u>Dívidas a instituições de crédito:</u>	<u>54.102.320</u>	<u>289.629.683</u>
<u>Outros Empréstimos Obtidos:</u>		
Financiamento no âmbito do POE	-	2.018.146
Financiamento no âmbito do PEDIP II - Medida 3.3	1.301.687	1.433.584
Financiamento no âmbito do Fundo EFTA para o desenvolvimento Industrial de Portugal	311.748	-
	<u>1.613.435</u>	<u>3.451.730</u>
	<u>66.991.953</u>	<u>355.992.703</u>

Em 9 de Março de 1998 a Semapa emitiu um empréstimo por obrigações, através da emissão de 4.800.000 obrigações com o valor nominal de mEsc. 1 cada, por um prazo de 10 anos. Posteriormente, durante o ano de 2001, foi efectuada a redenominação para o montante total da emissão de Euros 23.942.299, correspondente a 2.394.229.906 obrigações com o valor nominal de 0,01 euro cada. Estas obrigações foram integralmente subscritas e realizadas no acto de subscrição e encontram-se representadas por valores mobiliários escriturais cotados na Euronext Lisbon. Os juros dos cupões são pagos semestralmente e o reembolso ocorre 20% no 12º e no 14º cupão, 25% no 16º e no 18º e 10% no 20º, sendo possível o seu reembolso antecipado no todo ou em parte sem qualquer penalização.

O "Empréstimo por obrigações CMP/ 97", foi contraído integralmente pela subsidiária CMP, em 14 de Julho de 1997 pelo montante global de mEsc. 9.500.000 (Euros 47.385.800). Estas obrigações foram integralmente subscritas e realizadas no acto de subscrição e encontram-se representadas por valores mobiliários escriturais. Os juros dos cupões são pagos trimestralmente e o reembolso ocorre 20% no 24º e no 28º cupão, 25% no 32º e no 36º e 10% no 40º, sendo possível o seu reembolso antecipado ao par. Poderá ainda ser solicitado o reembolso antecipado, caso a CMP deixe de ser detida pela Empresa em menos de 51%;

O “*Empréstimo por obrigações Secil – CMP/ 95*”, foi contraído pelo Grupo, em 1 de Março de 1995. As duas empresas, Secil e CMP, procederam à emissão de obrigações no montante de mEsc. 10.000.000 (Euros 49.879.790). Estas obrigações foram integralmente subscritas e realizadas no acto de subscrição e encontram-se representadas por valores mobiliários escriturais. Os juros dos cupões são pagos semestralmente e o reembolso ocorre 20% no 6º e 10º cupão, 25% no 14º e no 16º e 10% no 20º, sendo possível o seu reembolso antecipado no todo ou em parte a preços pré-estabelecidos.

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 1998, a Secil e a CMP procederam ao reembolso antecipado de mEsc. 3.000.000 (Euros 14.963.937) juntamente com o pagamento da parcela com vencimento no 6º cupão no montante de mEsc. 2.000.000 (Euros 9.975.958).

No decurso do primeiro semestre de 2002, a CMP e a Secil procederam ao reembolso antecipado de Euros 4.141.373 juntamente com o pagamento da parcela com vencimento no 14º cupão no montante de Euros 12.469.947.

À data de encerramento das demonstrações financeiras, a CMP e a Secil, tiveram conhecimento de que uma parte dos obrigacionistas, irá exercer a “put option”, com o pagamento do 15º cupão, em 1 de Março de 2003, no montante de Euros 101.929, pelo que o último reembolso, no 20º cupão, a ocorrer em 1 de Março de 2005, no montante de Euros 613.643, será reduzido do referido montante da “put option”.

Em 31 de Dezembro de 2002, foi contraído um financiamento a médio/longo prazo, pela subsidiária CMP, no montante de Euros 2.018.146, concedido no âmbito do programa “*SIME – Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial*” que prevê um montante máximo de financiamento, a título de subsídio reembolsável, de Euros 12.225.722 e destina-se a investimentos industriais nas fábricas de Maceira-Liz e Cibra - Pataias. Este empréstimo não vence juros e o seu reembolso será feito em oito prestações semestrais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação dezoito meses após a data da primeira utilização.

Em 3 de Setembro de 1999, foi contraído, pela subsidiária CMP, um financiamento a médio/longo prazo, no montante de Euros 1.870.492 e reforçado em 15 de Janeiro de 2002 no montante de Euros 623.497, concedido no âmbito do programa “*PEDIP II – Medida 3.3*” que previa um montante máximo de financiamento, a título de subsídio reembolsável, de Euros 2.493.989 e destinou-se a investimentos industriais nas fábricas de Maceira-Liz e Cibra - Pataias. Este empréstimo não vence juros e o seu reembolso será feito em oito prestações semestrais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação dezoito meses após a data da primeira utilização.

Em 20 de Abril de 1998, foi contraído, pela subsidiária CMP, um financiamento a médio/longo prazo, no montante de Euros 2.493.989, concedido pelo “*Fundo EFTA para o Desenvolvimento Industrial de Portugal*”. Os juros deste empréstimo são pagos semestralmente e o reembolso será feito em oito prestações semestrais sucessivas, no montante de Euros 311.749 cada, vencendo-se a primeira dezoito meses após a data da primeira utilização. Este financiamento destina-se ao melhoramento e ampliação da linha de clinquer da fábrica Cibra – Pataias.

Em 31 de Dezembro de 2002, os empréstimos classificados a médio e longo prazo apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

2004	48.899.118
2005	47.163.637
2006	47.589.712
2007	40.354.211
2008 e seguintes (Nota 33)	171.986.025
	<u>355.992.703</u>

NOTA 1

EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

EMPRESAS INCLuíDAS NA CONSOLIDAÇÃO		Percentagem de capital efectivamente detido pela Secil	Percentagem de capital efectivamente detido pela Semapa
Denominação social	Sede		
Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.	Lisboa	Empresa mãe	
Subsidiárias:			
Betopal, S.L.	Madrid	-	100,0000
Seinpar Investments, B.V. e subsidiárias:	Amesterdão	-	100,0000
Secil - Investimentos, SGPS, S.A.	Lisboa	-	100,0000
Cimenpar Investments, B.V.	Amesterdão	-	100,0000
Secil-Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. ("Secil") e suas subsidiárias:	Setúbal	-	55,3768
Parcim Investments, B.V.	Amesterdão	99,9995	55,3765
Secilpar, SL	Madrid	99,9995	55,3765
Florimar - Gestão de Participações, SGPS, Lda.	Funchal	99,9995	55,3765
Somera Trading Inc.	Panamá	99,9995	55,3765
Seciment Investments, B.V.	Amesterdão	99,9995	55,3765
Serife - Sociedade de Estudos e Realizações Industriais e de Fornecimento de Equipamento, Lda.	Lisboa	58,3997	32,3399
Seinpart - Participações, SGPS, S.A.	Lisboa	99,9995	55,3765
Ciminpart - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	Lisboa	99,9995	55,3765
Parseinges - Gestão de Investimentos, SGPS, S.A.	Lisboa	99,9995	55,3765
Argibetão - Sociedade de Novos Produtos de Argila e Betão, S.A.	Lisboa	90,8708	50,3214
Société des Ciments de Gabés	Tunis	98,7063	54,6604
Sud- Béton- Société de Fabrication de Béton du Sud	Tunis	98,7063	54,6604
Tercim- Terminais de Cimento, S.A.	Lisboa	99,9995	55,3765
Secil, Betões e Inertes, S.G.P.S., S.A. e Subsidiárias:	Setúbal	93,6595	51,8657
Secil Betão - Indústrias de Betão, S.A.	Setúbal	93,6595	51,8657
Britobetão - Central de Betão, Lda.	Évora	51,5127	28,5261
Sulbetão - Preparados de Betão, S.A.	Albufeira	93,6595	51,8657
Unibetão - Indústrias de Betão Preparado, S.A.	Lisboa	93,6595	51,8657
Lisconcreto - Betão Pronto, S.A.	Leiria	93,6595	51,8657
Asfalbetão - Sociedade Industrial, Lda.	Torres Vedras	93,6595	51,8657
Betopal - Betões Preparados, S.A.	Lisboa	93,6595	51,8657
Secil Britas, S.A.	Penafiel	93,6595	51,8657
Pedreiral - Pedreiras de Almoester, S.A.	Santarém	93,6595	51,8657
ECOB - Empresas de Construção e Britas, S.A.	Albufeira	93,6595	51,8657
Fabetão - Sociedade Industrial de Fabrico de Betão, Lda.	Lisboa	93,6595	51,8657
Almeida & Carvalhais, Lda.	Aveiro	86,1231	47,6922
Betalves- Betão Preparado, S.A.	Penafiel	93,6595	51,8657
Macrobetão - Comércio e Distribuição de Betão, S.A.	Leiria	93,6595	51,8657
Betostrong - Indústrias de Betão, Lda.	Mafra	93,6595	51,8657
Macmetal - Indústrias Metal-Mecânicas da Maceira, Lda.	Leiria	50,9997	28,2420
Secil Martingança - Aglomerantes e Novos Materiais para Construção, Lda.	Leiria	51,1903	28,3476
IQM - Indústrias Químicas da Martingança, Lda.	Lisboa	51,1903	28,3476
Condind - Conservação e Desenvolvimento Industrial, Lda.	Setúbal	99,9919	55,3723
CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A. ("CMP")	Leiria	99,9843	55,3681
CMP Investments, B.V.	Amesterdão	99,9838	55,3678

NOTA 2

EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

	Sede	Percentagem de capital efectivamente detido pela Secil	Percentagem de capital efectivamente detido pela Semapa
Secil Energia, Lda.	Setúbal	99,9995	55,3765
Asfalbetão transportes, Lda.	Torres Vedras	93,6595	51,8657
Tecnosecil-Investimentos e Participações, SARL	Luanda	69,9997	38,7636
Trochee Investments, B.V.	Amesterdão	99,9995	55,3765
Subsidiárias e associadas da Enersis-S.G.P.S., S.A.:			
Enersis-S.G.P.S., S.A.	Lisboa	89,9043	49,7861
PESL - Parque Eólico da Serra do Larouco, S.A.	Montalegre	79,1125	43,8100
Minihídrica do Palhal, Lda.	Albergaria-A-Velha	89,9043	49,7861
Enerpro - Projectos de Energias Renováveis, Lda.	Lisboa	76,4152	42,3163
ECH - Exploração de Centrais Hidroeléctricas, S.A.	Ovadas	89,9043	49,7861
Hidrotuela - Hidroeléctrica do Tuela, S.A.	Vale das Fontes	83,4008	46,1847
Hidrocorgo - Hidroeléctrica do Corgo, S.A.	Vila Real	89,1960	49,3939
Enervia - Sociedade de Produção de Energia, S.A.	Lisboa	84,0567	46,5479
Produtora de Energia Minihídrica, Lda.	Vinhais	89,9003	49,7839
Enerflora - Produção de Energia Eléctrica, Lda.	Lisboa	89,9060	49,7871
PESM - Parque Eólico da Serra das Meadas, Lda.	Magueija	89,9003	49,7839
Telener - Serviços de Telecomunicações, Lda.	Vila Real	68,7669	38,0809
Enermais - Produção de Energia Eléctrica, Lda.	Lisboa	79,1064	43,8066
Enerdurero Zamorana, S.A.	Madrid	84,0562	46,5476
Hidroeléctrica da Ribeira de Alforfa, S.A.	Covilhã	89,1960	49,3939
Parque Eólico de Vila do Bispo, Lda.	Vila do Bispo	89,5560	49,5933

NOTA 3

EMPRESAS ASSOCIADAS

	Sede	Percentagem de capital efectivamente detido pela Secil	Percentagem de capital efectivamente detido pela Semapa
Betão Liz, S.A.	Lisboa	33,3664	18,4773
Becim - Corretor de Seguros, Lda.	Lisboa	27,4022	15,1745
Cimentos Madeira, Lda.	Funchal	14,2856	7,9109
Cimentaçon - Cimentos dos Açores, Lda.	P.Delgada	24,9999	13,8441
Viroc Portugal - Indústria de Madeira e Cimento, S.A.	Setúbal	32,8272	18,1787
Secil Unicon - S.G.P.S., Lda.	Lisboa	49,9998	27,6883
ICV - Inertes de Cabo Verde, Lda.	Cabo Verde	37,4998	20,7662
Ecoresíduos - Centro de Tratamento e Valorização de Resíduos, Lda.	Lisboa	49,9998	27,6883
Chryso Portugal, S.A.	Lisboa	39,9998	22,1506
Cimianto - Sociedade Técnica de Hidráulica, S.A.	Vila F. Xira	39,9590	22,1280
Vermofeira-Extracção e Comércio de Areias, Lda.	Oeiras	46,8298	25,9328
Astakos Domika Aluminouha	Atenas	49,9998	27,6883
Ciment de Sibline, S.A.L.	Beirute	21,2172	11,7494

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira
Presidente

Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos
Vogal

Carlos Eduardo Coelho Alves
Vogal

José Alfredo de Almeida Honório
Vogal

Frederico José da Cunha de Mendonça e Meneses
Vogal

Gonçalo Allen Serras Pereira
Vogal

Paulo Jorge Morais Costa
Técnico Oficial de Contas

Francisco José de Melo e Castro Guedes
Vogal

SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2002	2001
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		523.916.019	505.908.818
Pagamentos a fornecedores		(248.542.658)	(272.329.015)
Pagamentos ao pessoal		(43.534.838)	(40.967.572)
Fluxos gerados pelas operações		231.838.523	192.612.231
(Pagamentos)/Recebimentos do Imposto sobre o Rendimento		18.643.668	(34.288.340)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional		(52.972.419)	(48.438.089)
		197.509.772	109.885.802
(Pagamentos)/Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		268.504	211.133
Fluxos das actividades operacionais (1)		197.778.276	110.096.935
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		36.013.841	8.079.822
Imobilizações corpóreas		1.288.157	3.341.715
Subsídios de investimento		90.017	1.140.387
Juros e proveitos similares		604.958	165.355
Dividendos		37.425.354	8.968.830
		75.422.327	21.696.109
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(89.653.250)	(25.162.842)
Imobilizações corpóreas		(39.854.864)	(26.573.537)
Imobilizações incorpóreas		(788.686)	(326.369)
Outros		(6.910.763)	(20.082)
		(137.207.563)	(52.082.830)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(61.785.236)	(30.386.721)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		774.722.819	1.151.215.516
Aumento de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		137.703	820
Subsídios e doações		7.028	650.608
Suprimentos		-	2.917.001
		774.867.550	1.154.783.945
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(831.583.366)	(1.147.283.631)
Amortizações de contratos de locação financeira		(744.514)	(835.869)
Juros e custos similares		(17.429.895)	(23.233.160)
Dividendos		(53.642.526)	(39.105.551)
Aquisição de acções próprias		(4.945.014)	-
Suprimentos		-	(423.980)
		(908.345.315)	(1.210.882.191)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(133.477.765)	(56.098.246)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) + (3)			
Efeito das diferenças de câmbio		2.515.275	23.611.968
Regularização do saldo inicial devido à variação de perímetro		(369.487)	153.005
		69.725	57.632
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	2	46.167.090	22.344.485
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO EXERCÍCIO	2	48.382.603	46.167.090

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

(Montantes expressos em Euros)

1. AQUISIÇÃO/ALIENAÇÃO DE PARTES DE CAPITAL

As informações relativas a aquisições/alienações de partes de capital encontram-se descritas nas Notas 1, 2, 3, 10, 14 e 27 do anexo ao balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002 e às demonstrações consolidadas dos resultados para o exercício findo nesta data.

2. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, é como segue:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Bilhetes do Tesouro	3.202.534	10.143.297
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	45.703.621	36.198.650
Númerário	156.611	95.502
Descobertos bancários	<u>(680.163)</u>	<u>(270.359)</u>
	<u>48.382.603</u>	<u>46.167.090</u>

3. CRÉDITOS BANCÁRIOS CONCEDIDOS E NÃO SACADOS

Em 31 de Dezembro de 2002, o montante dos créditos bancários concedidos e não sacados ascendiam a Euros 173.059.921.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

E
RELATÓRIO DE AUDITORIA
(CONTAS CONSOLIDADAS)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. (“Semapa”) e Subsidiárias (“Grupo”), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002 que evidencia um total de Euros 1.068.459.786 e capitais próprios de Euros 224.513.909, incluindo um resultado líquido de Euros 30.837.144, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Semapa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame e nos relatórios de auditoria sobre empresas subsidiárias elaborados por outros auditores.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado e os relatórios de outros auditores indicados no parágrafo 5 abaixo proporcionam uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

ANTÓNIO DIAS E ASSOCIADOS

- 2 -

5. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002 de subsidiárias incluídas na consolidação, que representam, aproximadamente 30% do total dos activos consolidados e, aproximadamente, 17% do total dos proveitos consolidados, foram auditadas por outros auditores, em cujos relatórios de auditoria nos baseamos para expressar a nossa opinião sobre os montantes relativos a essas subsidiárias incluídas nas demonstrações financeiras anexas.

Opinião

6. Em nossa opinião, baseada na nossa auditoria e nos relatórios de outros auditores mencionados no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. e suas Subsidiárias em 31 de Dezembro de 2002, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, os quais com excepção do referido no parágrafo 7 abaixo foram aplicados de forma consistente com o exercício anterior e a informação financeira nelas constante é nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfase

7. Conforme mencionado na Nota 38 do anexo ao balanço e à demonstração de resultados consolidados, no seguimento da publicação da Directriz Contabilística n.º 28 relativa ao “Imposto sobre o rendimento”, o Grupo iniciou o procedimento de registo de impostos diferidos com efeitos em 1 de Janeiro de 2002. Os efeitos acumulados, à data de 1 de Janeiro de 2002, relacionados com esta alteração de política contabilística corresponderam ao registo de activos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos nos montantes de Euros 42.044.302 e Euros 94.021.914, respectivamente. Tal como previsto nas disposições transitórias da referida Directriz Contabilística, o registo daqueles montantes foi efectuado nas rubricas afectadas pelas causas que os originaram e corresponderam a um aumento da rubrica de diferenças de consolidação no capital próprio no montante de Euros 7.886.843, uma redução da rubrica de reservas de reavaliação no montante de Euros 1.060.246, um aumento na rubrica de interesses minoritários no passivo no montante de Euros 5.599.031 e um aumento na rubrica de diferenças de consolidação no activo no montante de Euros 64.403.240. O efeito desta alteração de política contabilística nos resultados líquidos do exercício consistiu no seu aumento no montante de Euros 10.948.690.

Lisboa, 10 de Março de 2003

ANTÓNIO DIAS E ASSOCIADOS, SROC
Representada por António Marques Dias

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Accionistas de

Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. (“Semapa”) e Subsidiárias (“Grupo”) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Semapa.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios da Semapa e das principais participadas, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Semapa e ainda dos órgãos sociais e serviços das principais empresas participadas, todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações consolidadas de resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa e os respectivos anexos, bem como o Relatório Consolidado de Gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, para o exercício findo naquela data. Adicionalmente, analisámos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, elaborada pelo Revisor Oficial de Contas presidente deste Conselho, a qual mereceu o nosso acordo.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços das empresas do Grupo Semapa o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Lisboa, 10 de Março de 2003

António Dias e Associados, SROC
Representada pelo Dr. António Marques Dias
Presidente

Dr. Rafael Caldeira Castel - Branco Valverde
Vogal

Dr. Luis Miguel de Almeida Belo
Vogal

RELATÓRIO DA DELOITTE & TOUCHE

Ao Conselho de Administração e Accionistas da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.

1. Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. (“Semapa”) e Subsidiárias (“Grupo”), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002, as Demonstrações consolidadas de resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos. Estas demonstrações financeiras consolidadas são da responsabilidade do Conselho de Administração da Semapa. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras consolidadas.
2. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que a auditoria efectuada e os relatórios de outros auditores indicados no parágrafo 3 abaixo proporcionam uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.
3. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002 de subsidiárias incluídas na consolidação, que representam, aproximadamente 30% do total dos activos consolidados e, aproximadamente, 17% do total dos proveitos consolidados, foram auditadas por outros auditores, em cujos relatórios de auditoria nos baseamos para expressar a nossa opinião sobre os montantes relativos a essas subsidiárias incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.
4. Em nossa opinião, baseados na nossa auditoria e nos relatórios de outros auditores mencionados no parágrafo 3 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. e Subsidiárias em 31 de Dezembro de 2002, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, os quais com excepção do referido no parágrafo 5 abaixo foram aplicados de forma consistente com o exercício anterior.

5. Conforme mencionado na Nota 38 do anexo ao balanço e à demonstração de resultados consolidados, no seguimento da publicação da Directriz Contabilística n.º 28 relativa ao “Imposto sobre o rendimento”, o Grupo iniciou o procedimento de registo de impostos diferidos com efeitos em 1 de Janeiro de 2002. Os efeitos acumulados, à data de 1 de Janeiro de 2002, relacionados com esta alteração de política corresponderam ao registo de um imposto diferido activo e de um imposto diferido passivo nos montantes de Euros 42.044.302 e Euros 94.021.914, respectivamente. Tal como previsto nas disposições transitórias da referida Directriz Contabilística, o registo daqueles montantes foi efectuado nas rubricas afectadas pelas causas que os originaram e correspondem a um aumento da rubrica de diferenças de consolidação no capital próprio no montante de Euros 7.886.843, uma redução da rubrica de reservas de reavaliação no montante de Euros 1.060.246, um aumento na rubrica de interesses minoritários no passivo no montante de Euros 5.599.031 e um aumento na rubrica de diferenças de consolidação no activo no montante de Euros 64.403.240. O efeito desta alteração de política contabilística nos resultados líquidos do exercício consistiu no seu aumento no montante de Euros 10.948.690.

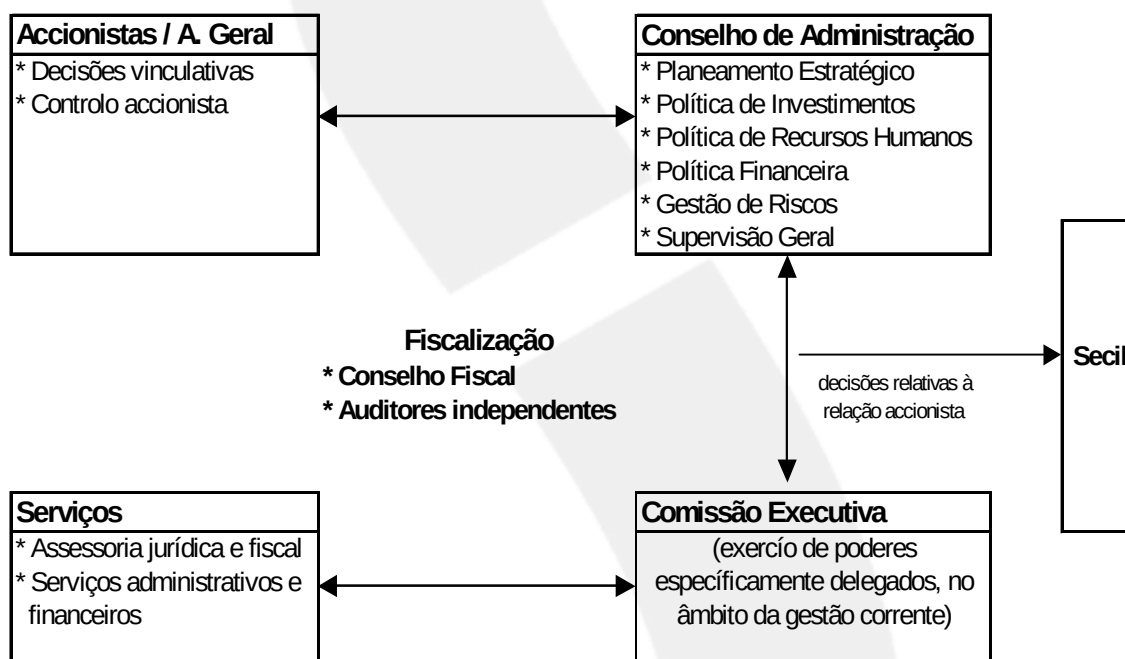
Lisboa, 10 de Março de 2003

DELOITTE & TOUCHE

Anexo a que se refere o artigo 1º do Regulamento da CMVM nº 7/2001

Capítulo I. Divulgação de Informação

1. Mapa relativo à organização funcional da sociedade



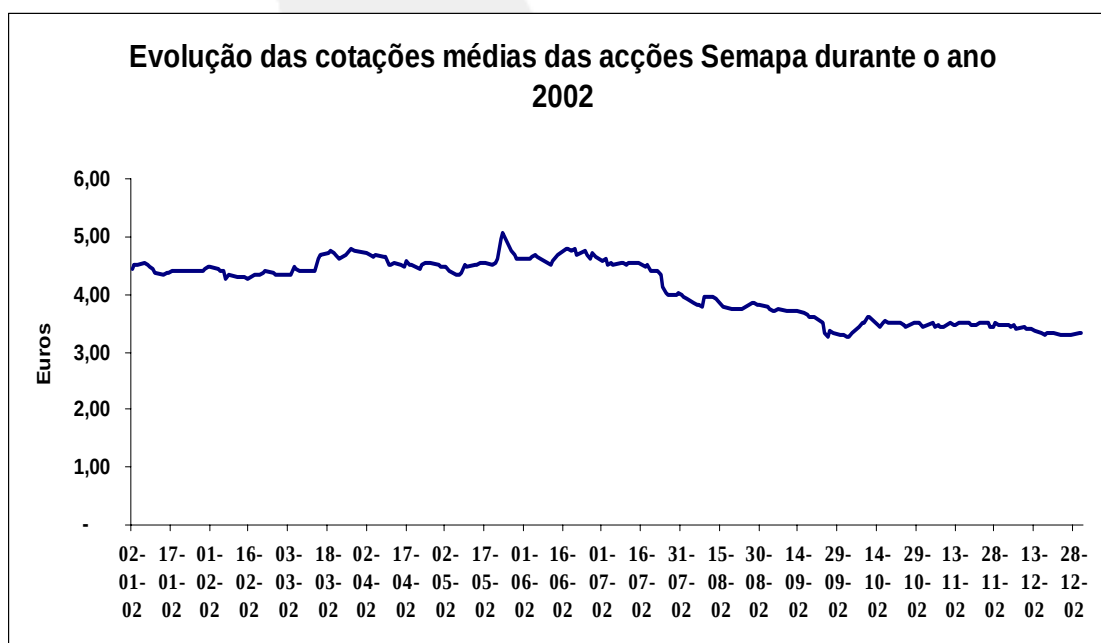
2. Evolução das cotações das acções da sociedade

Na primeira sessão de bolsa do ano de 2002, o título **Semapa** transaccionou-se com uma cotação média de EUR 4,43.

Em 12 de Março de 2002, dia em que a **Sociedade** comunicou ao mercado os seus resultados relativos ao exercício de 2001, as acções da **Semapa** registaram uma cotação média de EUR 4,39.

Na última sessão do ano, a cotação média atingiu os EUR 3,34, acompanhando a queda geral dos mercados que se registou durante o ano.

A cotação média diária das acções **Semapa** variou durante o ano entre um mínimo de EUR 3,25 e um máximo de EUR 5,07 tendo-se transaccionado em média 104.257 títulos nas sessões de Bolsa ocorridas durante o ano. Este valor máximo foi registado durante o mês de Maio, como se pode observar no seguinte gráfico:



Confrontados os registos históricos de transacções em bolsa de acções emitidas pela **Semapa** com os registos das transacções destas acções ocorridas durante o ano de 2002 e, em particular, durante o respectivo mês de Maio, constatou-se terem existido um conjunto de transacções atípicas, quer ao nível das respectivas cotações - onde foi possível verificar a existência de um conjunto de oscilações pouco habituais - quer ao nível das quantidades transaccionadas. Na sequência dessa constatação o Conselho de Administração da **Sociedade** solicitou à CMVM que averiguasse a regularidade e a conformidade legal e regulamentar das transacções em bolsa de acções da **Semapa**, como forma de salvaguardar os interesses do conjunto dos seus accionistas, dos investidores em geral e da transparência do mercado.

Em resultado de alguma insistência da **Semapa** no sentido de obter informações sobre o andamento do processo, a CMVM veio posteriormente a informar o Conselho de Administração de que os processos de averiguações eram oficiosamente iniciados pela CMVM e que ficavam sujeitos a segredo de justiça, razão pela qual não poderia a CMVM fornecer informações sobre o estado dos mesmos. Ficamos assim a aguardar as conclusões das diligências que porventura a CMVM tenha entendido providenciar.

Por decisão da Assembleia Geral ocorrida em Março de 2002, foram distribuídos 10 cêntimos de Euro por acção em circulação de dividendos brutos o que para as entidades sujeitas a tributação fiscal, em termos líquidos corresponde a cerca de 8 cêntimos de Euro por acção para accionistas residentes e 7 cêntimos de Euro por acção para accionistas não residentes.

3. Política de distribuição de dividendos adoptada pela sociedade

A **Sociedade** tem seguido a política de distribuir um montante elevado sem recorrer ao endividamento para o efeito e sem pôr em causa a sua solidez financeira.

No que se refere à política de distribuição de dividendos o Conselho de Administração entende:

- ❑ que a **Sociedade** deve manter uma estrutura financeira compatível com o crescimento sustentado do **Grupo** que tutela nas diversas áreas de negócio em que este opera.
- ❑ que a independência da **Empresa** perante o sistema financeiro passa pela preservação no curto, no médio e longo prazos de níveis de endividamento consolidados que permitam a manutenção de indicadores sólidos de solvabilidade.

Salienta-se ainda que a **Semapa** prometeu adquirir, através de sociedade por si dominada a 100%, e pelo preço de cerca de EUR 304.000.000 (trezentos e quatro milhões de euros), a totalidade do capital social da sociedade FLSHH, SGPS, Lda., que por sua vez detém 21.728.520 acções, correspondentes a 41,06 %, do capital social da SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. e a 44,6% dos direitos de voto, o que implicará um esforço financeiro substancial e justifica que a proposta de distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2003 seja semelhante ao de 2002.

Informamos que o rácio dividendos distribuídos / resultados líquidos do ano (pay-out) tem sido elevado tendo registado o máximo de 94% em 1995 e o mínimo de 26% em 2001.

4. Planos de atribuição de acções e de opções

Não vigora na **Sociedade** qualquer plano de atribuição de acções ou opções.

5. Utilização de novas tecnologias na divulgação de informação

A **Sociedade** disponibiliza aos accionistas o relatório e contas anual, e outra informação pública, em suporte digital. Na Assembleia Geral são distribuídos pelos accionistas presentes CD-ROMs contendo os documentos de prestação de contas, sendo tais elementos igualmente enviados por correio electrónico a accionistas que o solicitem. Os pedidos de informação devem ser dirigidos nos termos indicados no número seguinte.

No sentido de facilitar o acesso à informação, a sociedade está nesta data a construir o seu *site* na *Internet*, para o qual afectou recursos internos e externos, prevendo-se para breve a sua conclusão. Serão aí disponibilizados dados financeiros e outras informações úteis relativas à vida da sociedade.

Pode desde já ser consultada informação relevante no *site* da dominada Secil, com a morada www.secil.pt.

6. Apoio ao investidor

O apoio ao investidor, nomeadamente no que respeita à satisfação de pedidos de informação e ao acesso a dados públicos da **Sociedade**, é assegurado através do departamento financeiro, não existindo um gabinete organicamente autonomizado, o que se tem revelado como suficiente e adequado para assegurar a eficácia do contacto permanente com o mercado e uma resposta pronta a todas as solicitações.

Nestes termos, os pedidos de informação e acesso a dados públicos relativos à **Sociedade** são canalizados através do Senhor Dr. José Miguel Pereira Gens Paredes, que pode ser contactado por telefone, fax ou e-mail usando os números gerais da sociedade e o endereço *jmparedes@semapa.pt*.

O representante da sociedade para as relações com o mercado é o Administrador Senhor Dr. José Alfredo de Almeida Honório.

Capítulo II. Exercício de direito de Voto e Representação de Accionistas

A votação dos accionistas nas assembleias gerais da **Sociedade**, para além dos processos tradicionais, pode também processar-se, nos termos legais, por correspondência.

O voto não pode ser exercido por meios electrónicos e a **Sociedade** não disponibiliza modelo para o voto por correspondência.

São as seguintes as regras relevantes no que respeita à participação, representação e votação em Assembleia Geral desta **Sociedade**:

- ❑ Só podem assistir e participar na Assembleia, além dos membros dos Corpos Sociais e do representante comum dos obrigacionistas, os accionistas que possuam o mínimo de 100 acções, quantidade a que corresponde um voto, e que, até oito dias antes da reunião, possuam acções averbadas ou registadas em seu

nome ou depositadas numa instituição competente para o efeito e esta comunique tal depósito à **Sociedade** dentro do aludido prazo com a indicação de que ficam cativas até ao encerramento da Assembleia.

- ❑ Podem também assistir à Assembleia Geral os accionistas que não tendo direito de voto se agrupem até perfazer pelo menos o número mínimo de acções e se façam representar por um dos agrupados.
- ❑ Um accionista só pode fazer-se representar em Assembleia Geral por cônjuge, ascendente ou descendente, por um membro do Conselho de Administração ou por outro accionista, salvo os accionistas que forem pessoas colectivas, os quais poderão delegar a sua representação em quem entenderem.
- ❑ Os instrumentos de representação voluntária de accionistas, quer sejam pessoas singulares ou colectivas, deverão ser entregues ao presidente da mesa da assembleia geral até três dias úteis antes do dia da reunião.
- ❑ No voto por correspondência o subscrito contendo as declarações de voto deve ser dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e entregue na sede social ou para aí enviado por carta registada com aviso de recepção;
- ❑ Tal subscrito deve dar entrada na **Sociedade** até três dias úteis antes da data da reunião;
- ❑ O mesmo subscrito deve conter: (1) as declarações de voto, uma para cada ponto da ordem de trabalhos, em subscrito fechado e independente com a indicação exterior do ponto da ordem de trabalhos a que se destina e (2) Carta dirigida ao Presidente da Mesa, com assinatura notarialmente reconhecida, manifestando a vontade de votar.

Capítulo III. Regras Societárias

1. Conflitos de interesses, sigilo e incompatibilidades

O Conselho de Administração aprovou em Dezembro de 2002 os "Princípios Deontológicos" da Sociedade. O documento, que entrou de imediato em vigor, estabelece princípios e regras de natureza deontológica aplicáveis aos trabalhadores e aos membros dos órgãos sociais.

São em especial consagrados o dever de diligência, traduzido em obrigações concretas de profissionalismo, zelo e responsabilidade, o dever de lealdade, que no âmbito de princípios de honestidade e integridade visa especialmente precaver situações de conflito de interesses, e o dever de confidencialidade com incidência no tratamento de informação relevante.

São ainda consagrados deveres de defesa ambiental e de protecção de interesses de todos os accionistas, concretamente minoritários, assegurando designadamente o cumprimento de deveres de informação e um tratamento igual e justo.

No mesmo documento o Conselho de Administração assume o desafio de promover a aprovação dos "Princípios Deontológicos" pelas Sociedades por si dominadas.

2. Controlo do risco de actividade

Para além do controlo de risco exercido pelos órgãos sociais, maxime pelo Conselho Fiscal, a **Semapa** e as sociedades por si controladas são objecto de auditoria independente realizada em **Portugal** pela Deloitte & Touche, na **Tunísia** pela Ernst & Young e em **Espanha, Angola e Cabo Verde** pela Price Waterhouse Coopers.

A **Sociedade**, através dos órgãos de gestão e do seu departamento financeiro, tem em especial atenção a detecção e cobertura de riscos que possam ter um impacto

materialmente relevante no Resultado Líquido e nos Capitais Próprios ou que criem restrições significativas à prossecução do desenvolvimento dos negócios do **Grupo**.

No entanto, atendendo à sua natureza de sociedade gestora de participações sociais e à sua estrutura organizativa simplificada, não dispõe de unidades orgânicas exclusivamente dedicadas à auditoria interna ou à gestão de riscos.

3. Limites ao exercício dos direitos de voto, direitos especiais, acordos parassociais

Não existem quaisquer limites estatutários ao exercício do direito de voto nesta sociedade nem accionistas titulares de direitos especiais.

A **Sociedade** não tem conhecimento da existência de acordos parassociais, sem prejuízo da assumida coordenação no exercício dos direitos de voto por parte dos accionistas titulares de cerca de 53% desses direitos, nos termos indicados no respectivo anexo a este relatório do Conselho de Administração.

Capítulo IV. Órgão de administração

1. Caracterização do órgão de administração

O Conselho de Administração da sociedade é composto por sete membros. Todos os membros do conselho são executivos, sem prejuízo da diferente proximidade à gestão corrente da sociedade em função da participação ou não na comissão executiva constituída nos termos adiante expostos.

Não existem membros independentes no órgão de administração, entendendo-se como independentes os titulares do órgão que são designados com o objectivo de representar os interesses de determinado accionista ou accionistas minoritários.

Os membros dos órgãos de administração exercem as seguintes funções noutras sociedades:

PEDRO MENDONÇA DE QUEIROZ PEREIRA

CMP-Cimentos Maceira e Pataias, SA
 CIMIANTO-Gestão de Participações, SA (SGPS)
 O E M - Organização de Empresas, SGPS, SA
 SECIL-Companhia Geral de Cal e Cimento, SA
 SEMAPA-Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA
 CIMO-Gestão de Participações, SGPS, SA
 HOTEL RITZ, SA
 Sociedade Agrícola da QUINTA DA VIALONGA, SA
 SODIM SGPS, SA
 SONACA-Sociedade Nacional de Canalizações, SA
 VERTICE-Gestão de Participações, SGPS, SA
 ECOLUA-Actividades Desportivas, Lda
 SECILPAR, SL
 LONGAPAR, SGPS, SA
 SECIL-Investimentos, SGPS, S.A.

Presidente Conselho Administração
 Presidente Conselho Administração
 Presidente Conselho Administração
 Presidente Conselho Administração
 Presidente Conselho Administração
 Presidente Conselho Administração
 Administrador
 Presidente Conselho Administração
 Presidente Conselho Administração
 Secretário Mesa Assembleia Geral
 Presidente Conselho Administração
 Gerente
 Administrador
 Presidente Conselho Administração
 Administrador

MARIA MAUDE MENDONÇA DE QUEIROZ PEREIRA LAGOS

CIMIANTO-Gestão de Participações, SA (SGPS)
 O E M - Organização de Empresas, SGPS, SA
 SEMAPA-Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA
 SODIM, SGPS, SA
 Hotel RITZ, SA
 LONGAVIA-Imobiliária, SA
 VERTICE-Gestão de Participações, SGPS, SA

Administradora
 Administradora
 Administradora
 Administradora
 Presidente Conselho Administração
 Administradora
 Administradora

CARLOS EDUARDO COELHO ALVES

CIMIANTO-Gestão de Participações, SA (SGPS)
 CIMO-Gestão de Participações, SGPS, SA
 CMP-Cimentos Maceira e Pataias, SA
 ENERSIS-Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
 SECIL-Companhia Geral de Cal e Cimento, SA
 SECIL-Investimentos, SGPS, SA
 SECILPAR, SL
 SEMAPA-Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA
 SODIM, SGPS, SA
 SONACA-Sociedade Nacional de Canalizações, SA
 SCG-Société des Ciments de Gabès
 CIMINPART-Investimentos e Participações, SGPS, SA
 PARSEINGES-Gestão de Investimentos, SGPS, SA
 SEINPART-Participações, SGPS, SA
 PARCIM Investments B.V.
 LONGAPAR, SGPS, SA
 BETOPAL, SL

Administrador
 Administrador
 Administrador
 Presidente Conselho Administração
 Administrador
 Administrador
 Administrador
 Administrador
 Administrador
 Administrador
 Presidente Conselho Administração
 Administrador
 Administrador
 Administrador
 Administrador
 Administrador
 Administrador

JOSÉ ALFREDO DE ALMEIDA HONÓRIO

BETOPAL, S.L.	Administrador
CIMIANO-Gestão de Participações, SA (SGPS)	Administrador
CIMO-Gestão de Participações, SGPS, SA	Administrador
CMP-Cimentos Maceira e Pataias, SA	Administrador
SECIL-Companhia Geral de Cal e Cimento, SA	Administrador
SECIL-Investimentos, SGPS, SA	Administrador
SECILPAR, SL	Administrador
SEMAPA-Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA	Administrador
CIMINPART-Investimentos e Participações, SGPS, SA	Administrador
PARSEINGES-Gestão de Investimentos, SGPS, SA	Administrador
SEINPART-Participações, SGPS, SA	Administrador
PARCIM Investments B.V.	Managing Director
CIMPOR-Cimentos de Portugal, SGPS, SA	Administrador
HIDROTUELA-Hidroeléctrica do Tuela, SA	Vice-Presidente Mesa Ass.Geral
LONGAPAR, SGPS, SA	Administrador

FREDERICO JOSÉ DA CUNHA MENDONÇA E MENESES

CIMIANO-Gestão de Participações, SA (SGPS)	Administrador
CIMILONGA-Imobiliária, SA	Presidente Conselho Administração
LONGAVIA-Imobiliária, SA	Presidente Conselho Administração
IMOCIPAR-Imobiliária, SA	Presidente Conselho Administração
SONAGI-Sociedade Nacional de Gestão e Investimento, SA	Presidente Conselho Administração
SEMAPA-Sociedade de Investimento e Gestão, SA	Administrador
SCG – Société des Ciments de Gab��s	Administrador
SAIVANE Imobiliária, SA	Presidente Conselho Administra��o
GOLIATUR-Sociedade de Investimentos Imobiliários, SA	Presidente Conselho Administra��o

GONÇALO ALLEN SERRAS PEREIRA

SONACA-Sociedade Nacional de Canaliza��es, SA	Presidente Conselho Administra��o
SECIL, BETÕES E INERTES, SGPS, SA	Presidente Conselho Administra��o
BETOPAL – Betões Preparados, SA	Presidente Conselho Administra��o
SEMAPA-Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA	Administrador
CIMIANO-Gestão de Participa��es, SA (SGPS)	Administrador
SECIL-Companhia Geral de Cal e Cimento, SA	Administrador
CMP-Cimento Maceira e Pataias, SA	Administrador
SCG-Soci��t�� des Ciments de Gab��s	Administrador
SECIL-Investimentos, SGPS, SA	Administrador
CIMINPART-Investimentos e Participa��es, SGPS, SA	Administrador
SEINPART – Participa��es, SGPS, SA	Administrador
PARSEINGES – Gestão de Investimentos, SGPS, SA	Administrador
SECILPAR, SA	Administrador
ENERSIS-Sociedade Gestora de Participa��es Sociais, SA	Administrador
BET��O LIZ, SA	Administrador
Fornecedora de Britas do Carregado, SA	Administrador
JOBRITA-��nd��strias Extractivas, SA	Administrador

MCD-Materiais de Construção Dragados e Betão Pronto, SA	Administrador
JAYME DA COSTA-Mecânica e Electricidade, SA	Administrador
ECH-Exploração de Centrais Hidroeléctricas, SA	Administrador
ENERVIA-Sociedade de Produção de Energia, SA	Administrador
HIDROCORGÓ-Hidroeléctrica do Corgo, SA	Administrador
Hidroeléctrica da Ribeira de Alforfa, SA	Administrador
VERMOFEIRA-Extracção e Comércio de Areias, Lda	Gerente
Hidroeléctrica da Mesa do Galo, Lda.	Gerente
Comp ^a das Energias Renováveis da Serra dos Candeeiros, Lda	Gerente
BEL-Parque Eólico da Lousã, Lda	Gerente
PEP-Parque Eólico da Povoeira, Lda	Gerente
PESM-Parque Eólico da Serra das meadas, Lda	Gerente
PECF-Parque Eólico de Chão Falcão, Lda	Gerente
PEVB-Parque Eólico de Vila do Bispo, Lda	Gerente
ENEPRO-Projetos de Energias Renováveis, Lda	Gerente
Mini Hídrica do Palhal, Lda	Gerente

FRANCISCO JOSÉ MELO E CASTRO GUEDES

SECIL-Companhia Geral de Cal e Cimento, SA	Administrador
SEMAPA-Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA	Administrador
SECIL-Investimentos, SGPS, SA	Administrador
SCG-Société des Ciments de Gabès	Administrador
CDS-Ciments de Sibline, S.A.L.	Administrador

2. Comissão executiva

A Comissão Executiva da **Sociedade** foi constituída por deliberação do Conselho de Administração do dia 30 de Agosto de 2002.

Fazem parte da Comissão Executiva da **Sociedade** os Administradores Senhores Eng. Carlos Eduardo Coelho Alves, que preside, Dr. José Alfredo de Almeida Honório e Eng. Gonçalo Allen Serras Pereira.

3. Controlo societário pelo órgão de administração

O controlo efectivo da vida societária pelo órgão de administração é assegurado através da articulação dos seus poderes com as competências da Comissão Executiva.

Os poderes delegados na Comissão Executiva não são todos os poderes gerais de gestão corrente sujeitos apenas às limitações legais, mas antes poderes especificamente identificados no acto da delegação. Estão delegados poderes amplos no âmbito da gestão corrente, designadamente de negociação, contratação, representação e exercício da posição de accionista pela sociedade, mas discriminadamente enumerados. Não existem matérias expressamente vedadas.

Por outro lado, nas reuniões do Conselho de Administração é transmitida regularmente pelos membros da Comissão Executiva toda a informação relevante relativa à gestão corrente por forma a permitir um acompanhamento permanente de todos os membros do órgão de administração sobre a vida societária. Porque até esta data desnecessários, não estão formalmente aprovados pelo Conselho procedimentos obrigatórios de transmissão de informação pela Comissão Executiva.

É relevante neste âmbito o facto de existir uma permanente disponibilidade da Comissão Executiva para prestar as informações que sejam solicitadas pelo Conselho de Administração e a prática seguida da transmissão imediata a este de todas as informações que a relevância ou urgência assim o imponham.

O Conselho de Administração reúne normalmente uma vez por mês, tendo reunido 14 vezes no ano de 2002.

4. Comissões de controlo internas

Não existem na sociedade comissões de controlo internas, especificamente criadas para esse efeito, tendo sido possível até esta data assegurar as funções em causa no âmbito das estruturas hierárquicas existentes, não foi ainda sentida necessidade de criar organismos internos específicos.

5. Relação entre a remuneração do Conselho de Administração e os resultados ou a evolução das cotações das acções da sociedade

Nesta **Sociedade** não existe qualquer relação directa entre as remunerações dos membros do Conselho de Administração e os resultados da sociedade ou a evolução das cotações das acções da **Sociedade**.

O Conselho de Administração tem no entanto proposta para a Assembleia Geral Anual de 2003 uma alteração estatutária que visa acolher expressamente um regime de remuneração composto por uma parte variável.

6. Remuneração do Conselho de Administração

Nos termos acima descritos, todos os administradores têm funções executivas. A remuneração auferida pelo conjunto dos administradores durante o exercício anterior ascendeu a EUR 1.628.718, não tendo sido paga qualquer remuneração variável.

**Anexo a que se referem os artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais
e a alínea e) do n.º 1 do artigo 6º do Regulamento CMVM n.º 11/2000
Exercício de 2002**

- 1. Valores mobiliários da sociedade detidas pelos titulares dos órgãos sociais:** José Alfredo de Almeida Honório - 20.000 acções; Frederico José da Cunha Mendonça e Meneses - 8.000 acções.
- 2. Valores mobiliários de sociedades em relação de domínio detidas pelos titulares dos órgãos sociais:** Carlos Eduardo Coelho Alves - 761 acções da Enersis - Energia e Sistemas, S.A., 1.440 acções da Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. e cônjuge 900 acções da mesma sociedade; José Alfredo de Almeida Honório - 900 acções da Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. e 125 acções da CMP - Cimentos Maceira e Pataias, S.A.
- 3. Valores mobiliários da sociedade detidos por sociedades em que os membros dos órgãos de administração e fiscalização exercem cargos nos órgãos sociais:** Cimianto – Gestão de Participações, S.A. – 100 acções; Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A. - 14.592.300 acções; Longapar, SGPS, S.A. - 20.000.000 acções; Sodim SGPS, SA - 25.000.000 acções; Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, SA - 642.535 acções; Sonaca - Sociedade Nacional de Canalizações, SA - 1.250.000 acções; Sonagi - Sociedade Nacional de Gestão e Investimento, SA – 1.115.000 acções; Banco Espírito Santo de Investimento, SA – 66.074 acções; OEM - Organização de Empresas, SGPS, SA – 500.000 acções.
- 4. Aquisição, alienação ou oneração de valores mobiliários da sociedade ou de sociedades em relação de domínio ou de grupo pelos titulares dos órgãos sociais e pelas sociedades referidas em 3.**
 - 4.1.** A transmissão de 10.000.000 de acções da Semapa detidas pela Longavia – Imobiliária, S.A., e de igual número de acções da sociedade detidas pela sociedade Cimilonga – Imobiliária, S.A. para a sociedade Longapar, SGPS, S.A., que assim passou

a deter 20.000.000 de acções da sociedade, ocorreu no âmbito de um processo de cisão-fusão daquelas duas sociedades imobiliárias, pelo que não houve preço pago ou recebido; o pedido de registo teve lugar no dia 18-12-2002.

4.2 O Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. não era no final do exercício anterior titular de acções da sociedade, ao contrário do indicado no respectivo relatório, que assim se rectifica. Durante o exercício de 2002 aquele Banco efectuou as seguintes compras e vendas de acções da Semapa:

Data	Operação	Quantidade	Preço
05-07-2002	Compra	310.979	4,50€
26-07-2002	Compra	8.150	4,00€
29-07-2002	Compra	20.000	4,00€
01-08-2002	Compra	766	3,91€
18-10-2002	Venda	101.043	3,50€
22-10-2002	Venda	34.500	3,50€
11-11-2002	Venda	235	3,50€
12-11-2002	Venda	450	3,50€
13-11-2002	Venda	1.448	3,50€
14-11-2002	Venda	1.367	3,50€
20-11-2002	Venda	13.002	3,45€
28-11-2002	Venda	584	3,50€
11-12-2002	Venda	15.000	3,40€
19-12-2002	Venda	30.000	3,29€
23-12-2002	Venda	25.000	3,30€
30-12-2002	Venda	34.970	3,31€
31-12-2002	Venda	16.222	3,35€

5. Participações qualificadas calculadas nos termos do artigo 20º do Código de Valores Mobiliários:

			% dir. de voto	% dir. de voto não suspensos
Entidade		N.º acções		
A -	Cimianto - Gestão de Participações, S.A.	100	0,00%	0,00%
	Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	14.592.300	12,33%	12,61%
	Longapar, SGPS, S.A.	20.000.000	16,90%	17,29%
	Sonaca - Sociedade Nacional de Canalizações, S.A.	1.250.000	1,06%	1,08%
	OEM - Organização de Empresas, SGPS, S.A.	500.000	0,42%	0,43%
	Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A.	642.535	0,54%	0,56%
	Sodim, SGPS, S.A.	25.000.000	21,13%	21,61%
	José Alfredo Almeida Honório	20.000	0,02%	0,02%
	Frederico José da Cunha Mendonça e Meneses	8.000	0,01%	0,01%
	Soma:	62.012.935	52,41%	53,61%
B -	BPI - SGPS, S.A.	-	-	
	Banco Português de Investimento, S.A.	620.590	0,52%	0,54%
	BPI Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	1.351.172	1,14%	1,17%
	BPI Fundos - Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.	2.649.810	2,24%	2,29%
	BPI Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	19.780	0,02%	0,02%
	Clientes institucionais com gestão discricionária de carteira	167.353	0,14%	0,14%
	Clientes particulares com gestão discricionária de carteira	1.222.942	1,03%	1,06%
	Soma:	6.031.647	5,10%	5,21%
C -	Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	23.695.611	20,02%	20,48%

Extracto da acta nº 18

No dia 31 de Março de 2003, pelas 11 horas, reuniu em Lisboa, na Av. das Forças Armadas, nº 125, 13º C, a Assembleia Geral da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA, sociedade aberta, (...)

Entrou-se então no terceiro ponto da ordem de trabalhos relativo à aplicação de resultados. O Senhor Presidente começou por ler a proposta de aplicação de resultados que consta do relatório do Conselho de Administração e referir que tinha sido apresentada uma outra proposta pela accionista Sodim, SGPS, S.A., que também leu, e que alterava a proposta do Conselho de Administração apenas na medida em que diminuía o montante destinado a reservas livres, afectando a parte subtraída a remuneração dos membros do Conselho de Administração.

Aberta a discussão, ninguém desejou usar da palavra.

Foi então submetida à votação e aprovada por unanimidade, a proposta apresentada pela accionista Sodim, que assim prejudicou a proposta do Conselho de Administração. A proposta aprovada tem o seguinte teor:

“Considerando que o Conselho de Administração desta sociedade apresenta no seu relatório de gestão uma proposta de aplicação de resultados que não prevê a afectação de qualquer montante à sua remuneração e que o desempenho que a sociedade tem vindo a ter não só o justifica plenamente como o impõe, propõe-se que seja destinada uma parte dos resultados a remuneração dos membros do Conselho de Administração, a distribuir nos termos que venham a ser determinados pela Comissão de Remunerações, alterando o montante destinado a reserva livre proposto pelo Conselho, e tendo assim o resultado do exercício de 30.837.144,41€ a seguinte aplicação:

<i>Dividendo às acções em circulação.....</i>	<i>11.567.916,50€</i>
<i>Reserva Legal</i>	<i>1.541.857,22€</i>
<i>Reserva Livre</i>	<i>16.187.370,69€</i>
<i>Remuneração aos membros do Conselho de</i>	
<i>Administração.....</i>	<i>1.540.000,00€”</i>

(...)

DISPENSA DE PUBLICAÇÃO DE CONTAS

“ A comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 250º do Código dos Valores Mobiliários, dispensou a publicação das contas individuais.

Os documentos de prestação de contas alvo desta dispensa encontram-se disponíveis para consulta, juntamente com os restantes, na sede desta sociedade, de acordo com o estabelecido pelo Código das Sociedades Comerciais.”